

41 | 2022

COORDENAÇÃO: Patrícia Pereira e Ana Fernandes

FORUM Sociológico

CICS.NOVA – CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SÉRIE II N.º 41 • 2022

Fundador	Moisés Espírito Santo
Conselho Editorial	Ana Alexandre Fernandes (Diretora), PhD, Universidade de Lisboa, Portugal Beatriz Padilla, PhD, University of South Florida, Estados Unidos José Carlos Marques, PhD, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal Luciana Andrade, PhD, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil Maria João Bárrios, PhD, Universidade de Lisboa, Portugal Patrícia Pereira, PhD, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal Renata Sá Gonçalves, PhD, Universidade Federal Fluminense, Brasil Sílvia Gomes, PhD, Nottingham Trent University, Inglaterra
Assistente Editorial	Brenda Silva
Conselho Consultivo Científico	Alain Bourdin, PhD, Université Paris-Est Marne-la-Vallée, França António Firmino da Costa, PhD, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal Catarina Casanova, PhD, Universidade de Lisboa, Portugal Cecília Melella, PhD, Universidad Nacional de Buenos Aires, Argentina Dan Ferrand-Bechmann, PhD, Université Paris 8, França Elina Oinas, PhD, University of Helsinki, Finlândia Erika Márquez, PhD, Universidad ICESI, Colômbia Fraya Frehse, PhD, Universidade de São Paulo, Brasil Isabel Dias, PhD, Universidade do Porto, Portugal Joan Josep Pujadas, PhD, Universitat Rovira i Virgili, Espanha João Pedro Nunes, PhD, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal João Teixeira Lopes, PhD, Universidade do Porto, Portugal José Luís Veira, PhD, Universidade da Coruña, Espanha Maria del Carmen Castillo, PhD, Instituto Nacional de Antropología e Historia, México Marja Aartsen, PhD, Oslo Metropolitan University, Noruega Miguel Chaves, PhD, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal Liis Ojamäe, PhD, Tallinn University & Tallinn University of Technology, Estónia Loïc Wacquant, PhD, University of California, Berkeley, Estados Unidos Luc Boltanski, PhD, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França Luís Vicente Baptista, PhD, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal Sylvie Mazzella, PhD, Université Aix-Marseille, França Tim Sieber, PhD, University of Massachusetts Boston, Estados Unidos
Editor	CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa
Logotipo	Carolina Basto
Paginação	Carla Ferreira
Revisão	Margarida Baldaia
Contatos	CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais Colégio Almada Negreiros (CAN) Universidade NOVA de Lisboa – Campus de Campolide, 3.º piso – Sala 333 Telefone: +315 21 790 88 00 Extensão: 40346 Email: forum@fcsh.unl.pt Site: http://journals.openedition.org/sociologico/
Financiamento	Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
Depósito Legal	N.º 64682/93
ISSN	0872-8380
e-ISSN	2182-7427
DOI	https://doi.org/10.4000/sociologico.10662
	Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

ÍNDICE

ARTIGOS

Racismo obstétrico em Portugal: Relato de experiência de um coletivo antirracista Obstetric racism in Portugal: Experience report of an anti-racist collective <i>Karla Adriana Oliveira da Costa, Laura Elisabete Figueiredo Brito, Carolina Vanessa da Silva Coimbra, Ninfa Carina Costa Lopes, Diana Oliveira dos Santos Depuydt e Rita Nunes Correia....</i>	7
Repensando o patrimonialismo: Ainda uma chave explicativa do Estado brasileiro? Rethinking patrimonialism: Still a way to understand the Brazilian state? <i>Fagner Dantas.....</i>	15
Sociabilidade na Amazônia brasileira: Festas da elite paraense Sociability in the Brazilian Amazon: Parties of the elite of Pará <i>Wanessa Pires Lott, Ruth Macedo Cardoso e Helen Suany Miranda.....</i>	25
Migração e religião na Área Metropolitana de Lisboa: Compreensões e problemáticas de jovens brasileiros Migration and religion in the Metropolitan Area of Lisbon: Understandings and problems of young Brazilians <i>Kaique Cardoso, Fabio Lanza e Donizete Rodrigues</i>	37
<i>Burnout</i> no ensino superior: Um estudo exploratório Burnout in higher education: An exploratory study <i>Paula Calainho, Sofia Alexandra Cruz e Jorge Cerdeira.....</i>	47
DOSSIÊ “PIERRE BOURDIEU: MEMÓRIA E ACTUALIDADE” [Baptista, L., & Nunes, J. S. (Coords.) (2003). <i>Forum Sociológico</i> , (9/10).] Nota dos Editores Note from Editors <i>Ana Fernandes e Patrícia Pereira.....</i>	63
Comunicação apresentada na conferência Memória e Actualidade – Diálogos com a obra científica de Pierre Bourdieu [publicação secundária] <i>Louis Pinto.....</i>	65
Reflexividade reformista e auto-análise [publicação secundária] <i>José Madureira Pinto</i>	71
LISTA DE REVISORES/AS (2021-2022)	77

Artigos

Coordenação: Patrícia Pereira e Ana Fernandes

RACISMO OBSTÉTRICO EM PORTUGAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM COLETIVO ANTIRRACISTA

OBSTETRIC RACISM IN PORTUGAL: EXPERIENCE REPORT OF AN ANTI-RACIST COLLECTIVE

<https://doi.org/10.4000/sociologico.10673>

Karla Adriana Oliveira da Costa

■ Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Pesquisa Ageu Magalhães & Coletivo Saúde das Mães Negras (SaMaNe), 50740-465 Recife – PE, Brasil. Email: karlacostanutri@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5585-5768>

Laura Elisabete Figueiredo Brito

■ Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais & Coletivo Saúde das Mães Negras (SaMaNe), 3000-995 Coimbra, Portugal. Email: laurabrito@ces.uc.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3511-4801>

Carolina Vanessa da Silva Coimbra

■ Iscte – Instituto Universitário de Lisboa & Coletivo Saúde das Mães Negras (SaMaNe), 1649-026 Lisboa, Portugal. Email: carolina.v.s.coimbra@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3764-2619>

Ninfa Carina Costa Lopes

■ Instituto Politécnico da Lusofonia, Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches & Coletivo Saúde das Mães Negras (SaMaNe), 1950-396 Lisboa, Portugal. Email: ninfa.carina@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4527-334X>

Diana Oliveira dos Santos Depuydt

■ Rede Portuguesa de Doulas/GAMA & Coletivo Saúde das Mães Negras (SaMaNe), 2855-100 Corroios, Portugal. Email: douladianasantos@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5786-6567>

Rita Nunes Correia

■ Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (ESEL) & Coletivo Saúde das Mães Negras (SaMaNe) 1600-096 Lisboa, Portugal. Email: correiarita@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1140-7861>

Resumo

A violência obstétrica é uma violência de gênero, que tem o racismo como sobreposição, tornando as mulheres negras mais vulneráveis. Em Portugal, esta realidade continua silenciada por detrás do mito da igualdade social difundido no pós-período colonial. Os corpos destas mulheres no cenário obstétrico no país trazem-nos a necessidade de abordar questões de corpo-raça-saúde articuladas com os movimentos feministas e negros. Este artigo parte de uma abordagem teórica sustentada nos estudos pós-coloniais e feministas, com uma perspectiva sociológica. Em termos metodológicos, o texto compartilha as atividades de um coletivo de mulheres antirracistas sob uma perspectiva interseccional, utilizando a técnica metodológica do relato de experiência. Os principais resultados deste estudo apontam para a pertinência de se desenvolver uma investigação sociológica transversal sobre as experiências de saúde reprodutiva das mulheres racializadas em Portugal e a importância dos movimentos sociais para a realização desses trabalhos. O coletivo Saúde das Mães Negras (SaMaNe), através de quatro frentes de atuação, traz para o debate social, político e académico as experiências de gravidez, parto e pós-parto de mulheres negras e afrodescendentes em Portugal. Concluiu-se que há necessidade de aprofundar o debate sobre as opressões e desigualdades raciais nos cuidados obstétricos, pelo que este artigo pretende também romper com o silêncio em torno do tema e transformá-lo em ação.

Palavras-chave: movimentos sociais; racismo; saúde materna; violência obstétrica

Abstract

Obstetric violence is a gender violence, which has racism as an overlay, making Black women more vulnerable. In Portugal, this reality remains silenced behind the myth of social equality disseminated post-colonial period. The bodies of these women in the obstetric scenario in the country, bring us the need to address issues of body-race-health articulated with the feminist and Black movements. This article is based on a theoretical approach sustained in post-colonial and feminist studies, with a sociological perspective. For its methodology, this article shares the actions of a collective of antiracist women acting from an intersectional perspective, using the methodological technique of the experience report. The main results of this study point to the pertinence of developing intersectional sociological research on the reproductive health experiences of racialized women in Portugal and the importance of social movements to conduct such work. The collective *Saúde das Mães Negras* (SaMaNe) through four fronts brings to social, political, and academic debate the experiences of pregnancy, childbirth and postpartum of black and afro-descendant women in Portugal. In conclusion, there is a need to deepen the debate on oppression and racial inequalities in obstetric care, and this article also intends to break the silence around the theme and transform it into action.

Keywords: social movements; racism; maternal health; obstetric violence

Introdução

Os direitos sexuais e reprodutivos constituem uma ramificação dos Direitos Humanos e incluem o acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva, a possibilidade de viver uma vida segura, a autonomia corporal e o direito a reproduzir-se em liberdade e segurança. Muito embora as últimas décadas tenham visto grandes avanços no que diz respeito ao acesso a cuidados de saúde maternos, visando a gravidez, parto e pós-parto, ainda resta trabalho por fazer. Os movimentos sociais feministas têm-se articulado desde os anos 1960, de forma a exigir cuidados de saúde reprodutiva que respeitem a autonomia da mulher e que caminhem para a diminuição da medicalização do processo, em momentos em que as intervenções são desnecessárias. Da América Latina chega o conceito de violência obstétrica, uma construção epistêmica feminista que nasce dos movimentos sociais, no início do século XXI. Este conceito, ao contrário do de humanização do parto, procura ter uma perspectiva interseccional que permite explicar de que forma a vivência das mulheres racializadas difere das experiências de outras mulheres. Em alguns territórios, como o Brasil e os EUA, dados quantitativos e qualitativos têm indicado que as mulheres negras têm mais probabilidades de sofrer violência obstétrica, em comparação com as mulheres brancas, e mais probabilidade de desenvolver comorbidades em consequência de negligências nos cuidados durante a gravidez, parto e pós-parto. Sobre Portugal, poucos são os dados disponíveis sobre as experiências de mulheres racializadas no acesso aos cuidados de saúde, pelo que surgiu a necessidade de criar um coletivo que tem como objetivo chamar a atenção para esta temática. Este artigo tem como objetivo

relatar as experiências desse coletivo de mulheres antirracistas atuantes, sob uma óptica interseccional, em Portugal.

Enquadramento teórico

A violência obstétrica nomeia um fenômeno multifacetado e difuso que pode ocorrer durante o contato com os cuidados de saúde sexual e reprodutiva de mulheres que engravidam (Sesia, 2020). Violência obstétrica define-se como “a apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde que se expressa numa relação desumanizadora, num abuso de medicalização e patologização dos processos naturais e traz consigo uma perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre os seus corpos e sexualidade, impactando negativamente a qualidade de vida das mulheres” (Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2007). Experiências de violência são comuns em todos os contextos geográficos e violam o direito a cuidados de saúde dignos e respeitosos. Os abusos mais comuns são de violência física e/ou psicológica, através de discriminações várias (Bohren et al., 2015), pelo que, embora a violência obstétrica seja uma violência de gênero, é importante ter em conta outros aspetos identitários da parturiente que possam influenciar a experiência de gravidez, parto e pós-parto. Tendo em conta o passado colonial e racista da biomedicina, é pertinente olhar para esse processo de uma perspectiva interseccional.

A teoria interseccional é uma teoria que emerge das margens, com base no trabalho das feministas negras; pretende demonstrar como as discriminações de raça se cruzam e sobrepõem às opressões de gênero e classe (Crenshaw, 1989). As experiências

de gravidez, parto e pós-parto das mulheres negras são uma forma de expressão da interseccionalidade das opressões, e é muitas vezes difícil de discernir por ocorrer dentro dos sistemas de cuidados de saúde, espaços em que se espera ser de atenção, cuidado, respeito e amabilidade. Para as mulheres racializadas, as relações de gênero não podem ser separadas dos processos de racismo e relação de classe, pois estes não são neutros, nem benignos e resultam no seu silenciamento e exclusão (Anderson, 2000). O consultório obstétrico constitui um lugar de reprodução de raça, enquanto construção social produzida através de procedimentos institucionais (Bridges, 2009). Esse espaço institucional de cuidado age, assim, também como um lugar de reprodução do racismo, enquanto sistema de hierarquização dos seres humanos (Grosfoguel, 2016). O racismo é um sistema social, político e cultural que modela as crenças dos indivíduos que se consideram racialmente superiores sobre aqueles que consideram inferiores. Esta hierarquização faz parte da criação e manutenção das desigualdades sociais que permite a preservação dessas mesmas hierarquias.

É consensual entre a maioria da comunidade científica que não existem raças na espécie humana. Contudo, a raça continua a influenciar e a pairar nas experiências diárias das sociedades. As ideologias raciais que permanecem nas sociedades eurocêntricas causam barreiras diversas, nomeadamente de acesso à cidadania e a serviços, como é o caso da justiça, educação, emprego e saúde (Goldberg, 2006). Além do mais, mesmo tendo acesso a cuidados de saúde, a experiência das pessoas racializadas é muitas vezes marcada pela violência racial, tornando as pessoas negras mais vulneráveis ao desenvolvimento de doenças que impactam a sua vida e a dos seus descendentes. As ideologias do racismo científico do século XIX ainda hoje têm repercussões nos (des) cuidados prestados às pessoas racializadas. Criou-se um mito de que as pessoas negras seriam menos sensíveis à dor (Hoberman, 2012), e este mito tem como reflexo a menor taxa de administração de anestésias durante os procedimentos médico e a negligência face a queixas de dor (Bhopal, 2007; Hamed et al., 2020; Santos, 2009).

A medicina obstétrica e ginecológica desenvolveu-se, em parte, com base em experiências realizadas em corpos de mulheres negras escravizadas (Owens, 2017; Scott & Davis, 2021; Washington, 2008). Não só se mantinha a crença de que as pessoas negras eram extremamente resistentes à dor, como seriam hiperfêteis e teriam corpos preparados para parir, ao contrário das mulheres brancas. Este é um mito que justifica a negligência e a ausência de intervenções, mesmo quando necessárias, durante o parto. Estas situações constituem o que se entende por racismo obstétrico, que surge na intersecção entre a violência obstétrica e o racismo médico

(Tempesta & Eneile, 2020). Na sua conceção original, a violência obstétrica não tem em conta a forma como o racismo se materializa nas experiências de gravidez, parto e pós-parto das mulheres negras, pelo que o conceito de racismo obstétrico pretende dar sentido à narrativa histórica sobre a reprodução de práticas gineco-obstétricas na qual os corpos das mulheres negras são violentados (Tempesta & Eneile, 2020) e explicar as disparidades existentes entre mulheres, quando se tem em conta a sua identidade étnico-racial.

Existem alguns estudos que têm vindo a comprovar que a discriminação racial e as desigualdades sociais associadas impactam os resultados de gravidez e parto das mulheres racializadas. Nos EUA, a mortalidade materna é mais elevada entre mulheres afro-americanas, e estas têm quatro vezes mais probabilidades de morrer de complicações relacionadas com a gravidez (Wynn, 2019). No Brasil, um estudo a nível nacional demonstrou que as mulheres pobres e negras estão mais sujeitas à negligência médica e omissão de auxílio (Leal et al., 2017). As investigações têm demonstrado que existe um tratamento diferenciado entre mulheres, com base em atributos considerados positivos, associados na maioria dos casos à branquitude, e atributos negativos, que são muitas vezes relacionados com a negritude (Assis, 2018; Leal et al., 2017; Oliveira, 2018; Rodrigues, 2020). O estudo "A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil" demonstrou que as mulheres pardas e pretas passam por menos intervenções obstétricas no parto, em comparação com as mulheres brancas, e recebem menos anestesia local quando submetidas à episiotomia. A menor taxa de intervenção, num país que entende as intervenções como sinónimo de bons cuidados, reflete um menor cuidado por parte dos serviços (Leal et al., 2017).

Em Portugal, desde o século XIX, após o povoamento dos territórios africanos, o país criou uma narrativa sobre uma suposta relação de amizade e companheirismo entre brancos e negros que viria a ser denominada lusotropicalismo. Esta ideologia desculpabiliza a administração portuguesa pela sua ação colonial, criando também a mitologia do país não racista, ao contrário de outros países colonizadores (Matos, 2018). No período pós-25 de Abril, esse mito alastra-se até à atualidade, com o objetivo político, social e simbólico de manter o *statu quo* de paternalismo colonial de Portugal face às suas antigas colónias. Cria-se assim a ideia de que é um país onde ninguém é discriminado; contudo, isso só é verdade se toda a gente se mantiver no seu lugar. Este imaginário ligava Portugal a uma Europa que se posicionava politicamente como sendo livre de discriminações raciais (Goldberg, 2006; Hamed et al., 2020), muito embora pouco ou nada tenha feito para contrariar as relações de hierarquia racial que

constituem o passado colonial e que se entrelaçam com a realidade atual.

O racismo estrutural presente no país traduz-se em vários fatores de discriminação e exclusão da população afrodescendente: microagressões quotidianas ("De onde és? Os teus pais não são portugueses!"; "Volta para a tua terra"; "Lá em África vocês..."); invisibilização das discriminações e das condições de vida pela impossibilidade de recolha de dados oficiais a nível nacional que impedem a criação de políticas públicas direcionadas para as necessidades específicas da população; exclusão de pessoas racializadas de lugares de visibilidade social; pouco incentivo para a continuação dos estudos além do ensino secundário; atribuição geral de empregos no primeiro setor; discriminação no acesso à habitação, justiça e saúde (Alves, 2013; Roldão, 2016; Vala et al., 1999). Neste último aspecto, nos cuidados de saúde, a hegemonia do pensamento biomédico, que tem como base a herança colonial, leva a uma formação médica pouco crítica sobre violência obstétrica, à inexistência de dados oficiais no sistema de saúde sobre a gravidez, parto e pós-parto em mulheres negras em Portugal, à fragilidade da participação popular/feminina, como consequência do sistema patriarcal, bem como a uma baixa disseminação de informação e comunicação, em especial com mulheres negras e pobres, que seja atenciosa, vinculativa e qualificada.

Métodos

Este trabalho constitui um relato de experiência, descritivo e reflexivo, sobre as ações e vivências de um coletivo de mulheres antirracistas em Portugal no enfrentamento do racismo obstétrico e na partilha de informações para dar suporte às mulheres negras no país. A técnica foi escolhida devido à necessidade, pela ausência de debate no contexto académico e político local, de descrever a experiência de um coletivo social que integra conhecimentos teóricos e práticos.

O relato de experiência é um estilo de produção que quebra com o modelo académico positivista, em que se procura transmitir o conhecimento com base num passo a passo fechado. Neste artigo, assumimos que não somos operadoras neutras. Pelo contrário, agimos e interagimos com o campo e procuramos com este relatório invocar algumas reflexões sobre a constituição de movimentos sociais feministas antirracistas em Portugal. Este é um desenrolar de memórias que não pretende apresentar conclusões estanques; contudo, tem em consideração os resultados da nossa experiência enquanto lições aprendidas, com que pretendemos causar inquietações e expor igualmente algumas lacunas (Hoga & Abe, 2000).

Considerando que uma das atividades do coletivo é a aplicação de um questionário, como deta-

lhado a seguir, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comité de Ética do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, cumprindo todas as obrigações éticas e regimentais.

Resultados e discussões – Relato de experiência

Em Portugal, nos últimos anos tem se observado um aumento na quantidade e qualidade de debates de movimentos, grupos, coletivos e indivíduos que se dedicam ao tema do parto humanizado e/ou respeitado e ao combate às diversas faces da violência obstétrica. No entanto, estes debates são constituídos em maioria por mulheres brancas e têm como público mais prevalente este mesmo perfil. Neste sentido, entendemos que as mulheres negras representam corpos que por vezes são mais violados, porém na mesma medida são silenciados e camuflados nos outros corpos dentro do cenário obstétrico.

O coletivo SaMaNe (Saúde das Mães Negras) nasce, assim, da necessidade de articular questões do corpo feminino com o corpo racializado, no âmbito dos cuidados de saúde sexual e reprodutiva. Trata-se de um coletivo de mulheres plural em geografias e identidades (constituído por mulheres brasileiras, portuguesas e africanas), que se juntou com o propósito de trazer ao debate social, académico e político as diversas experiências obstétricas das mulheres negras e afrodescendentes em Portugal, na tentativa de suprir uma lacuna na informação e consequentemente no olhar específico sobre essas mulheres.

O grupo nasce especificamente em julho de 2020, após os movimentos mundiais desencadeados pelo *Black Lives Matter*. A maior visibilidade da questão da violência contra a pessoa negra suscitou a curiosidade de uma das componentes do coletivo em saber como era a realidade portuguesa das mulheres negras no cenário da violência obstétrica. Surpreendentemente (ou não), nada foi encontrado na literatura e nas publicações midiáticas. Perante a ausência de informação, surge a inquietação e a necessidade de debater o tema e de trazer à luz as experiências e vivências das mulheres negras e afrodescendentes no contexto obstétrico no país. Desta forma, após uma convocatória através das redes sociais da FEMAFRO (Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes em Portugal), cinco mulheres se uniram neste desafio e provocação.

As ações do SaMaNe acontecem em quatro principais frentes: 1) aplicação do inquérito: "Experiências de gravidez, parto e pós-parto de mães negras e afrodescendentes em Portugal"; 2) rodas de conversa com mulheres negras; 3) divulgação de informações e participação em eventos académicos e políticos; 4) contribuição para a formulação de

políticas públicas em favor da mulher negra em Portugal.

Referente à primeira linha de atuação, o inquérito foi construído mediante a quase ausência de informação oficial ou extraoficial sobre a relação entre as mulheres negras e o período obstétrico em Portugal, tendo sido adaptado de outros inquéritos, nomeadamente o inquérito nacional realizado no Brasil, “Nascer no Brasil” (2011-2012), e o estudo realizado entre 2015 e 2019 pela Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (APDMGP). Desta forma, passados aproximadamente quatro meses de estudo e preparo entre as componentes do grupo, e após um estudo-piloto com oito mulheres, lançámos no dia 08 de março de 2021 (em alusão ao Dia Internacional das Mulheres) nas redes sociais uma pesquisa *online* e anônima. A coleta de dados (ainda aberta) está sendo realizada através de um inquérito, por *Web Surveys*, com questionário autoaplicável, desenvolvido na plataforma *Google Docs*. O questionário é composto por seis blocos de perguntas abertas e de múltipla escolha e contém questões sobre: os aspectos socioeconômicos, os antecedentes obstétricos, o pré-natal, o parto, informações sobre o bebê, a amamentação e o pós-parto. Até o presente momento participaram aproximadamente 140 mulheres, tendo algumas feito os seguintes relatos:

Além de terem falado para o meu marido ir para casa que não estava ali a fazer nada, também sugeriram que, sendo de ascendência negra, seria um parto fácil; e quase nunca me explicaram os procedimentos e a razão dos mesmos.

Quando injetaram algo no meu soro e as dores começaram, chamei a enfermeira e disse que já não estava a aguentar mais as dores, ela me disse que nós pretas somos boas “parideiras” e que ia aguentar.

O fato de ser angolana resultou com que as próprias enfermeiras tomassem decisões por mim! Voltaram-me a fazer todos os exames na noite do parto. E muitos saíram errado.

Em dois momentos senti que, por ser negra, fizeram suposições a meu respeito; acharam que não teria o cartão de cidadão e que já tinha mais filhos. Neste segundo momento, a médica sugeriu até que fizesse uma histerectomia sem ver o meu caso. Assustou-me imenso.

Sobre o tema, os poucos estudos realizados em Portugal sobre a saúde das mães e grávidas negras apresentam-se na perspectiva da migração, concluindo, na maioria dos casos, que as migrantes

negras têm experiências menos satisfatórias quando acedem aos cuidados de saúde do que as mulheres brancas (Dias & Rocha, 2009; Machado et al., 2016; Topa, 2015). Apesar da importância destes estudos para início do diálogo e provocação, cabe ressaltar que não existem apenas mulheres negras migrantes em Portugal, mas também mulheres portuguesas negras, e é neste sentido que existe uma lacuna gritante nas pesquisas. E neste mesmo sentido observamos, como por exemplo na última fala, que, pelo fato de a mulher ser negra, a profissional de saúde realizou um pré-julgamento de que aquela não seria portuguesa.

Relativamente aos outros depoimentos, observa-se um discurso racista dos profissionais através da reprodução de estereótipos e da infantilização do corpo negro. Estas atitudes são reflexo de uma estrutura racista e colonial em que as profissões de saúde originalmente se inserem, numa perspectiva biomédica. Nesta, o corpo humano é o lugar do conhecimento, da experimentação e do (bio)poder (Foucault, 1972). Neste sentido, durante o século XIX, desenvolveram-se discursos sobre higiene e saúde pública sobre corpos considerados dissidentes, como é o caso das mulheres e dos negros, por exemplo. Especificamente sobre a saúde obstétrica, o médico estadunidense James Sims, conhecido como o “pai da ginecologia moderna”, criou a técnica cirúrgica para reparação da fístula vesico-vaginal. No entanto, em seus experimentos realizava cirurgias sem o consentimento expresso e sem o uso de anestesia em mulheres negras escravizadas, pois considerava que os africanos teriam uma elevada tolerância à dor (Washington, 2008). Como pode perceber-se, existe uma semelhança entre a fala de Sims e a fala de alguns profissionais referente à suposta resistência à dor das mulheres negras, o que revela que, apesar de estarmos no século XXI, o pensamento e atitudes racistas permanecem como herança, reverberando na produção e reprodução do racismo obstétrico.

Outros países apontam de forma mais direta e abrangente a raça como marcador de adoecimento e de vulnerabilidade obstétrica. Observa-se, por exemplo, que nos Estados Unidos, entre 2014 e 2017: a proporção de mães negras que morrem durante ou após a gravidez é três vezes maior do que a de mães brancas (Centers for Disease Control and Prevention, 2020); as mães negras continuam obtendo resultados ruins – como ter um bebê abaixo do peso ao nascer (Colen et al., 2006); e sofrem estresse relacionado à raça e gênero, apresentando consequentemente piores resultados da gravidez (Jackson et al., 2012). No Brasil, a pesquisa nacional “Nascer no Brasil” (2011-2012) apontou que, entre as mulheres negras: 65,9% sofrem violência obstétrica; recebem 50% menos anestesia em caso de corte do períneo; 27% veem negado o acesso ao

acompanhante; são as que mais migram entre os hospitais à procura de assistência ao parto; representam 65% dos óbitos maternos (Leal et al., 2017).

Os dados acima e os achados preliminares do inquérito apontam a necessidade de compreendermos que as questões socioeconômicas, raciais e de gênero estão associadas às iniquidades em saúde; portanto devem ser posicionadas como fatores de determinação social da saúde. Além disso, o racismo, enquanto ideologia que se mantém às custas da suposta superioridade de uns sobre outros, levando ao controle e/ou eliminação de seus corpos simbólicos, coletivos e físicos e impactando diretamente no processo saúde-doença, precisa ser considerado como fator importante na produção de desigualdades (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2011).

A segunda frente – rodas de conversa com mulheres negras – tem o objetivo de propiciar um lugar seguro de trocas de experiências e informações entre as mulheres, em especial, as negras. As rodas, em formato presencial ou *online*, se dão no mínimo uma vez no mês e podem ser promovidas pelo próprio coletivo ou a convite de instituições (como espaços comunitários), pessoas e movimentos parceiros. Os temas abordados versam questões relacionadas à maternidade, como: sentimento ao saber da notícia da gravidez, direitos, experiências de parto e amamentação.

As rodas de diálogos podem ser consideradas, além de momentos de partilha, como espaços de resistência e representatividade, pois nelas as mulheres têm possibilidade de se verem umas nas outras e de falarem livremente, coisa que historicamente não foi (e ainda não é) permitido ao corpo feminino negro. Para Hooks (2019), na obra “Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra”, diante da exploração, discriminação e opressão das mulheres negras, existe a possibilidade de usar as experiências vividas para criar uma contra-hegemonia através da crítica do racismo, sexismo e classicismo. A autora afirma que, “para mulheres negras, nossa luta não tem sido emergir do silêncio para a fala, mas mudar a natureza e a direção da nossa fala, para fazer uma fala que atraia ouvintes, que seja ouvida” (Hooks, 2019, pp. 32-33).

A ação de divulgação de informações, assim nomeada pois tem o objetivo de debater e/ou comunicar sobre um tema, acontece normalmente através das redes sociais, por meio de *lives* e *webinars* com mulheres negras. Outra comunicação frequente se dá por meio de publicações com produção de conteúdo que abordam temas que dialoguem sobre a saúde materna e o racismo. Desta forma, a rede social tem sido, para o coletivo, um espaço potente de informar e de comunicar, pois, como afirma Franco (2012, p. 117), contribui para “um processo de socialização, algum tipo de interação coletiva e

social que pressupõe a partilha de informações, conhecimentos, desejos e interesses”; contudo, sabemos, que esta ferramenta não alcança todas as mulheres que desejaríamos, pois, por vezes, é mais acessível a certos grupos etários ou classes sociais (Minella, 2013). Também é um importante espaço de comunicar e divulgar informações, pela maior extensão, a nossa apresentação em mídias televisiva, rádio e jornalística, já que colaboramos em dois programas na televisão pública de Portugal, uma entrevista em rádio e três reportagens para jornais digitais.

Já relativamente à participação em eventos acadêmicos e políticos, está tem se dado mediante convite de outros movimentos sociais e acadêmicos para participarmos e colaborarmos em mesas redondas, mediação de cursos, conferências, debates, manifestações públicas. Dentro do espaço acadêmico, destacamos o chamamento da Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa e da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa. Este destaque se dá porque demonstra a preocupação dos estudantes em debater a questão racial na saúde, tema muitas vezes ausente ou insuficiente na formação curricular oficial das instituições de ensino. Estas ausências ou insuficiências, por sua vez, contribuem para exacerbar indicadores de saúde negativos na população negra, para o não reconhecimento das suas necessidades de saúde, para a negligência do Estado no cuidado, dentre outros aspectos (Werneck, 2016). Assim, mesmo que de maneira insatisfatória, já que o ideal seria que a interface saúde e raça fosse abordada de forma ampla e integral na grade curricular de todos os cursos da saúde, o fato de estudantes de cursos com um caráter biomédico hegemônico, especial de medicina, se interessarem minimamente em discutir e refletir sobre a questão já pode ser considerado um avanço importante.

Do ponto de vista de eventos políticos, podemos mencionar nossa participação como colaboradoras na Greve Feminista de 2021 e 2022 referente ao Dia Internacional das Mulheres, na manifestação nacional contra a violência obstétrica e na vigília por partos respeitados, ambas em 2021. Cabe ressaltar que nos dois cenários – acadêmico e político – a presença de um coletivo com uma pauta diretamente antirracista é muito mais que uma simples aparição, pois representa um ato de existir e resistir e, como aponta Hooks (2019):

Quando nos desafiamos a falar com uma voz libertadora, ameaçamos até aqueles que podem, a princípio, afirmar que querem ouvir nossas palavras. No ato de superar nosso medo da fala, de sermos vistas como ameaçadoras, no processo de aprendizagem de falar como sujeitas, participamos da luta global para

acabar com a dominação. Quando acabamos com nosso silêncio, quando falamos com uma voz libertadora, nossas palavras nos conectam com qualquer pessoa que viva em silêncio em qualquer lugar. (p. 55)

E por fim, a quarta frente de atuação do SaMaNe – contribuição para a formulação de políticas públicas em favor da mulher negra em Portugal – tem o objetivo de, a partir de todas as ações anteriores, fornecer subsídios para que a ação política coletiva se torne uma agenda política do Estado, onde, desejando de forma esperançosa, possamos contribuir para a formulação de uma política pública voltada para a população negra no país. Neste caminho, colaboramos na consulta pública para o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação; na assinatura da petição pública pela criminalização da violência obstétrica em Portugal; e, junto à ONU, na elaboração do relatório "Statement to the media by the United Nations' Working Group of Experts on People of African Descent, on the conclusion of its official visit to Portugal".

Diante do exposto, o coletivo SaMaNe tenta contribuir para, não apenas trazer ao debate as opressões e desigualdades que mulheres negras vivem no cenário obstétrico, mas também romper com o silêncio em torno do tema e transformar este silêncio em ação. Assim, almejamos que as mulheres negras em Portugal assumam seu lugar de sujeito e protagonista de suas próprias histórias e vivências.

Agradecimentos

Agradecemos as mulheres que participaram do inquérito até o momento; sem elas nada faria sentido e nossa luta seria vazia. E aos movimentos sociais e coletivos parceiros, que nos apoiam e estão sempre juntos resistindo.

Financiamento

Laura Elisabete Figueiredo Brito é financiada pela FCT-MCTES através da Bolsa de Doutorado (SFRH/BD/144322/2019).

Declaração de contribuição de autores

Todas as autoras cumpriram os seguintes critérios de autoria: 1) ter contribuído de modo substantivo para a concepção/desenho do trabalho ou na recolha, análise ou interpretação dos dados; 2) ter contribuído de modo substantivo na escrita ou revisão crítica; 3) ter aprovado a versão final submetida, responsabilizando-se pela totalidade do trabalho realizado, incluindo as suas implicações éticas.

Notas

- ¹ O presente trabalho foi escrito respeitando as normas do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Referências bibliográficas

- Alves, A. R. L. (2013). *Para uma compreensão da segregação residencial: O Plano Especial de Realojamento e o (anti-)racismo* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Anderson, J. M. (2000). Gender, 'race,' poverty, health, and discourses of health reform in the context of globalization: A postcolonial feminist perspective in policy research. *Nursing Inquiry*, 7, 220-229. <https://doi.org/10.1046/j.1440-1800.2000.00074.x>
- Assis, J. F. (2018). Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: Compreensões à violência obstétrica. *Serviço Social & Sociedade*, (133), 547-565. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.159>
- Bhopal, R. S. (2007). Racism in health and health care in Europe: Reality or mirage?. *European Journal of Public Health*, 17(3), 238-240. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckm039>
- Bohren, M. A., Vogel, J. P., Hunter, E. C., Lutsiv, O., Makh, S. K., Souza, J. P., & Gumezoglu, A. M. (2015). The mistreatment of women during childbirth in health facilities globally: A mixed-methods systematic review. *PLoS Medicine*, 12(6), 1-32. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001847>
- Bridges, K. M. (2009). Quasi-colonial bodies: An analysis of the reproductive lives of poor black and racially subjugated women. *Columbia Journal of Gender and Law*, 18(2), 609-646. <https://doi.org/10.7916/cjgl.v18i2.2572>
- Centers for Disease Control and Prevention (CDC). (2020). *Pregnancy Mortality Surveillance System*. <https://www.cdc.gov/reproductivehealth/maternal-mortality/pregnancy-mortality-surveillance-system.htm>
- Colen, C. G., Geronimus, A. T., Bound, J., & James, S. A. (2006). Maternal upward socioeconomic mobility and black-white disparities in infant birthweight. *American Journal of Public Health*, 96(11), 2032-2039. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2005.076547>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.
- Dias, S. F., & Rocha, C. F. (2009). *Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras: Um estudo qualitativo*. ACIDI, I.P.
- Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA). (2007). *El derecho de las mujeres a una vida libre de violencia*. *Ley Orgánica n.º 36.668*. https://venezuela.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Ley_mujer%20%281%29_0.pdf

- Foucault, M. (1972). *The archaeology of knowledge*. Harper and Row.
- Franco, I. (2012). Redes sociais e EAD. In F. M. Litto & M. Formiga (Eds.), *Educação a distância: O estado da arte* (pp. 116-124). Pearson.
- Goldberg, D. T. (2006). Racial europeanization. *Ethnic and Racial Studies*, 29(2), 331-364. <https://doi.org/10.1080/01419870500465611>
- Grosfoguel, R. (2016). What is racism?. *Journal of World-Systems Research*, 22(1), 9-15. <https://doi.org/10.5195/jwsr.2016.609>
- Hamed, S., Thapar-Bjorkert, S., Bradby, H., & Ahlberg, B. M. (2020). Racism in European health care: Structural violence and beyond. *Qualitative Health Research*, 10(11), 1662-1673. <https://doi.org/10.1177/1049732320931430>
- Hoberman, J. (2012). The nature of medical racism: The origins and consequences of medical racism. In J. Hobberman (Ed.), *Black and blue* (pp. 1-17). University of California Press.
- Hoga, L. A. L., & Abe, C. T. (2000). Relato de experiência sobre o processo educativo para a promoção da saúde de adolescentes. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 34(4), 407-12. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342000000400014>
- Hooks, B. (2019). *Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante.
- Jackson, F. M., Rowley, D. L., & Owens, T. C. (2012). Contextualized stress, global stress, and depression in well-educated, pregnant, African American women. *Women's Health Issues*, 22(3), 329-336. <https://doi.org/10.1016/j.whi.2012.01.003>
- Leal, M., Gama, S. G. N., Pereira, A. P. E., Pacheco, V. E., Carmo, C. N., & Santos, R. V. (2017). A cor da dor: Iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(1), 1-17. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>
- Machado, M. C., Santana, P., Carreiro, M. H., Nogueira, H., Barroso, M. R., & Dias, A. (2006). *Iguais ou diferentes? Cuidados de saúde materno-infantil a uma população de imigrantes*. Laboratórios BIAL.
- Matos, P. F. (2018). "Raça", miscigenação e preconceito: Desafios actuais perante a evolução do pensamento social (e racial e nacional) brasileiro. *Portuguese Studies Review*, 26(1), 273-298.
- Minella, A. C. (2013). Análise de redes sociais, classes sociais e marxismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(83), 185-194. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300012>
- Oliveira, E. H. S. A. (2018). *Mulheres negras vítimas de violência obstétrica: Estudo em um hospital público de Feira de Santana* [Dissertação de mestrado não publicada]. Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.
- Owens, D. C. (2017). *Medical bondage: Race, gender, and the origins of American gynecology*. University of Georgia Press.
- Rodrigues, A. A. (2020). *É racismo que está aqui, e é isso que vai pautar até o fim: O ativismo de mulheres negras sobre violência obstétrica*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.
- Roldão, C. (2016, abril 27). Os afrodescendentes no sistema educativo português [Comunicação em encontro científico]. *Encontros Mensais sobre Experiências Migratórias*, Lisboa.
- Santos, G. C. (2009). *Recém-nascidos de muito baixo peso e famílias migrantes. Maternidade Dr. Alfredo da Costa – Uma janela sobre a sociedade contemporânea portuguesa* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. RUN – Repositório da Universidade NOVA de Lisboa.
- Scott, K. A., & Davis, D. A. (2021). Obstetric racism: Naming and identifying a way out of black women's adverse medical experiences. *American Anthropologist*, 123(3), 681-684. <https://doi.org/10.1111/aman.13559>
- Secretaria de Políticas de Promoção da igualdade racial – Seppir/PR. (2011). *Racismo como determinante social da saúde*. Presidência da República.
- Sesia, P. (2020). Naming, framing, and shaming through obstetric violence: A critical approach to the judicialisation of maternal health rights violations in Mexico. In J. Gamlin, S. Gibbon, P. Sesia & L. Berrio (Eds.), *Critical medical anthropology: Perspectives in and from Latin America* (pp. 222-247). UCL Press.
- Tempesta, G. A., & Eneile, M. (2020). Racismo obstétrico: A política racial da gravidez do parto e do nascimento. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 12(2), 751-778. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i2.9194>
- Topa, J. (2015). *Cuidados de saúde materno-infantis a imigrantes na região do grande Porto: Percursos, discursos e práticas*. ACM, I.P.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e o racismo subtil em Portugal. In J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Celta.
- Washington, H. A. (2008). *Medical Apartheid: The dark history of medical experimentation on black Americans from colonial times to the present*. Harlem Moon.
- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 535-549. <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>
- Wynn, G. T. (2019). The impact of racism on maternal health outcomes for black women. *Race & Social Justice Law Review*, 10(1), 85-108. <https://repository.law.miami.edu/umrsjlr/vol10/iss1/6>



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 09/07/2022. Aceite para publicação a 15/11/2022.

REPENSANDO O PATRIMONIALISMO: AINDA UMA CHAVE EXPLICATIVA DO ESTADO BRASILEIRO?¹

RETHINKING PATRIMONIALISM: STILL A WAY TO UNDERSTAND THE BRAZILIAN STATE?

<https://doi.org/10.4000/sociologico.10732>

Fagner Dantas

■ Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) / Prefeitura Municipal de Salvador, 40070-650 Salvador – BA, Brasil. Email: fdantas@salvador.ba.gov.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4895-2786>

Resumo

O presente artigo busca discutir a relevância atual do conceito de patrimonialismo. A abordagem teórica realça o viés histórico por entender que o patrimonialismo é uma conduta que marca a evolução sociopolítica brasileira. A abordagem metodológica privilegia a revisão bibliográfica, porém abarcando tanto autores clássicos quanto contemporâneos; igualmente, reúne tanto a análise voltada para a realidade nacional quanto o uso do conceito para refletir sobre a realidade de outros países. Como resultados, apresentam-se cinco teses que buscam sintetizar a reflexão atual sobre o tema e que mostram que o conceito de patrimonialismo, não obstante vozes dissonantes, ainda ajuda a explicar como chegamos até aqui e o que precisamos mudar para evoluir enquanto nação.

Palavras-chave: patrimonialismo; Estado; desenvolvimentismo; Max Weber

Abstract

The present work seeks to discuss the current relevancy of "Patrimonialism" as a concept to understand Brazilian reality. The theoretical approach emphasizes the historical perspective because the concept is seen as a practice that integrates the social and political evolution of Brazil. The methodological approach is based on a review of the main bibliography about the theme. However, not only the classical authors are used, but also the new thinkers. In the same direction, the bibliography revised reach the use of the concept on different national realities, showing its functionality on a global scale. As result, five "thesis" are presented to summarise the current debate about "patrimonialism", demonstrating its analytical value, despite the authors who denies the importance of patrimonialism as an explanatory key of national ills.

Keywords: patrimonialism; State; developmentalism; Max Weber

1. Introdução

A política pode ser considerada a arte do possível. Em alguns casos, esse "possível" implica até na suspensão da impossibilidade da convivência entre contrários. No caso da permanência do patrimonialismo na atuação do Estado brasileiro, essa suspensão chega ao extremo. Como sua onipresença histórica parece indicar, o patrimonialismo mostra-se refratário aos rótulos que povoam a historiografia política

nacional (arcaico, moderno, agrário, industrial, Direita, Esquerda, etc.), aparentando sobreviver aos mais variados ambientes político-institucionais sem perder sua marca registrada: a indistinção entre o patrimônio público e o interesse privado.

Uma questão de partida balizará o presente texto: Quais as razões da manutenção do patrimonialismo como uma chave explicativa relevante para entender o Estado brasileiro atual? Para tal incursão, o texto terá as seguintes seções. Após

essa introdução, o tópico 2 buscará discutir inicialmente o significado do termo *patrimonialismo*. No tópico 3, serão propostas cinco teses explicativas para a resiliência patrimonialista brasileira. O tópico conclusivo sintetizará o texto e apontará algumas questões em aberto.

2. O patrimonialismo enquanto conceito

Qualquer discussão sobre o patrimonialismo enquanto conceito passa pelo nascimento do termo pela pena do sociólogo alemão Max Weber. Weber é conhecido pela sua contribuição à sociologia política, em especial sobre as diversas formas do exercício do poder em sociedades humanas, desde as mais tradicionais e rústicas, baseadas no carisma pessoal do líder, até às mais sofisticadas, baseadas em burocracia e racionalidade impessoais. É neste contexto que o sociólogo (Weber, 1964, p. 784) descreve o modelo de Estado Patrimonial e sua indefectível indistinção entre o patrimônio público e os interesses privados dos governantes:

O Estado patrimonial é o representante típico de um conjunto de tradições inquebrantáveis. O domínio exercido pelas normas racionais se substituiu pela justiça do príncipe e seus funcionários. Tudo se baseia então em considerações pessoais. Os próprios privilégios outorgados pelo soberano são considerados provisórios.

Acreditamos que, escrita na virada para o século XX, a conceituação de Weber poderia ganhar maior robustez na nossa análise quando contraposta a outras definições mais tipicamente brasileiras, da virada do século XX para o XXI. Vejamos como dois notórios analistas da realidade política nacional, José Antônio Gomes Pinho e Luiz Carlos Bresser-Pereira, definem esse fenômeno. Para Pinho, o patrimonialismo é uma “situação em que não há uma distinção clara entre o que é público e o que é privado, o que é do reino e o que é do governante, o que é de todos e o que é do monarca” (Pinho, 2001, p. 40). Já Bresser-Pereira define claramente: “Patrimonialismo significa a incapacidade ou a relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e os bens privados” (Bresser-Pereira, 1999, p. 26).

Ao utilizarem expressões como “não há distinção clara”; “incapacidade”; “relutância”, os autores citados acima praticamente atenuam o dolo efetivo daqueles praticantes da conduta patrimonialista, uma vez que não se pode cobrar deles uma clareza inexistente ou uma capacidade fora de alcance. Mesmo quando se fala em “relutância”, não parece que estamos diante de um dolo efetivo, uma intenção consciente, uma prática contumaz, mas de uma falha eventual de caráter. Entendemos que tais

“ressalvas” devem-se ao fato de ser hoje altamente reprovável a chamada conduta patrimonialista. Neste caso, vale a pena uma primeira questão: seria pertinente utilizar outros termos, como, por exemplo, *clientelismo*, para “atualizar” a roupagem de uma essência patrimonialista perene?

A discussão em torno da possibilidade de considerar como sinônimos as expressões *patrimonialismo* e *clientelismo* já estaria colocada pela proximidade de significado quando ambas são usadas nos mais diversos textos. Essa discussão tem por base o uso dos dois termos por alguns autores, em particular Bresser-Pereira, no Prefácio à obra *A gramática política do Brasil: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático*, de Edson de Oliveira Nunes: “O clientelismo faz parte da tradição secular brasileira e seus outros dois nomes são patrimonialismo e fisiologismo” (Nunes, 2010, p. 25). Em sentido idêntico, porém em ordem inversa (o que só reforça a intercambialidade dos termos), o autor, em outra oportunidade, assim se pronuncia sobre a administração patrimonial: “Ela confunde o patrimônio privado do príncipe com o patrimônio público e sobrevive em sistemas democráticos imperfeitos, sob a forma de clientelismo ou fisiologismo” (Bresser-Pereira, 2009, p. 22). Entendendo a postura de Bresser-Pereira, cabe verificar se, na definição que faz do conceito de clientelismo, Edson de Oliveira Nunes (2010, p. 63) de algum modo se aproxima da noção acima estabelecida em torno do conceito de patrimonialismo exposto por Weber:

O clientelismo é um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes baseados em relações pessoais que repousam em trocas generalizadas. As unidades clientelistas discutem frequentemente o controle do fluxo de recursos dentro de um determinado território. A participação em redes clientelistas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal; os arranjos hierárquicos no interior das redes estão baseados em consentimento individual e não gozam de respaldo jurídico.

Diante do apresentado, pode-se responder a esta primeira pergunta sobre a relação entre patrimonialismo e clientelismo. Por um lado, não há qualquer similitude entre os elementos que compõem a definição de clientelismo por Edson Nunes e aqueles observados quando da discussão do conceito de patrimonialismo colocado por Weber ao discutir o Estado Patrimonial. De outro, é possível apontar o acréscimo de um elemento caro à discussão do patrimonialismo, que está ausente da definição

weberiana aqui trabalhada, mas que já dá alguns sinais nas definições de Pinho e Bresser-Pereira posteriormente trazidas: trata-se do caráter informal do patrimonialismo. Na definição de Nunes acerca do clientelismo, a questão da informalidade está bem demarcada. Não há como institucionalizar o clientelismo, bem como não há como institucionalizar o patrimonialismo.

É importante, antes de finalizar a discussão conceitual sobre o patrimonialismo a partir desta experiência de redimensionamento estatal no Brasil da primeira década do século XXI, colocar igualmente o *status* atual desta discussão temática. Sobre a apropriação do termo *patrimonialismo* no debate internacional, é interessante observar que o tema é recorrente na análise do contexto de diversos países: EUA (Neely, 2018); Coreia do Sul (Regatieri, 2019); Quênia (Gowon-Adelabu et al., 2018); México (Villafuerte Valdés & López Romero, 2021), Turquia, Rússia (Kanadikirik, 2019) ou Ucrânia (Pehlman, 2020).

Por fim, trazendo novamente o foco da discussão conceitual para a atual abordagem brasileira sobre patrimonialismo, uma recente polêmica mostra que o tema não só é relevante como é capaz de mobilizar o debate público em torno de uma suposta hegemonia explicativa das mazelas brasileiras. Como a discussão repercute exatamente sobre a tese aqui defendida acerca do potencial analítico do conceito, cabem algumas reflexões a título de conclusão deste preâmbulo de apresentação da temática.

Apesar de a recente polêmica sobre o mito da hegemonia explicativa do patrimonialismo como dando conta de todas as mazelas nacionais ter na figura do sociólogo Jessé Souza seu mais proeminente divulgador, o pioneirismo deste questionamento não pertence ao prolífico autor. Segundo Regatieri (2021, pp. 209-210), Maria Sílvia de Carvalho Franco, já no ano de 1976, apontava que a proeminência do patrimonialismo no discurso interpretativo produzido até então, com exceção de Florestan Fernandes, baseava-se na falácia do original ibérico como definidor dos contornos institucionais da cópia tupiniquim.

Porém, é inegavelmente pelas mãos de Jessé Souza que o patrimonialismo encontra, na atualidade, suas mais ferrenhas críticas. Diferente do que se possa imaginar, a tese do mito da hegemonia explicativa do patrimonialismo em desfavor da explicação baseada na escravidão não aparece somente na obra de 2017 *A Elite do Atraso: Da escravidão à Lava-Jato*, não obstante este livro traga a temática no título e seja, possivelmente, o principal canal através do qual esta tese alcançou o grande público. Porém, este posicionamento crítico já está fortemente presente, por exemplo, em uma obra escrita originalmente em 2004, *A Subcidadania Brasileira* (posteriormente republi-

cada em 2018), onde o diagnóstico explicita taxativamente a instrumentalização do conceito com o intuito de criar um círculo vicioso que reforça a sensação de resignação perante a grande história do mecanismo espúrio:

O conto de fadas sociológico, que supõe a existência de uma religiosidade católica operante associada a um patrimonialismo político organizado no Brasil colonial, não é apenas um contrassenso histórico. Ele é também a base para a suposição de um eterno atavismo personalista e familista, dominante em suas infinitas variações – hoje em dia é sua variação hibridista que está na moda –, seja no horizonte periférico, seja na reflexão internacional acerca da periferia, que supõe a continuidade eterna de relações pessoais e familiares, mesmo em sociedades periféricas complexas e dinâmicas como a brasileira. (Souza, 2018, p. 128)

Diante do radicalismo de Souza em sua cruzada para desautorizar o uso do termo *patrimonialismo* como chave explicativa da realidade brasileira, cabe perguntar: seria esta desautorização incontornável? Por óbvio, e guardando coerência com o restante deste artigo, a resposta é não. Assim, sem negar o mérito da sua contribuição, alinhamo-nos à conclusão de Regatieri sobre a crítica de Souza (Regatieri, 2021, p. 217):

Algo, no entanto, parece faltar à apreciação do debate sobre patrimonialismo no Brasil, e esse aspecto também escapa a Jessé Souza. Dito de modo sucinto, esse elemento é a relação colonial de poder que está na base da formação das teorias dos autores clássicos da Sociologia, como Marx, Tönnies, Durkheim e, para a discussão que aqui me interessa, Weber. Se, no caso da crítica de Maria Sílvia de Carvalho Franco ao uso do conceito weberiano de patrimonialismo, a não tematização dessa dimensão poderia talvez ligar-se à pretensão “universalista” uspiana (Lynch, 2013, pp. 754-758), no caso de Jessé Souza, escrevendo em um contexto teórico, histórico e político em que discussões sobre o caráter colonial e eurocêntrico do conhecimento das ciências humanas está sendo amplamente debatido, penso que é sua escolha teórica no que tange à interpretação da modernidade que o leva a passar ao largo de colocar em xeque pressupostos da construção weberiana. Com isso, sua crítica ao uso do conceito de patrimonialismo para interpretar a realidade brasileira fica incompleta.

3. Cinco teses sobre a resiliência patrimonialista

Diante do que foi visto no tópico anterior, esperamos ter deixado claro o nosso ponto de vista quanto à pertinência, a atualidade e a amplitude da discussão do patrimonialismo no Brasil e no mundo. O presente tópico vem para agregar uma outra camada ao presente artigo. Visto seu valor interpretativo enquanto conceito, buscaremos agora, a partir da apresentação de cinco teses de cunho aforístico, apontar desdobramentos deste reconhecimento, no que tange tanto à natureza do conceito (o que ele é), como à sua longevidade (porque ele mantém seu valor interpretativo), suas origens (afinal, como podemos ver hoje a sua relação com a herança ibérica), seu contexto de atuação (como o contexto político o retroalimenta) e seus atores (como o comprometimento dos agentes político-estatais determina a sua manutenção).

3.1. "O patrimonialismo é um padrão de exercício do poder político e não uma configuração do Estado ou da administração pública"

Esta é, sem dúvida, a tese que define a argumentação exposta neste artigo. Considerando a vasta literatura que evidencia a existência de práticas patrimonialistas desde o Brasil colonial; passando pela transferência das bases do Estado português para as terras brasileiras, o período da República Velha, a sobrevivência à suposta "Revolução Burguesa" de 1930 e ao seu DASP, o regresso com força no período pré-1964, a sobrevivência novamente à segunda investida weberiana do Decreto-lei n.º 200/67, o regresso, de novo com força, na Constituinte, com o Centrão, na abertura democrática, a criação de raízes nos governos Collor, Franco e Cardoso; até finalmente à sobrevivência (ou fortalecimento maior do que nunca) aos governos petistas, autoproclamados vestais diante de tais práticas – não parece crível encontrar as razões da resiliência patrimonialista no Estado, já que este, por mais diversas que fossem suas configurações, não pôde se livrar de algo pelo simples fato de que este algo não estava nele.

Considerada a figura do Estado como simples hospedeiro, que outra opção resta para entender a resiliência patrimonialista ao longo da história do Brasil? Diante de tudo que foi visto, uma explicação condizente com a natureza resiliente do patrimonialismo é entender este, não como impregnado em um Estado patrimonial ou em uma administração pública patrimonial, mas sim expresso em um padrão político patrimonialista. Entendemos que dão margem a essa interpretação análises como a de Paulo Delgado, em prefácio à quarta edição da obra plurimencionada de Edson Nunes: "O patrimonialismo é um sistema.

Aceita ser governado pela esquerda, direita, centro. É civil ou militar, e recusa ser presidido por lógica diversa. (...) É um expediente de poder" (Delgado, 2010, p. 14).

O próprio Edson de Oliveira Nunes também faz uma abordagem do que ele chama clientelismo. Diferentemente do corporativismo, do insulamento burocrático e do universalismo de procedimentos, que seriam considerados estratégicos, o clientelismo é caracterizado como estrutural:

O clientelismo existirá em todos os momentos como uma forma de lidar com os políticos, que no Brasil da época estudada são intrinsecamente populistas, tendo seu comportamento reforçado pelo fato de que é um comportamento esperado e desejado por parte dos eleitores. (Nunes, 2010, p. 26)

Neste ponto, o entendimento do patrimonialismo como exacerbando os contornos de uma determinada configuração do aparelho do Estado já possibilita identificar o porquê ser tão difícil a sua superação. Nos termos aqui propostos, o expurgo do patrimonialismo do seio do Estado não se procede mediante reconfigurações formais ou mudanças administrativas. Diante de tantas dessas configurações, que procuraram modernizar o Estado brasileiro *pari passu* à modernização da economia nacional, Pinho (1998, p. 72) observa que o problema não é de ordem econômica, mas sim de ordem política:

Talvez o ponto esteja exatamente no fato de que muda a ordem econômica, mas não muda a ordem política, pelo menos substancialmente. Quem gere a ordem econômica é fundamentalmente a mesma ordem política.

Não é por acaso que a mudança para além do aparelho do Estado, em busca de uma nova ordem política e, mais que isso, de um novo pacto social que aproxime o poder político da sociedade, que destitua o governante da categoria de "despachante de luxo", é a via enxergada por Lucia Cortes da Costa (2006, p. 142) para a superação do patrimonialismo:

Uma sociedade fundada num patrimonialismo que fez do privilégio a regra, na qual a cidadania como condição de igualdade em direitos e deveres ainda convive com a apologia do mando tradicional, precisa mais do que mudanças legais. É necessário construir um novo padrão de relação entre as classes e ampliar o poder político dos que vivem na base desta sociedade.

Nestes termos, defendemos que entender o patrimonialismo não como o resquíio de um Estado

arcaico, ditatorial ou populista, mas como um padrão de exercício do poder político é a primeira condição não só para enxergar a sua permanência como chave explicativa da atuação do Estado brasileiro, mas também para perscrutar formas de superá-lo.

3.2. "A evolução política brasileira se dá por sobreposição e não por substituição, facilitando a permanência das práticas patrimonialistas"

Outro elemento crucial para compreender a resiliência patrimonialista é a dinâmica de evolução do Estado e da sociedade no Brasil. Diferente de outras nações, marcadas por guerras civis e rupturas traumáticas, no Brasil é mais comum vivenciarmos uma dinâmica de acomodação ou sobreposição de padrões sucessivos de dominação do que uma dinâmica de substituição denegatória de hegemonias passadas. É possível trocar eventualmente as regras do jogo (sair de um sistema eleitoral democrático para uma ditadura militar e vice-versa; ou de uma economia majoritariamente agrícola para uma economia industrial), mas a lógica de comando das peças por parte dos jogadores, ou seja, dos recursos por parte dos atores hegemônicos, se mantém a mesma. É isso que chamo aqui evolução política por sobreposição. Essa ideia foi muito bem descrita por Livia Barbosa (1992, p. 86), quando tratou do "jeitinho brasileiro":

Quando os movimentos políticos e sociais do final do século XIX nos levaram de encontro aos novos valores da modernidade, não trocamos nossos valores antigos pelos novos, apenas superpusemos às nossas velhas calças um paletó novo e, assim, criamos um sistema social onde todos os códigos, modernos e tradicionais, se entrecortam, permitindo uma multiplicidade de opções igualmente válidas a todos que aqui vivem.

Há aqui também uma condição estruturante da permanência do patrimonialismo, uma vez que este se encontra em terras brasileiras desde tempos imemoriais. Sendo assim, uma vez que a evolução política do país apresenta um padrão sucessório destituído de rupturas com o passado, mas, pelo contrário, desenvolvendo um especial know-how para acomodar os novos padrões sem desalojar os antigos, o patrimonialismo, com sua precedência em relação aos posteriores padrões de exercício do poder (calcados na racionalidade burocrático-legal), permanece eternamente em vigor. Novamente esse padrão encontra respaldo em diversos autores, dentre os quais destacamos Pochmann (2010, p. 16):

De tudo isso, compreende-se como os movimentos de passagem tanto da antiga sociedade agrária para a urbano-industrial como atualmente para a sociedade pós-industrial transcorrem com simultaneidade da convivência de dimensões e tempos históricos distintos no Brasil. Conforme perspectivas braudelianas da múltipla e simultânea manifestação de tempos históricos, o desenvolvimento brasileiro combina recorrentemente o atraso com o moderno, fazendo com que a significativa heterogeneidade econômica, social e territorial persista enquanto reprodução do subdesenvolvimento. Somente com a existência de rupturas profundas é que o anacronismo do passado pode deixar de fazer parte do presente e, sobretudo, do futuro.

Pelo que foi possível observar, a ruptura esperada e pretendida pelo autor corre na contramão da nossa história política. Não obstante, tal qual Pinho e Cortes em citações anteriores, é fundamental ter em mente a superação dessa conduta marcadamente patrimonialista do Estado brasileiro, seja pela mudança endógena da ordem política, seja pela mudança exógena (ao Estado) calcada em um novo pacto social, seja ainda de forma moderada e permanente ou pela via da ruptura. Porém, concordamos com Pochmann quando este opta pela ruptura, uma vez que, quanto mais alongados os processos, mais as reengenharias conservadoras tendem a encontrar espaços, amainar ânimos e compatibilizar contradições.

3.3. "A supressão do feudalismo em Portugal minimizou a possibilidade de atenuação das características do patrimonialismo exportado para o Brasil"

Essa questão também tem um significativo peso estrutural para explicar a resiliência patrimonialista. Tal ocorre porque, na origem da definição de Estado patrimonial em Weber, como vimos, a dominação tradicional é colocada como constructo em dois níveis: o nível patrimonial e o nível feudal. Porém, esses níveis não são equânimes. Pelo contrário, Weber é explícito ao referir a superação do Estado patrimonial pelas novas relações de poder exercidas no âmbito do Feudo. Paim (1978, p. 7) cotiza algumas das mudanças principais mencionadas por Weber na passagem do padrão de exercício do poder político patrimonial para o feudal:

O vassalo, observa Weber, "no sentido literal e específico do termo", teve que ser um "homem livre, isto é, um homem não submetido ao poder patrimonial de um senhor." (...) Outra característica distintiva do feudalismo, apontada por Weber, consiste na redução ao

mínimo de suas funções administrativas. O feudalismo de vassalagem somente se interessa pela sorte de seus súditos na medida em que isso diz respeito aos seus próprios interesses econômicos. O patrimonialismo, em contrapartida, persegue a apropriação sucessiva de novas funções, desde que equivale à elevação de seu próprio poderio e de sua importância ideal, criando ao mesmo tempo a possibilidade de benefícios adicionais para seus funcionários.

Ocorre que Portugal percorreu trajetória diversa daquela que marcou grande parte dos países europeus, como mostra Pinho (2001, p. 40) na passagem abaixo:

Quando outros países da Europa, ou mesmo embriões de países, estão assentados no Feudalismo; de acordo com esse modo de produção, Portugal já se diferencia, é patrimonialista e precocemente absolutista. Patrimonialismo é uma das formas de domínio tradicional, diz Weber. Todos os países foram, um dia, patrimonialistas, mas Portugal continuou assim, e esse foi o problema.

A repercussão disso para o Brasil foi total. A transferência quase integral da forma do Estado português implicou na igual transferência dos padrões patrimonialistas de gestão do patrimônio público. Em termos econômicos, o fato de o Brasil não ter evoluído de maneira mais escalonada, como mostra a experiência documentada de outras nações economicamente mais desenvolvidas, pode ser apontado como razão para uma estruturação mais precária da sua base produtiva. No que tange especificamente à resiliência patrimonialista ao longo da história da atuação do Estado brasileiro, essa passagem sem escalas da escravidão ao capitalismo, sem uma necessária passagem por uma fase feudal, o que seria fruto da herança portuguesa, pode ter contribuído para a falta de ajustes finos quanto ao padrão de exercício do poder político, como ilustra a supramencionada passagem de Paim, baseado em Weber, podendo, portanto, ajudar a explicar a nossa resiliência patrimonialista. Novamente é Pochmann (2010, p. 32) que dá sustentação a essa observação sobre a evolução institucional brasileira:

Interessa também acrescentar que a origem e a evolução da sociedade agrária no Brasil distinguiram-se, em geral, das sociedades agrárias europeias. No Brasil, a sociedade agrária não tem como precedência o feudalismo, conforme verificado na Europa, cuja relação social básica era entre o senhor feudal e o próprio servo.

Cumprir destacar aqui que essa passagem direta tem um peso adicional na configuração da permanência patrimonialista, para além do processo de atenuação dos padrões preexistentes de exercício do poder político. Trata-se do peso cultural exercido sobre os demais elementos que constituem a matriz relacional dos integrantes de uma mesma comunidade. Essa componente é particularmente investigada pela chamada Escola Institucionalista. Neste sentido, cabe observar a análise de Frey (1999, p. 15) no sentido de apontar o peso que podem ter as chamadas instituições:

As teorias institucionais como a de Parsons atribuem às instituições um significado estratégico e uma função relacional, regulatória e cultural, uma vez que as instituições ordenam as redes de relações sociais, regulam a distribuição de gratificações sociais e de posições sociais por meio da definição de metas e da determinação e destinação de recursos, e finalmente, sendo intermediadas por valores, representam a ídole espiritual da sociedade como um todo.

Não obstante entendamos que uma transição imediata de um sistema econômico baseado na escravidão para um sistema tipicamente capitalista, sem as devidas acomodações que adviriam de uma fase transitória de base feudal, tenha relevante peso sobre a permanência de fatores culturais como a visão do Estado como um pai-provedor, do qual tudo se demanda e de quem sempre se esperam soluções com ares de favor, é preciso ter em mente a ressalva feita por Klaus von Beyme, conforme citação em Frey (1999, p. 18):

Beyme chama a atenção para as trocas permanentes de regimes nos países do terceiro mundo, as quais não, ou apenas de forma restrita, podem ser explicadas por meio das condições institucionais. Consequentemente, a força explicativa do fator institucional é tanto maior, “quanto mais consolidado o processo político e quanto mais fragmentadas as instituições”.

3.4. “O presidencialismo de coalizão funciona como um reforço ao patrimonialismo”

As duas últimas teses aqui apresentadas não têm o mesmo peso estrutural que as anteriores. Por isso entenda-se que elas não trazem ínsitas as consequências negativas que as anteriores. Por outro lado, ainda que tanto o presidencialismo de coalizão quanto a profissionalização da política pudessem não ter qualquer efeito nocivo em uma sociedade política destituída de condutas patrimonialista, a sua

existência em um contexto oposto acaba por reforçar a permanência do patrimonialismo na atuação do Estado brasileiro.

Com relação à primeira tese acessória aqui apresentada, a de que o presidencialismo de coalizão reforça o patrimonialismo, é necessário fazer um esclarecimento prévio, que diz respeito a uma questão bem mais ampla e que aqui será apenas tocada no que é pertinente ao tema do patrimonialismo. Trata-se da discussão fundamental de como se constitui o processo decisório no âmbito do Estado. Por um lado, tem-se os defensores do pluralismo (Dahl, 1956), que enxergam o Estado como uma arena onde estão em disputa os diferentes interesses dos mais diversos grupos sociais. Como explica Held (1997, p. 172):

Não há qualquer centro final de tomada de decisão no modelo pluralista clássico. Uma vez que o poder está, essencialmente, disperso em toda a sociedade e uma vez que há pluralidade de pontos de pressão, surgem várias formulações concorrentes de novas políticas e vários centros de tomada de decisão.

De outro lado, estão os marxistas, que acreditam que o Estado atua como “o comitê preferencial da burguesia”; ou seja, não importa quem ocupe os cargos mais altos, nem o apoio político que os governantes têm da população. A única forma diretiva que determina estruturalmente o que o Estado deve fazer são os detentores do capital. Essa visão é assim resumida por Przeworsky (1995, p. 87):

A reivindicação central da teoria política marxista – a única que a distingue – é que, no capitalismo, todos os governos devem respeitar e proteger as demandas essenciais daqueles que possuem a riqueza produtiva da sociedade. Os capitalistas são dotados de poder público, poder que não pode ser subjugado por nenhuma instituição formal.

Na atualidade, essa dicotomia encontra-se bastante criticada. Essas críticas têm por substância essencialmente a complexidade do Estado contemporâneo, ou seja, a sua natureza não somente plúrima (que poderia resvalar na noção do pluralismo democrático), mas igualmente parcial (o que a afasta do pluralismo e poderia aproximá-la de uma versão mais instrumental, de viés marxista). Não há, portanto, que se falar nem em arena, nem em comitê quando estivermos nos referindo ao Estado. Essa é a avaliação, entre outros, de Nogueira (2005, p. 61):

Tratar o Estado como algo neutro, em cujo interior se compartilham responsabilidades e se “resolvem” as diferenças, é tão insuficiente

e problemático quanto tratá-lo como encarnação viva do mal, mero “comitê de negócios” destinado a oprimir as massas.

É nesses termos que se coloca a discussão do presidencialismo de coalizão. Reconhecendo toda a complexidade do processo decisório da máquina pública, não é de estranhar que os governantes busquem todo o apoio possível para conseguirem garantir um mínimo da tal almejada governabilidade. Com esse objetivo, a ideia é de que aqueles partidos que se agreguem à campanha política do candidato possam igualmente apoiá-lo quando este estiver eleito. A maior ou menor necessidade desse apoio posterior obriga a um maior ou menor comprometimento dessa participação em um futuro governo. Em caso de ser necessária uma ampla base de apoio, seja em função de uma plataforma ideológica que levante suspeitas ou em função de uma pauta considerável de mudanças propostas, tanto maior será o sacrifício inicial em favor da aliança e as amarras posteriores decorrentes dela. O caso da primeira eleição do PT para o Palácio do Planalto é significativo quanto à problemática do presidencialismo de coalizão, como ilustram Eli Diniz e Renato Boschi (2007, p. 25):

O “presidencialismo de coalizão”, como ficou cunhada essa característica da montagem e operação dos governos dentro da matriz existente, torna a tarefa de composição de uma coalizão governativa bastante complexa para governos de esquerda que, em geral, enfrentam uma forte oposição por parte dos setores majoritários. Governos de esquerda ficam, assim, bastante constrangidos pela natureza da coalizão que logram estabelecer.

Visto em que consiste o presidencialismo de coalizão, qual a sua relação com o patrimonialismo? Entende-se que o presidencialismo de coalizão tem efeito potencializador sobre as práticas patrimonialistas. Isto ocorre porque a vinculação, em caráter de “toma lá, dá cá”, que caracteriza a relação entre o governo e os partidos aliados no modelo do presidencialismo de coalizão, determina que a ocupação dos cargos de direção na máquina estatal ocorra não com base na aptidão técnica do pretendente, mas sim em termos de fidelidade do ocupante ao seu “padrinho político”. É esta “troca generalizada”, “não-codificada” e com repercussões sobre o patrimônio público que atribui caráter potencializador de práticas patrimonialistas ao presidencialismo de coalizão. Essa conclusão tem respaldo, por exemplo, na análise de Antônio Carlos Pojo do Rego (2008, p. 30) acerca dessa forma de estruturação da equipe de governo:

Um conceito tem sido utilizado com frequência para descrever o sistema presidencialista no Brasil: “presidencialismo de coalizão”. Esse conceito se relaciona à condução da administração pública, na medida em que está baseado na distribuição de postos administrativos, especialmente ministérios, entre os representantes dos diversos partidos políticos com o objetivo de obter o apoio da maioria no Congresso. Na verdade, acontece uma clara “troca” entre presidente e partidos.

Como anteriormente foi dito, o caráter deletério dessa “troca” decorre muito menos do presidencialismo de coalizão em si do que da sua condição de reforço de práticas patrimonialistas reprováveis.

3.5. “A profissionalização da política funciona como um reforço à mercantilização patrimonialista do Estado”

Por fim, a última tese a ser levantada aqui, também no sentido de apontar um elemento que não pode ser considerado intrinsecamente gerador do patrimonialismo, é a que remete ao processo de profissionalização da política. O mesmo não é capaz de, por si só, dar causa à prática patrimonialista, pois, a depender da sociedade política em que se encontre, o chamado “político profissional” pode exercer o seu *munus* público de forma totalmente condizente com o que dele se espera. Mas o que é esse “político profissional” e como a sua existência em uma sociedade política marcada pelo patrimonialismo pode explicar a permanência desse último? Vejamos nesse sentido o diagnóstico feito por Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves (2007, pp. 188-189):

Os partidos em geral, e o PT em particular, se “estatizam”, acentuando o processo de profissionalização que já vinha ocorrendo muito antes da eleição de Lula. A profissionalização se manifesta no sentido de seus quadros “viverem” da política, ocupando cargos e funções no aparelho de Estado e no próprio partido. O militante ideológico tradicional perde espaço. Reproduzem-se e renovam-se os traços fundamentais característicos da relação dos setores dominantes com o Estado: o patrimonialismo, o clientelismo e o empreguismo.

Como se pode observar, na avaliação de Filgueiras e Gonçalves, não há dúvidas quanto a apontar essa profissionalização da política como um elemento que favorece o que há de pior na nossa matriz sociopolítica, com destaque para o patrimonialismo. Porém, conforme ressalva anteriormente feita, não existe uma única leitura possível da profissionalização da política. Da mesma forma que os

autores citados a entendem como uma via aberta à balcanização do Poder Público, outro, Miguel Reale (1977, p. 92), tem da mesma prática, porém em um contexto histórico diferente, avaliação completamente diversa:

Já é tempo, pois, de situarmos a questão em toda a sua objetividade, desfazendo-nos da falsa imagem do “político profissional”, apresentado sempre como um homem matreiro e sem escrúpulos, habituado a servir-se da função pública em proveito próprio, ao invés de exercê-la em benefício do povo. Costuma-se deblaterar contra o “político profissional”, condenando-o indiscriminadamente, mas sem se perceber que há uma contradição visceral na crítica, quando, de um lado, se reclama homens “competentes” para compor o Governo e, de outro, se lhes recusa o status social que a especificidade e a permanência das funções políticas condicionam.

Assim, não há que se vincular, *ad infinitum*, a existência da profissionalização da política com a existência paralela do patrimonialismo. Se aquela abre espaço para este, é porque este a precedeu e dela se alimentou. No entanto, é difícil negar que um contexto de proliferação indiscriminada da profissionalização da política, onde a manutenção de um cargo público por indicação política (e, para isso, a fidelidade ao padrinho político é crucial) se torna um fim em si mesmo, potencializa a proliferação de práticas patrimonialistas.

4. Conclusão

Em rápida síntese do que foi visto, pudemos observar como o patrimonialismo, enquanto conceito, tem origem em Max Weber e na sua discussão acerca da passagem do Estado patrimonial para o exercício feudal do poder, baseado em outros valores. Por outro lado, o amadurecimento histórico desse conceito nas mãos de outros analistas permitiu depurar, a partir da indistinção entre patrimônio público e privado feita por Weber, outros elementos característicos, como a informalidade. Foi possível ainda investigar o tipo de correlação semântica entre os conceitos de patrimonialismo e clientelismo, que têm suas peculiaridades, não obstante sejam muito usados como sinônimos. Nesse pormenor, refletimos em torno da ideia de patrimonialismo como clientelismo de Estado. Ainda no presente tópico, atestamos a relevância da temática estudada, tanto pela sua ampla utilização internacional quanto pela atualidade da sua presença no debate público, inclusive com acirradas polêmicas.

No tópico seguinte, alinhamos cinco teses que buscam explicar, obviamente não de modo exaustivo,

o porquê da permanência do patrimonialismo como um elemento ainda relevante para se entender a atuação do Estado brasileiro. Entre essas teses, três remetem a questões estruturais (patrimonialismo como padrão de exercício do poder político; evolução política por sobreposição; e ausência do Feudalismo no Brasil) e outras duas atuam como reforços à permanência do patrimonialismo (presidencialismo de coalizão e profissionalização da política). Acreditamos que, se não se pode colocar toda a conta da resiliência do patrimonialismo brasileiro nestas causas, pelo menos elas já abrem alguns espaços de discussão diante de uma visão mais instrumental do Estado, que defende a redução do tamanho deste como se isso, por si só, pudesse eliminar suas mazelas históricas. Assim, novas frentes de investigação, e a possível superação desses problemas, se abrem em torno de, pelo menos, três temas: a recondução republicana da máquina governamental; a relativização dos mecanismos de mercado como único parâmetro de ação coletiva eficiente; e a possibilidade de reencantamento da política com vistas a atrair um maior controle social sobre as políticas públicas.

Pelo que se pôde verificar nessa rápida passagem pela discussão do patrimonialismo como chave explicativa da atuação do Estado brasileiro, a simples ampliação dessa atuação, como na atual ressurgência de um Estado neodesenvolvimentista, não obriga ao crescimento diretamente proporcional das ações patrimonialistas. Outras linhas de pensamento permitem vislumbrar uma interação entre interesse privado e ação pública em outros termos que não aqueles deletérios à nação. Considerando os aspectos aqui vistos, em um contexto de reedificação do papel do Estado, não só o Estado brasileiro, com o seu desenvolvimentismo revigorado, mas do Estado enquanto instituição, no bojo da condição política pós-moderna, é possível construir uma visão crítica desse fenômeno perene em nossa história política que é o patrimonialismo.

Declaração de contribuição do autor

Fagner Dantas foi o responsável pela conceitualização, metodologia, análise formal, investigação e redação – preparação do rascunho original e revisão e edição do manuscrito final – deste trabalho.

Notas

¹ O presente artigo foi escrito respeitando as normas do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, válido no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2016.

² Ainda falando a partir de Weber sobre as diferenças entre o Estado patrimonial e o Estado feudal, Antônio Paim acrescenta: "Por isso mesmo, assinala, o ideal dos Estados patrimonialistas é o título de 'pai do povo', o

que leva ao exercício do que se poderia denominar de 'política social', voltada para o bem-estar das massas" (Paim, 1978, p. 7).

Referências bibliográficas

- Barbosa, L. (1992). *O jeitinho brasileiro: A arte de ser mais igual que os outros*. Campos.
- Bresser-Pereira, L. C. (1999). *Gestão do setor público: Estratégia e estrutura para um novo Estado*. In L. C. Bresser-Pereira & P. K. Spink (Orgs.), *Reforma do Estado e administração pública gerencial* (3.ª ed.) (pp. 21-38). Fundação Getúlio Vargas.
- Bresser-Pereira, L. C. (2009). *Construindo o estado republicano: Democracia e reforma da gestão pública*. Fundação Getúlio Vargas.
- Bresser-Pereira, L. C. (2010). Prefácio à 1.ª edição. In E. de O. Nunes (Ed.), *A gramática política do Brasil: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático* (4.ª ed.) (pp. 25-29). Garamond.
- Costa, L. C. da (2006). Os impasses do Estado capitalista: Uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. UEPG/Cortez.
- Dahl, R. A. (1956). *A preface to democratic theory*. The University of Chicago Press.
- Delgado, P. (2010). Prefácio à 4.ª edição. In E. de O. Nunes (Ed.), *A gramática política do Brasil: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático* (4.ª ed.) (pp. 13-15). Garamond.
- Diniz, E., & Boschi, R. R. (2007). *A difícil rota do desenvolvimento: Empresários e a agenda pós-neoliberal*. UFMG/IUPERJ.
- Filgueiras, I., & Gonçalves, R. (2007). *A economia política do governo Lula*. Contraponto.
- Frey, K. (1999). Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, (18), 1-36.
- Gowon-Adelabu, N. S., Owino, S. M., & Ndiiri, W. (2018). The dynamics of political corruption and neo-patrimonialism in Kenya. *Research on Humanities and Social Sciences*, 8(14), 160-169.
- Held, D. (1997). *Modelos de democracia*. UFMG.
- Kanadikirik, H. (2019). Patrimonialism in modernisation: A comparative essay to interpret Russian and Turkish political cultures. *International Journal of Social Inquiry*, 12(1), 125-154.
- Neely, M. T. (2018). Fit to be king: How patrimonialism on Wall Street leads to inequality. *Socio-Economic Review*, 16(2), 365-385. <https://doi.org/10.1093/ser/mwx058>
- Nogueira, M. A. (2005). *Um Estado para a sociedade civil: Temas éticos e políticos da gestão democráticos* (2.ª ed.). Cortez.
- Nunes, E. de O. (2010). *A gramática política do Brasil: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático* (4.ª ed.). Garamond.
- Paim, A. (1978). *A querela do estatismo*. Tempo Brasileiro.

- Pehlman, N. (2020). Patrimonialism through reform: Public participation in police reform, institutional capture, and bureaucratic independence in Ukraine. *Harvard Ukrainian Studies*, 37(3-4), 323-366.
- Pinho, J. A. G. de (2001). A evolução do Estado moderno. *Cadernos FLEM*, (1), 23-37.
- Pinho, J. A. G. de (2016). Reforma do aparelho do Estado: Limites do gerencialismo frente ao patrimonialismo. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 11(3), 118-129.
- Pochmann, M. (2010). *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. Cortez.
- Przeworsky, A. (1995). *Estado e economia no capitalismo*. Relume-Dumará.
- Reale, M. (1977). *Da revolução à democracia* (2.ª ed.). Convívio.
- Regatieri, R. P. (2019). The *straitjacket* of patrimonialism: Critical notes on South Korea. *Culture and Empathy*, 2(1), 50-58. <https://doi.org/10.32860/26356619/2019/2.1.0005>
- Regatieri, R. P. (2021). Patrimonialismo: O debate brasileiro e alguns elementos para sua crítica. *Revista Brasileira de Sociologia*, 9(23), 204-227.
- Rego, A. C. P. do (2008). As relações executivo-legislativo no Brasil contemporâneo. In J. P. M. Peixoto (org.), *Governando o governo: Modernização da administração pública no Brasil* (pp. 30-47). Atlas.
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: Da escravidão à Lava-Jato*. Leya.
- Souza, J. (2018). *Subcidadania brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Leya.
- Villafuerte Valdés, L., & López Romero, D. Y. (2021). Administración pública y reformas jurídicas: ¿Hacia dónde va la burocracia? *Universos Jurídicos*, (16), 54-77. <https://doi.org/10.25009/uj.v1i16.2581>
- Weber, M. (1964). *Economía y sociedad* (2.ª ed.). Fondo de Cultura Económica.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 27/06/2021. Aceite para publicação a 09/11/2022.

Fagner Dantas. Mestre em Administração (UFBA/2012), Bacharel em Direito (UFBA/2007) e Bacharel em Urbanismo (UNEB/2001). Chefe de Gabinete da Fundação Mário Leal Ferreira / Prefeitura de Salvador, e Sócio-Fundador e atual Diretor da Sociedade Brasileira de Urbanismo.

SOCIABILIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: FESTAS DA ELITE PARAENSE^{1 2}

SOCIABILITY IN THE BRAZILIAN AMAZON: PARTIES OF THE ELITE OF PARÁ

<https://doi.org/10.4000/sociologico.10764>

Wanessa Pires Lott³

■ Universidade Federal do Pará, Faculdade de Artes Visuais, Departamento de Museologia, 66075-110 Belém – PA, Brasil.
Email: wanessalott@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7026-9852>

Ruth Macedo Cardoso⁴

■ Universidade Federal do Pará, Faculdade de Artes Visuais, Departamento de Museologia, 66075-110 Belém – PA, Brasil.
Email: cardosoruth8@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4215-8696>

Helen Suany Miranda⁵

■ Universidade Federal do Pará – Faculdade de Artes Visuais – Departamento de Museologia. Email: helensuanymiranda@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4193-2723>

Resumo

O final do século XIX foi marcado por significativas mudanças no Brasil. Com o golpe da República (1889), o país foi gradativamente alterando os seus valores, o que se refletiu na organização urbanística das cidades e em novas formas de sociabilidade da população. Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar as possibilidades de sociabilidade festiva no período entre 1919 e 1921 na cidade de Belém do Pará. O artigo tem como abordagem teórica principal os estudos de Simmel. Como método de pesquisa utilizou-se a análise do periódico *A Semana: Revista Ilustrada* entre 1919 e 1921, uma vez que é o período com mais exemplares disponíveis para consulta e possui diversas fontes viáveis para uma análise do cenário relatado acima. Conclui-se que, no período estudado, as festas da elite local constituíram uma forma de aproximação à cultura europeia e de perpetuação da hierarquização social. Dentre as várias festas, a pesquisa destacou as festas de Carnaval, os chás dançantes, os banquetes e os casamentos, realizados nos clubes sociais privados da capital paraense. A pesquisa apresenta significativa relevância, pois são escassos os estudos utilizando o referido periódico e tendo como foco as festas de elite.

Palavras-chave: Belém do Pará; sociabilidade; festas

Abstract

The end of the 19th century was marked by significant changes in Brazil. With the coup of the Republic (1889), the country gradually changed its values, which influenced the urban organization of cities and new forms of sociability of the population. In this context, the present work aims to present the possibilities of festive sociability in the period from 1919 to 1921 in the city of *Belém do Pará*. The article has Simmel's studies as its main theoretical approach. The analysis of the magazine *A Semana: Revista Ilustrada* between 1919 and 1921 was used as a method of research, once it is the period with the more copies available for the consultation and it has several viable sources for an analysis in the scenario reported above. It was concluded that in the period that was studied the parties of the local elite were identified as a way of approaching European culture and the perpetuation of social hierarchy. Among the many parties, the research highlighted the Carnival parties, the tea and dance meetings, the banquets and the weddings held in private social clubs in the capital of Pará. The research has significant relevance because there are few studies using this journal, as well as the focus on elite parties.

Keywords: *Belém do Pará*; sociability; parties

1. Introdução

Os estudos de Simmel (2006) motivaram uma pesquisa sobre as formas de sociabilidade na cidade de Belém do Pará, localizada na região Norte do Brasil, conhecida como o Portal da Amazônia. O período escolhido para esta foi o momento após o auge do Ciclo da Borracha⁶, em Belém do Pará. Nesta época de riqueza, a capital passou por alterações urbanas, econômicas e sociais que tiveram pretensões tecnológicas, científicas e higienistas; estas intervenções ganharam destaque nos primeiros anos de 1900, tendo como espelho as modificações de Paris, realizadas pelo Barão de Hausmann. Assim, os ecos da *Belle Époque* francesa⁷ encontraram lugar no Brasil, nomeadamente em Belém, em Manaus, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte⁸, entre outras cidades que buscaram diminuir as reminiscências de um passado monárquico em prol de um novo projeto civilizatório republicano, que privilegiou efetivamente as elites locais.

Em Belém do Pará, estas alterações no espaço urbano central se fizeram com as reformas de Antônio Lemos. No Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém de 1897-1902, percebe-se o intuito de modificação da urbe devido ao destaque, dado pelo governo, à abertura de novas avenidas, aumento do calçamento da cidade, arborização das praças e avenidas, desenvolvimento de um código de postura, realização de limpeza pública com a construção de redes de esgoto (Lemos, 1902). No meio arquitetônico, foram construídos edifícios no centro da cidade que lembram muito a arquitetura europeia, devido ao uso eclético dos estilos neoclássico e *art nouveau*. Essa nova ideia de modernização burguesa chegou em Belém do Pará através da riqueza gerada pelo Ciclo da Borracha no final do século XIX e propiciou à cidade uma certa continuidade das características da cultura europeia já presentes no período monárquico, que por sua vez dialogavam com as referências dos demais povos que compunham o espaço (Sarges, 2000).

No Brasil, a Modernidade sofria uma influência marcante do ideal de civilidade europeu; porém, com as devidas adaptações, uniria a tradição (atraso) ao urbano-moderno, este traduzido numa postura elitista (...) e que tem influência no ideal de ordem e progresso. O *modus operandi* – positivismo, liberalismo e republicanismo –, como visto, constitui-se numa tradição por meio do discurso das elites. Unindo a “tradição antiga e o moderno”, surge uma “nova tradição” de que seria preciso modernizar-se diante do atraso do Brasil rural para o moderno urbano (Sobrinho, 2013, p. 225).

As questões urbanísticas europeias marcaram o desejo da elite de se manter próxima aos luxos do Velho Continente, o que se evidenciou nos eventos privados que cresceram exponencialmente na virada do século XIX para o século XX (Pinheiro et al., 2020). As novas configurações urbanas contribuíram para a alteração das sociabilidades locais, dentre as quais destacam-se neste estudo as formas festivas da elite. Ao tomarmos como base um dos periódicos de grande circulação local – *A Semana: Revista Ilustrada*⁹ –, identifica-se um turbilhão de festas ditas particulares – as festas dos clubes e dos grêmios reservados aos sócios, as festas de inauguração de casas residenciais, as festas de casamento, de aniversário e de batizado e as cerimônias tristes dos funerais e dos velórios – e de festas ditas públicas – realizadas nas ruas, nos templos religiosos, nas praças, nos mercados, nos eventos esportivos, nas datas cívicas (Lott, 2009). Tais manifestações constituem uma maneira de ler parte da elite paraense do pós-Ciclo da Borracha, possibilitando perceber as construções de suas memórias e de suas identidades.

Desta maneira, é assertivo afirmar que as festas fazem parte do cotidiano e apresentam-se como elementos fundamentais para comemorar vitórias, marcar datas, relembrar feitos e reunir pessoas, ou seja, promover laços de sociabilidade, mesmo que estes sejam muitas vezes conflitantes (Simmel, 2006). Em termos acadêmicos, é possível entender a festa em sua própria e singular dinâmica, configurando-se como uma importante forma de entendimento das várias maneiras de viver a experiência humana em coletividade. Podemos tomá-la como um fato social total, ao responder ou colocar questões ligadas a uma dada sociedade (Mauß, 2003).

No presente estudo, percebe-se uma forma de sociabilidade da elite belenense¹⁰ inserida na lógica do fenômeno da Modernidade e do homem moderno, que glorifica o trabalho em detrimento da festa. Assim, um dos objetivos deste texto é identificar a festa como um fenômeno de destaque da Modernidade, indo de encontro do ponto de vista histórico que se traduz nos “quadros epistêmicos do mundo ocidental moderno, que inventou o homem [como valor cardinal do sistema e eixo da vida]”, que toma o trabalho como uma das principais realizações da Modernidade. “Para o homem moderno a vida é o trabalho, sua obra de vida é o trabalho, sua vocação é o trabalho” (Perez, 2009, p. 3). Há uma tendência em manter a festa como um fenômeno da esfera de sociedades tradicionais, pois “a sociologia se incumbiu da sociedade moderna e de suas obras (realizações), logo do trabalho, enquanto à antropologia coube as sociedades tradicionais, primitivas que, para os padrões modernos (...), viviam apenas uma existência de mera sobrevivência, quase que

num ócio permanente, em constante festa” (Perez, 2009, p. 7). No entanto, há de se trazer a festa para além da percepção do divertimento e do ócio de pontuais grupos sociais, como um fenômeno da Modernidade também vivenciado pela elite. Por este motivo, a escolha das festas da elite de Belém, bem como o foco no periódico *A Semana: Revista Ilustrada* destinado a este grupo social, foram o mote deste estudo.

Segundo a sociologia simmeliana, festa é uma “forma” capaz de plasmar conteúdos diversos, e destinada à promoção de laços de sociabilidade, mesmo que conflitantes. Assim compreendida a festa, tento em seguida estabelecer as conexões possíveis entre tal concepção do fenômeno e questões como urbanidade, diversidade, memória, identidades e conflitos (...). Se utilizarmos o pensamento de Simmel como pedra fundamental, é possível pensar, através do fenômeno festivo, os fundamentos dos vínculos coletivos que tecem a sociedade. Assim, a festa, como forma de sociação, teria seu acento no estar-junto e no relacionar-se. (Leonel, 2010, pp. 1-2)

Não obstante a grande maioria dos momentos de sociabilidade propagados na *A Semana: Revista Ilustrada* estar vinculada à elite local em seus clubes privados, os demais habitantes da cidade de Belém puderam aproveitar pontualmente alguns reflexos da *Belle Époque* devido à construção do Cine Olympia, do Teatro da Paz, de algumas praças e alguns bosques. Dentre estes equipamentos, os dois últimos foram mais utilizados como espaços populares para piqueniques e apresentações circenses. No entanto, os altos custos dos ingressos e/ou as poucas possibilidades de transporte da periferia para o centro – local onde estavam majoritariamente os equipamentos de cultura e lazer – impediram o maciço usufruto da esfera social mais pobre (Pinheiro et al., 2020).

Estas contradições inerentes à experiência da Modernidade –ao mesmo tempo que traz o luxo e as modernizações, traz também a pobreza e a exclusão social – também se fizeram valer em Belém. Os seringueiros e trabalhadores da construção civil tiveram participação importante na produção da borracha e no consequente aumento econômico local, mas não usufruíram das modernizações urbanas. Empurrados para as zonas periféricas, foram-lhes vedados os privilégios dos novos equipamentos urbanos (Sarges, 2000). Com a queda da borracha brasileira devido às melhores ofertas asiáticas, a situação da população mais pobre se agravou – ponto este que não será trabalhado neste artigo, apesar de sua grande relevância, mas que merece um pequeno aceno textual.

A acumulação em Manaus e Belém dos excedentes (...) e a consequente concentração do poder político nas duas capitais, iriam refletir-se no investimento, tanto a partir do Estado como de capitais privados, em obras de melhoramentos urbanos, alterando assim a paisagem urbana. As duas cidades, locais de residência de poderosos seringalistas-aviadores, e sedes do grande comércio “aviador”⁽¹¹⁾ e de exportação, deveriam espelhar, através de uma nova paisagem e infraestrutura, o poder e a pujança econômica daqueles que, à custa do enorme sacrifício e espoliação dos seringueiros isolados em suas “barracas” na floresta, rápida e fugazmente tornaram-se ricos. (Corrêa, 1987, pp. 52-53)

Na esteira desta breve introdução, o presente estudo apresentará a sociabilidade festiva no período entre 1919 e 1921 na cidade de Belém do Pará por meio do periódico *A Semana: Revista Ilustrada*. Dentre as várias maneiras de festejar, destacaram-se na pesquisa os eventos noticiados com mais recorrência: as festas de Carnaval, os chás dançantes, os banquetes e os casamentos, realizados nos clubes sociais privados da capital paraense.

2. A elite festeja na Amazônia brasileira: Sociabilidade no pós-Belle Époque

2.1. O Carnaval

N’A *Semana: Revista Ilustrada*, o Carnaval foi fortemente noticiado. Organizados pelas classes mais abastadas em clubes sociais privados, os festejos carnavalescos eram denominados no periódico como: baile de máscara, baile à fantasia, baile de *masqué* ou *bal masqué* – seguindo a tendência de valorização da cultura europeia, que influenciava não só a maneira francesa de designar os bailes, como também o padrão de fantasias. O Pierrot, a Colombina e o Arlequim da comédia italiana do século XVI, que apresenta os três personagens em um instigante triângulo amoroso, são comuns nas fotografias (ver Figuras 1, 2 e 3).

A escolha do tema das fantasias, bem como a pompa destas, traduzem a mentalidade da época de manter o vínculo com a mentalidade luxuosa presente na Europa. As festividades carnavalescas noticiadas ocorreram principalmente no Teatro da Providência, onde se realizou o primeiro baile de Carnaval registrado na cidade, em 1844. Os bailes eram embalados por músicas com vinculação europeia como polcas, valsas e quadrilhas, que se mesclavam com os lundus e os maxixes de referências locais. Apenas na década de 1930 temos a inserção do samba como música principal dos bailes paraenses (Oliveira, 2006).

Figura 1 ▶ Festa carnavalesca em Belém

Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1919.

Figura 2 ▶ Festa carnavalesca em Belém

Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1919.

Figura 3 ▶ Festa carnavalesca em Belém

Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1920.

No Pará, o Carnaval teve as seguintes fases: Carnaval de entrudo, de 1695 a 1844; Carnaval pós-entrudo, de 1844 a 1934; Carnaval da era do samba, de 1934 até hoje. Essa última fase se divide, por sua vez, em Carnaval das batalhas de confete, de 1934 a 1957, e Carnaval oficial de avenida, a partir de 1957 (Costa, 2016, p. 76).

Cada uma destas fases do Carnaval belenense merece uma análise diferenciada, mas para este artigo, nos atemos ao 'Carnaval pós-entrudo' e retomamos as teorias clássicas sobre os festejos car-

navalescos para identificarmos a pertinência destas neste contexto. A festa, como uma forma primeira e marcante dentro da sociedade, é um caminho para se vincular com o mundo das ideias, que por sua vez se completa no Carnaval. Neste festejo, os foliões tendem a se colocar como iguais numa diversão que ocupa temporariamente o universo do utópico, da liberdade, pois há a suspensão temporária das hierarquias e das regras sociais, estabelecendo assim uma maneira outra de sociabilidade entre os carnavalescos. Ou seja, o Carnaval está para além de uma simples festividade e/ou entretenimento: é como um mundo às avessas, onde as normas são colocadas de maneira contrária, nos levando ao comportamento típico do festejo, 'a cultura do riso carnavalesco'. Este proporciona a fuga da realidade e faz com que o folião adentre ao mundo de fantasia construído no período do Carnaval (Bakhtin, 1981, 1987).

[O Carnaval] caracteriza-se, principalmente, pela lógica original das coisas "ao avesso", "ao contrário", das permutações constantes do alto e do baixo ("a roda"), da face e do traseiro, e pelas diversas formas de paródias, travestis, degradações, profanações, coroamentos e destronamentos bufões. A segunda vida, o segundo mundo da cultura popular constrói-se como paródia da vida ordinária, como um "mundo ao revés". (Bakhtin, 1987, p. 5)

Este ponto da teoria de Bakhtin fundamentou significativamente a antropologia da festa no Brasil, através dos estudos sobre as festas de Roberto DaMatta, que identificou três maneiras básicas de festejar ou ritualizar no Brasil: pelos carnavais – festas de contrapoder –, pelas paradas – festas de sacralização do poder – e pelas procissões – festas de afirmação do poder. Apesar das devidas diferenciações destas festas, há uma característica similar: todas ocorrem em momentos extraordinários, em que se verifica a suspensão das atividades para a realização do festejo. Quanto às diferenças, nas festas de sacralização do poder há uma estrutura de forte hierarquia e normatização, enquanto no Carnaval tem-se o princípio social da inversão, segundo os moldes de Bakhtin. Além deste autor, DaMatta também insere os escritos de Victor Turner para compor suas análises sobre o Carnaval. Como é sabido, nos estudos estruturalistas de Turner (1974), as sociedades passam por momentos de ritos de passagem – como a passagem da fase de adolescente para a de adulto – e por momentos de indefinição, de ambiguidade ou de indeterminação de tais ritos. Neste momentos a sociedade se encontra no estado 'liminar', no qual se identificam as sociedades em uma vivência pouco estruturada, ou seja, como *communitas*. Retomando DaMatta, percebemos que

há a vinculação do dia da pátria com a hierarquia e o Carnaval com *communitas*, festejo este de suma relevância para a manutenção da norma propagada pelas paradas em comemoração do país.

O Carnaval é um momento de *communitas*, mas que serve – nas condições da organização social da sociedade brasileira, dividida em classes e segmentos – para manter a hierarquia e a posição das classes. Numa palavra, a *communitas* do Carnaval é uma função da rígida posição social dos grupos e segmentos nele implicados no mundo cotidiano. Sua universalidade e homogeneidade servem precisamente para reforçar e compensar, num outro plano, o particularismo, a hierarquia e a desigualdade do mundo da vida diária brasileira. (DaMatta, 1997, p. 63)

Não obstante a indiscutível relevância de tais teóricos, devemos ressaltar que uma mera transposição de argumentos pensados inicialmente para a Europa Medieval e Renascentista – Bakhtin –, para comunidades africanas – Turner – ou para o Carnaval carioca – DaMatta – pode ser insuficiente para pensar o Carnaval da elite belenense na virada para o século XX, que se organizava dentro de clubes sociais fechados. Ora, aqui não há a significativa inversão de valores, nem tão-pouco a quebra de uma hierarquia social. Talvez possamos perceber uma atmosfera distinta da realidade cotidiana ao focarmos nas fantasias e nas máscaras; mas estas estão revelando muito mais que camuflando, pois estes bailes de Carnaval reforçavam uma ideia de elite que estava sendo construída na época em questão.

O Carnaval brincado no país, que se traduzia em um conjunto de jogos conhecidos como entrudo – que desde o século XVII dividia a opinião das autoridades –, foi definitivamente qualificado como impróprio, por ser considerado “grosseiro”, “sujo” e “violento”. Porém, tais alterações não se processaram de forma “natural”. Em oposição ao velho entrudo, impunha-se o Carnaval de luxo, de modelo veneziano e francês, com seus préstitos e bailes de máscaras que exibiam ricas fantasias (Silva, 2008, p. 22).

Até mesmo a legislação da época vai ao encontro da normatização dos festejos. O controle do comportamento dos foliões era regido pelo Código de Posturas local – Lei n.º 1028, de 5 de maio de 1880 –, o qual no artigo 107.º, parágrafos 1.º e 2.º, proibia “fazer bulhas, vozerias e dar altos gritos sem necessidade”, bem como “fazer batuques ou samba”; ou seja:

vale destacar, como os códigos de Posturas ordenavam o comportamento social, atingindo inclusive a esfera privada, nos festejos carna-

valescos os maus hábitos voltavam ao centro da cidade. Por isso, o Carnaval, em muitos momentos, mostrava-se como um elemento necessário a ser controlado pela administração pública, por isso muitos foram arrastados para os interiores dos salões e clubes sociais, frequentados por uma elite que se queria “moderna”. (Castro, 2018, p. 222)

Assim, uma festa que em muitos momentos e locais primou pela inversão de valores, a contraposição a um poder estipulado ou grande participação popular, não se verificou em Belém, ao olharmos os bailes nos clubes sociais privados descritos na *A Semana: Revista Ilustrada*. É certo que houve festejos de rua no mesmo período (Costa, 2016; Oliveira, 2006); no entanto não foram encontrados registros destes nas edições de tal periódico nos anos de 1919, 1920 e 1921; de fato, a revista prima pelo reforço do saudosismo da época de pompa vivenciada pela elite belenense na *Belle Époque* da Amazônia. Tal escopo jornalístico se mantém na divulgação dos chás dançantes e dos banquetes em homenagem às autoridades locais ou que visitam a capital paraense.

2.2. Chás dançantes e banquetes

Nos chás dançantes, os comportamentos dos participantes eram regidos por regras mais rígidas que as dos festejos do Rei Momo. Os chás dançantes eram usualmente realizados para homenagear alguém da alta sociedade, como sucedeu por exemplo, no elegante festejo organizado no quartel-general das forças armadas para o Dr. José Joaquim Seabra, que governou a Bahia entre 1912 e 1916 e entre 1920 e 1924 (ver Figuras 5 e 6). O homenageado está em destaque na fotografia publicada no periódico, aparecendo no centro juntamente com um membro das forças armadas – o general Clodoaldo da Fonseca – e ladeado por mulheres ricamente vestidas à moda francesa, com saltos altos e chapéus.

Figura 4 ▶ Chá dançante em homenagem ao Dr. José Joaquim Seabra



Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1921.

Figura 5 ▶ Chá dançante em homenagem ao Dr. José Joaquim Seabra



Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1921.

Outro exemplo de festa de homenagem a uma autoridade política foi o evento organizado em 1934 na Associação Comercial do Pará (ACP) para o advogado e deputado federal pelo Pará Clementino Lisboa, o qual recebeu o diploma de sócio benemérito da associação. É importante destacar nesta fotografia (Figura 6) não só a pompa das vestimentas como também a ornamentação do local. Fundada em 1864, a ACP foi construída em estilo eclético, seguindo o padrão de beleza arquitetônica do final do século XIX e início do século XX, em Belém. No salão onde ocorreu a festa podemos identificar elementos deste ecletismo como o teto pintado e as colunas clássicas. Ademais, o chá dançante contou com decoração e iluminação especial, comuns neste tipo de festejos.

Figura 6 ▶ Baile em homenagem ao Dr. Clementino Lisboa



Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1921.

Além dos chás dançantes, havia os banquetes, organizados para o deleite dos convidados, mas também como forma de firmar alianças políticas e homenagear indivíduos de elevada posição econômica ou militar. Ou seja, os banquetes representavam momentos de proximidade entre políticos e sua base

de apoio, pois no interior dos salões as conversas versavam sobre questões de cunho político (Moura, 2008). Dentre os banquetes realizados, destacamos o oferecido ao deputado estadual Dr. Francisco Campos, em 1921, no *Rolissérie Suisse*, um luxuoso hotel e restaurante, no bairro da Campina, onde atualmente funciona uma agência do Banco Bradesco (ver Figura 7). É relevante ressaltar que a participação era restrita aos seletos convidados; no entanto, usualmente os organizadores promoviam eventos na porta do prédio para propagandear o banquete. Neste caso, houve uma banda de música na frente do prédio, o que possivelmente criou a ilusão na população de que estaria a participar do evento; segundo a teoria de Duvignaud (1983), trata-se de uma 'festa de representação' na qual existem os 'atores' – os participantes do banquete no *Rolissérie Suisse* – e os 'espectadores' – que assistiram à banda de música da calçada. Os primeiros participam diretamente da festa e determinam que parte dela os 'espectadores' podem aproveitar. Desta maneira, a festa perde o seu caráter revolucionário e destruidor, aproximando-se apenas de uma simples celebração. Assim sendo, os banquetes identificados no periódico são festas de representação, bem como rituais de reforço da identidade da elite local (DaMatta, 1997); assim, os membros da alta hierarquia adentram ao luxuoso edifício para participarem do banquete, enquanto os demais membros da sociedade ficam do lado de fora, apenas com os momentos de música promovida pelos mais abastados, nos levando assim a mais uma possibilidade de conceitualização dos banquetes: são 'festas de ordem', onde "se celebram as relações sociais tal como elas operam no mundo diário, e as diferenças são mantidas" (DaMatta, 1986, p. 82).

Apesar de não haver a identificação de momentos na rua no banquete oferecido ao sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) João Alfredo de Mendonça, que teve como

Figura 7 ▶ Banquete do Dr. Francisco Campos no Rolissérie Suisse



Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1921.

finalidade assinalar a sua despedida da capital em 1921, percebe-se pela foto que se trata de um festejo bastante restrito (ver Figura 8). Nesta festa participou o Sr. Clovis Barata, representante do governo do estado, os senadores Alves da Cunha e Camillo Salgado, os militares tenente-coronel Dr. Luiz Lobo e coronel Apolinario Moreira. A fotografia também demonstra a exclusão das mulheres em grande parte dos festejos com finalidade política, o que pode ser percebido nos dois banquetes, assim como no oferecido ao português Lima, de passagem em Belém (ver Figura 9).

Figura 8 ▶ Banquete de João Alfredo de Mendonça no Rolisserie Suisse



Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1921.

Figura 9 ▶ Banquete do português Lima



Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1920.

2.3. As cerimônias de casamento

Outra festa particular recorrentemente noticiada é a cerimônia de casamento, que podem ser tomadas não apenas como união entre dois indivíduos,

mas como união entre famílias (ver Figuras 10 e 11). Assim, os casamentos noticiados durante os anos de 1919, 1920 e 1921 dizem respeito à união entre famílias vinculadas à riqueza advinda do Ciclo da Borracha, dos engenhos, da criação de gados e dos grandes comerciantes locais, fortalecendo cada vez mais a elite local, formada por poucos membros comparativamente à restante população. Ademais, outro ponto destacado nas notícias é o casamento religioso católico.

A celebração dos casamentos era quase sempre feita em igrejas católicas, o que gerava ampla documentação sobre a vida familiar, status social, idade, naturalidade, entre outros aspectos que estavam sob organização da Igreja. Uma aparente ameaça para esta instituição foi o Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1890, que aprovou os casamentos civis, pelo que a Igreja Católica perderia a primazia nas celebrações de casamentos, batizados e óbitos (Cancela, 2006). No entanto, ao verificar as notícias, percebe-se que a constância dos casamentos católicos ainda era recorrente nos anos de 1919, 1920 e 1921. Os casamentos nas igrejas eram manchete no periódico, e o número de convidados estava diretamente relacionado com a grandiosidade do evento e, por conseguinte, com o poder social e financeiro das famílias que estavam se unindo.

Figura 10 ▶ Casamento em Belém



Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1920.

Figura 11 ▶ Casamento em Belém



Fonte: *A Semana: Revista Ilustrada*, 1920.

Assim sendo, a secularização do casamento no Brasil – Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1890 – e a promulgação do Código Civil que versou sobre as questões de família e casamento – Lei n.º 3.071, de 1.º de janeiro de 1916 – não destruíram os festejos católicos, nem mesmo os valores do tradicional casamento. Estes ainda estavam fortemente presentes na sociedade, quando esta passou a estar sob a égide da república, da secularização e da modernidade.

Mesmo com a secularização, o matrimônio permaneceu vinculado aos ideais de família católicos. Nas primeiras décadas do século XX, era aprovado o Código Civil brasileiro, em 1916, que afirmava, no seu artigo 229.º, que o matrimônio criava a família legítima e, no artigo 315.º, assegurava que as núpcias, quando celebradas, somente se dissolviam pela morte de um dos cônjuges. Se as leis republicanas “conseguiram” secularizar o casamento e a ruptura da convivência a dois, é de suma importância não generalizar o fato. Em outras palavras, a secularização realizada pelo Estado conseguiu apenas retirar das mãos da Igreja o poder exclusivo sobre a união e o desligamento ou não dos vínculos conjugais (Campos, 2009, p. 40).

Indo ao encontro da manutenção dos valores relacionados à família acima citados, temos as fotografias de casamento, nas quais identifica-se a vestimenta tradicional da noiva: roupa clara – provavelmente branco –, véu e buquê (ver Figuras 12 e 13). O vestido de noiva usualmente recebia um comentário dos editores: se era discreto, simples e com poucos adornos ou, pelo contrário, exuberante

e luxuoso; em ambos os casos o design era europeu, afinal a moda também era um elemento de grande importância para a aproximação simbólica aos valores da Europa. Assim, a moda francesa do início do século XX dava o tom da vestimenta: verificava-se uma certa masculinização do vestuário feminino, depois de abandonada uma modelagem definida pelos espartilhos usados até à Primeira Grande Guerra. Então, os símbolos do feminino apareciam nos bordados com referência ao *Art Déco* e nos adereços ou arranjos de cabeça (ver Figuras 12 e 13). Já o noivo, vestia o fraque completo em cor escura e usualmente usava chapéu (ver Figura 12) (Schneid, 2020).

Outro ponto identificado nas notícias pesquisadas são as diferentes idades dos noivos. A grande parte dos homens se casava com mulheres mais novas, situação típica da virada para o século XX ao verificarmos o gráfico abaixo.

O Gráfico 1 foi construído tendo como dados o recenseamento local realizado em 1920. Em primeiro lugar, identificamos uma nítida diferença entre os dois primeiros grupos etários. Não há a presença de homens que se casaram com menos de 15 anos, mas, entre os 15 e os 19 anos, as mulheres são a grande maioria. Na faixa entre 20 e 29 anos, há um equilíbrio entre os gêneros; no entanto, após os 29 anos, o número de nubentes masculinos se distancia consideravelmente do das mulheres, corroborando a premissa da união entre homens mais velhos com mulheres mais novas em Belém. Como exemplos tem-se o matrimônio de Lauro Sodré Filho com a jovem Maria de Lourdes Pereira Gomes (Figura 11)

Figura 12 ▸ Casamento em Belém

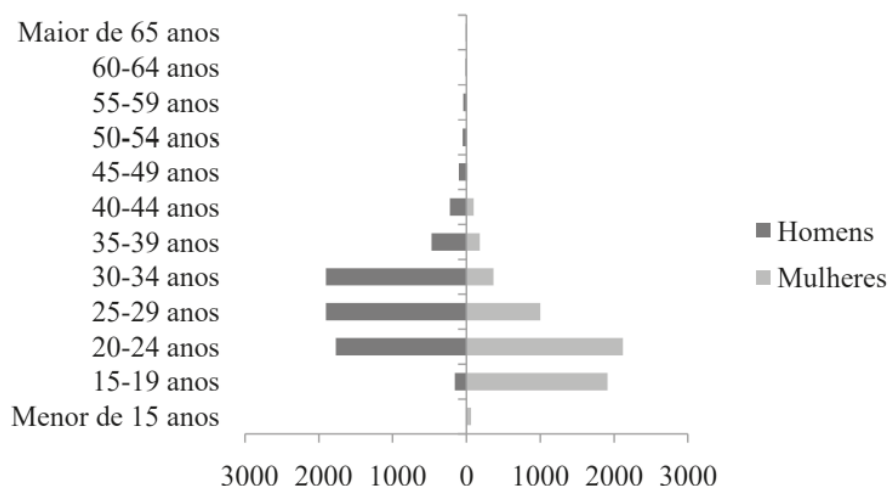


Fonte: A Semana: Revista Ilustrada, 1920.

Figura 13 ▸ Casamento em Belém



Fonte: A Semana: Revista Ilustrada, 1920.

Gráfico 1 Distribuição de nubentes por sexo e faixas etárias em 1920

Fonte: Barroso (2010, p. 10).

e do sr. Álvaro de Oliveira Menezes com a jovem Antunes da Matta Bacellar (Figura 12).

3. Considerações finais

Simmel (2006) considera o conceito de sociabilidade como uma consequência de prazer, relações pessoais e experiências vividas conforme o meio em que está inserido. A sociabilidade inclina o indivíduo a viver de forma comum na companhia de outro alguém, unificando ideias e agregando pessoas. Assim sendo, a sociabilidade festiva em Belém no pós-*Belle Époque* se configurou como um período de saudosismo da elite local, que procurou manter a pompa e o luxo vivenciados pelo Ciclo da Borracha, momento no qual Belém teve seu ápice econômico. Neste sentido, como os festejos da elite remetem às memórias e às identidades de um passado burguês, nos cabe pontuar nesta consideração final a questão da *Belle Époque* em Belém – e por conseguinte da Modernidade –, por meio de uma leitura atual como base nos estudos decoloniais.

Tomando o fenômeno da *Belle Époque* como referência de um discurso que opera na lógica da colonialidade, questiona-se: existiu uma *Belle Époque* na Amazônia? "Se, por questão de aceitação de um léxico aplicado à leitura das realidades culturais, sociais e materiais pelas quais a Amazônia da borracha passou", há de se afirmar que estas transformações estão correlacionadas com um pensamento colonialista. Então, "admite-se, por transposição e adequação terminológica, que a Amazônia de então viveu a sua, repita-se, a sua *Belle Époque*" (Coelho, 2016, pp. 42-43). Apesar de a *Belle Époque* ter tido um pequeno período de

duração, os ecos do fascínio eurocêntrico se refletiram em manifestações de padrões da cultura burguesa europeia, fazendo com que houvesse um "sentido de pertencimento a um tempo mítico, transformando o sujeito singular em cidadão do mundo, em homem da Modernidade" (Coelho, 2016, p. 44). Estes ecos de um dito sentimento de Modernidade foram edificados sob os reflexos de uma *Belle Époque* e podem, como trabalhado neste artigo, ser ainda identificados anos depois nos festejos da elite na cidade de Belém.

Como exemplo, destacaram-se nas fontes pesquisadas os bailes de Carnaval dos clubes privados. Nestes, a elite não só utilizou palavras francesas para anunciar o festejo, como também tomou elementos da literatura europeia para compor suas fantasias e dançar ao som de músicas com fortes referências estrangeiras. Outros eventos expõem o fortalecimento da memória da *Belle Époque* da elite social belenense, como é o caso dos banquetes. Estes foram reuniões de pessoas consideradas com cargos relevantes para a capital paraense, que aproveitaram o momento festivo para construir suas bases políticas. Nos chás dançantes e nos casamentos, a moda francesa estava fortemente presente nas roupas e nos adornos dos participantes; de fato, tais vestimentas – também identificadas nas festas carnavalescas – remetiam ao passado francês do período da *Belle Époque*, que por sua vez foi fortemente propagado pela elite local nos festejos dos anos de 1919, 1920 e 1921.

Diante deste breve passeio pelas festas da elite belenense no pós-*Belle Époque*, identifica-se a manutenção ou (ou sua tentativa) dos valores de pompa e luxo vivenciados durante o período áureo da elite

local. Não obstante a queda nos padrões econômicos e a significativa diminuição do embelezamento do centro urbano da cidade, os festejos continuavam a seguir a mentalidade da época anterior.

Agradecimentos

Agradecemos à Biblioteca Pública Arthur Vianna a disponibilização de todas as imagens utilizadas neste artigo, em livre acesso no site Obras Raras e Antigas – Acervo Digital da Biblioteca Pública Arthur Vianna: <http://177.74.2.35/obrasraras/a-semana-revista-illustrada/>. Destacamos que cada figura foi devidamente citada nas referências do artigo. Se faz relevante citar que “a seção de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, consciente do seu papel na formação e desenvolvimento do espírito científico, trabalha com a informação, apoiando às atividades de ensino, pesquisa e extensão (...). O Projeto ‘Obras Raras e Antigas – Acervo Digital’ tem como principal objetivo oferecer ferramentas de consulta on-line do Acervo de Obras Raras, proporcionando a salvaguarda e a integridade da obra original” (Arthur Vianna, 2022, s/p).

Declaração de contribuição dos autores

Wanessa Pires Lott foi responsável pela redação (revisão e edição) deste trabalho. Ruth Macedo Cardoso e Helen Suany Miranda foram igualmente responsáveis pela redação (elaboração do manuscrito original).

Notas

- ¹ Este artigo é resultante da pesquisa intitulada “Sociabilidade festiva na *Belle Époque* paraense”, desenvolvida no ano de 2021 na Universidade Federal do Pará (UFPA) sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Wanessa Pires Lott.
- ² Este artigo segue a grafia portuguesa adotada no Brasil, anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.
- ³ Professora Adjunta nos cursos de graduação em Museologia e em Conservação e Restauro da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Adjunta no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri) da UFPA.
- ⁴ Discente de graduação do curso em Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).
- ⁵ Discente de graduação do curso em Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).
- ⁶ O Ciclo da Borracha em Belém propiciou à cidade um significativo revigoramento. Como exemplo, podem se citar alterações no espaço urbano com a arquitetura inspirada nos modelos europeus, o aumento do número de agências bancárias – além do Banco do Brasil, havia bancos locais e estrangeiros – e o crescimento da população, que em 1900 girava em torno de cem mil habitantes (Santos, 1980).
- ⁷ Sobre a *Belle Époque* brasileira, ver Pinheiro e Rodrigues (2012).

⁸ A diferença de Belo Horizonte para as demais cidades supracitadas se dá pelo fato de a cidade ter sido planejada “do zero”, ou, melhor dizendo, o seu planejamento previu o fim de um arraial para o erguer da nova capital de Minas Gerais. Tal exemplo se mostra de extrema relevância para o contexto das reformas urbanas no Brasil (Lott, 2017).

⁹ A *Semana: Revista Ilustrada* está disponível no acervo digital de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV). Esta revista foi fundada por dois jornalistas, Manuel Lobato e Alcides Santos, e se tornou um dos mais importantes meios de informação para a elite de Belém, pois abordava diversos temas como humor, moda, esporte, festa. A referida revista começou por fazer parte do jornal *A Folha do Norte*, em 1918, e em janeiro de 1919 ganhou autonomia, passando a denominar-se *A Semana: Revista Ilustrada* (Castro, 2018). É importante destacar que essa revista estava voltada para o público da elite, pois esta era a esfera da sociedade que era majoritariamente alfabetizada e detinha condições financeiras para a compra de periódicos. Assim sendo, a grande maioria dos informes eram sobre festejos, encontros nos parques, programação de cinema e demais formas de sociabilidade direcionadas a esse grupo social.

¹⁰ Não obstante a ocorrência de festejos populares e/ou religiosos na época em questão em Belém, este estudo optou pelas festas de elite presentes no periódico *A Semana: Revista Ilustrada*, destinado a esta classe social. Para a leitura sobre a sociabilidade popular em Belém no mesmo período, ver Bahia (2020).

¹¹ A extração da borracha na Amazônia “constituía-se em um continuum, cujas figuras principais eram o seringueiro, o seringalista, a casa aviadora, a casa exportadora e, finalmente, a casa importadora, os nexos nacional e internacional do comércio da borracha. Como figuras secundárias, o regatão e os aviadores que intermediavam, ora entre o seringalista e o seringueiro, ora entre o seringalista e a casa aviadora (...). Neste sistema, o aviador é a pessoa que efetua o aviamento, isto é, fornece os bens de consumo e de produção; o aviado é o que recebe. Na produção e circulação da borracha, de que nos ocupamos aqui, o seringueiro extrator é sempre o aviado, pois as suas relações econômicas restringem-se ao fornecimento dos produtos extraídos da floresta como pagamento das mercadorias que lhe foram aviadas; o aviador, por outro lado, é aviado do comerciante que lhe fornece as mercadorias e aviador para aqueles que adquirem suas mercadorias” (Cherobim, 1983, p. 105).

Referências bibliográficas

- Arthur Vianna, Biblioteca Pública (2022). *Obras raras – Acervo digital* <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>
- Baile em homenagem ao Dr. Clementino Lisboa (1919, fevereiro). *A Semana: Revista Ilustrada*, 1(47), 10. <http://177.74.2.35/obrasraras/a-semana-revista-illustrada-1919/>
- Banquete de João Alfredo de Mendonça no *Roliserie Suisse* (1921, novembro). *A Semana: Revista Ilustrada*, 4(187), 17. <http://177.74.2.35/obrasraras/a-semana-revista-illustrada-1921/>
- Banquete do Dr. Francisco Campos no *Roliserie Suisse* (1921, setembro). *A Semana: Revista Ilustrada*,

- 4(180), 24. <http://177.74.2.35/obrasraras/a-semama-revista-illustrada-1921/>
- Banquete do português "Lima" (1920, agosto). *A Semana: Revista Illustrada*, 3(124), 13. <http://177.74.2.35/obrasraras/a-semama-revista-illustrada-1920/>
- Casamento em Belém (1920, maio). *A Semana: Revista Illustrada*, 3(113). <http://177.74.2.35/obrasraras/a-semama-revista-illustrada-1920/>
- Chá dançante em homenagem ao Dr. José Joaquim Seabra (1921, outubro). *A Semana: Revista Illustrada*, 4(185), 10. <http://177.74.2.35/obrasraras/a-semama-revista-illustrada-1921/>
- Festa carnavalesca em Belém (1919, março). *A Semana: Revista Illustrada*, 1(49), 12 e 30. <http://177.74.2.35/obrasraras/a-semama-revista-illustrada-1919/>
- Festa carnavalesca em Belém (1920, fevereiro). *A Semana: Revista Illustrada*, 2(99), 16. <http://177.74.2.35/obrasraras/a-semama-revista-illustrada-1920/>
- Bakhtin, M. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Forense-Universitária.
- Bakhtin, M. (1987). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. Hucitec.
- Barroso, D. S. (2010, setembro 20-24). *Família e imigração: O casamento, em Belém, no início do século XX* [Comunicação em evento científico]. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu/MG, Brasil. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2306/2260>
- Cancela, C. D. (2006). *Casamentos e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)* [Tese de doutoramento]. Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2006.tde-15012007-171851>
- Campos, I. D. (2009). *Para além da tradição: Casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)* [Tese de doutoramento]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13126/1/Ipojucan%20Dias%20Campos.pdf>
- Castro, R. N. de (2018). Uma revista ilustrada: *A Semana* e o olhar sobre a Amazônia (1917-1923). *Brocar*, (42), 209-236. <https://doi.org/10.18172/brocar.3758>
- Cherobim, M. (1983). Trabalho e comércio nos seringais amazônicos. *Perspectivas*, 6, 102-107. <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/227/1474>
- Coelho, G. (2016). Belém e a 'Belle Époque' da borracha. *Revista Observatório*, 2(5), 32-56. <https://doi.org/10.20873/ufu.2447-4266.2016v2n5p32>
- Corrêa, R. L. (1987). A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(3), 39-68. <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/963>
- Costa, T. L. da (2016). Carnaval e música carnavalesca em Belém do Pará: Tradições e hibridismos. *Art-Cultura*, 18(32), 75-92. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8256095.pdf>
- DaMatta, R. (1986). *O que faz Brasil, Brasil?*. Rocco.
- DaMatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro* (6ª ed.). Rocco.
- Duvignaud, J. (1983). *Festas e civilizações*. UFCE.
- Lemos, A. J. de (1902). *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902*. Arquivo da Intendência Municipal, 1897-1902. <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1897-1902/>
- Leonel, G. G. (2010). Festa e sociabilidade: Reflexões teóricas e práticas para a pesquisa dos festejos como fenômenos urbanos contemporâneos. *Cadernos de História*, 11(15), 35-57. <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2010v11n15p35>
- Lott, W. P. (2009). *Cenas festivas da/na cidade de Belo Horizonte: 1897-1922* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9U5G2F>
- Lott, W. P. (2017). *Tem festa de negro na República branca: O reinado em Belo Horizonte na Primeira República* [Tese de doutoramento]. Universidade Federal de Minas Gerais. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBDAQHH3W/1/tese_hist_wanessa_pires_lott.pdf
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. Cosac Naify.
- Moura, D. de A. (2008). *A República Paraense em festa (1890-1911)* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Pará. http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4321/1/Dissertacao_RepublicaParaenseFesta.pdf
- Oliveira, A. (2006). *Carnaval paraense*. SECULT.
- Perez, L. F. (2009). Do lazer à festa: Em questão o solo epistêmico da modernidade ocidental. *LICERE*, 12(2). <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2009.876>
- Pinheiro, W. da C., Dias, D. da C., Matos, L. da S. M., & Bahia, M. C. (2020). Práticas de lazer e sociabilidade na Belém do Pará dos anos de 1920. *LICERE*, 23(2). <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.21815>
- Pinheiro, L. da C., & Rodrigues, M. M. M. (Orgs.) (2012). *A Belle Époque brasileira*. CLEPUL.
- Santos, R. A. O. (1980). *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. T. A. Queiroz.
- Sarges, M. de N. (2000). *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque, 1870-1912*. Paka-Tatu.
- Schneid, F. H. (2020). *Memórias costuradas: O traje da noiva em fotografias de casamento (1920-1969)* [Tese de doutoramento]. Universidade Federal de Pelotas. <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/teses-e-dissertacoes/teses/>
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais de sociologia: Indivíduo e sociedade*. Zahar.

Silva, Z. L. da (2008). *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: Metamorfose de uma festa (1923-1938)*. Editora UNESP.

Sobrinho, A. S. de O. (2013). São Paulo e a ideologia higienista entre os séculos XIX e XX: A utopia da

civilidade. *Sociologias*, 15(32), 210-235. <https://www.scielo.br/j/soc/a/LJBz4P3sqLrM4ss4sNQJZSG/?format=pdf&lang=pt>

Turner, V. (1974). *O processo ritual: Estrutura e antiestrutura*. Vozes.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 07/05/2022. Aceite para publicação a 09/11/2022.

MIGRAÇÃO E RELIGIÃO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: COMPREENSÕES E PROBLEMÁTICAS DE JOVENS BRASILEIROS

MIGRATION AND RELIGION IN THE METROPOLITAN AREA OF LISBON: UNDERSTANDINGS AND PROBLEMS OF YOUNG BRAZILIANS

<https://doi.org/10.4000/sociologico.10814>

Kaique Cardoso

■ Universidade da Beira Interior, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Sociologia, 6201-001 Covilhã, Portugal. Email: cardosokm@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6106-4353>

Fabio Lanza

■ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) & Departamento de Ciências Sociais, 86057-970 Londrina – PR, Brasil. Email: lanza1975@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2807-9075>

Donizete Rodrigues

■ Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, 1649-026 Lisboa, Portugal. Email: donizetti.rodrigues@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2680-204X>

Resumo

Neste artigo analisamos a paisagem religiosa e processos migratórios existentes entre Brasil e Portugal, focando o percurso de vida de três jovens brasileiros religiosos e migrantes que residem na área metropolitana de Lisboa. Partindo de uma perspectiva da microssociologia, da valorização das narrativas e fontes orais primárias, buscou-se uma compreensão analítica que considerou o panorama sócio-histórico de ambos os países, possibilitando assim a delimitação das abordagens teóricas e metodológicas. Observou-se que as problemáticas e motivações migratórias dos jovens sujeitos afastam-se das clássicas explicações de motivações exclusivamente por motivos financeiros. Evidencia-se um contexto religioso que incentiva o processo migratório, através de profecias, sonhos e diversos sinais que conduzem e auxiliam os jovens. Dessa forma, este artigo contribui para a ampliação do debate acerca dos processos migratórios, especificamente para a compreensão da juventude religiosa brasileira migrante que reside na área metropolitana de Lisboa.

Palavras-chave: religião; migração; jovens; percursos de vida

Abstract

In this article we analyse the religious landscape and migratory processes that exist between Brazil and Portugal, focusing on the life path of three religious Brazilian young migrants residing in the metropolitan area of Lisbon. Starting from a microsociology perspective, appreciating the narratives and primary oral sources, an analytical comprehension was sought considering the socioeconomic panorama of both countries, enabling the delimitation of theoretical and methodological approaches. It was observed that the problems and migratory motivation of the young subjects deviate from classical explanations associated exclusively with financial reasons. Thus, a religious context was evidenced as an encouragement of the migratory process through prophecies, dreams and diverse signs that lead and help young people. Therefore, this article contributes to the expansion of the debate about migratory processes, specifically to the understanding of the Brazilian religious youth living in the metropolitan area of Lisbon.

Keywords: religion; migration; young; life path

Introdução

As paisagens religiosas brasileira e portuguesa vêm atravessando diferentes realidades ao longo dos séculos, resultando em contextos condizentes com as mudanças ocorridas no cenário religioso, não só de ambos os países, mas de todo o globo. A religião e as práticas religiosas vêm sofrendo drásticas modificações, evidenciando o quão dinâmica tornou-se esta questão, que passa a operar até mesmo com uma lógica de mercado (Vilaça, 2016). O Brasil, nas últimas décadas, assumiu uma posição até então desconhecida, ao tornar-se uma influência direta para a expressiva mudança na paisagem religiosa de Portugal, através da transnacionalização (Oro, 2013) e da missão invertida (Freston, 2010) que proporcionam uma inversão do mapa mundial, provendo de baixo e reconquistando os países que outrora disseminaram a sua religião, resultando assim numa expansão, principalmente nos grandes centros urbanos, tais como Lisboa e Porto.

Abordagem metodológica

O contexto religioso possui uma interligação com a questão migratória, em que Portugal, para os brasileiros, é não só um país de mesma língua e cultura relativamente próxima, mas também a porta de entrada para outros países da Europa (Gracino Junior, 2011). Neste contexto, questiona-se: de que forma os elementos de uma prática religiosa influenciam e/ou relacionam-se com os percursos de vida dos jovens brasileiros migrantes em Portugal?

Alicerçada numa revisão bibliográfica das paisagens religiosas brasileira e portuguesa, com uma subsequente abordagem da questão migratória existente entre ambos os países e sob a perspectiva de uma produção epistemológica qualitativa que valoriza as narrativas individuais e fontes primárias (Montagner, 2007), esta investigação se alinha numa perspectiva teórica e metodológica de uma microsociologia. Lahire (2005) afirma que esta tem como principal interesse compreender as bases individuais que atravessam os indivíduos e os influenciam, em diferentes contextos, cenários e instituições, em relação ao mundo social, que não está reduzido apenas ao geral e coletivo, mas também se apresenta a partir do individual, nas singularidades de cada indivíduo.

Foram selecionados – considerando a questão norteadora acima – três jovens da área metropolitana de Lisboa. Estes jovens sujeitos, identificados em visitas de campo a Igrejas evangélicas em Lisboa, participaram de duas entrevistas em profundidade, conduzidas a partir de um guião previamente elaborado no âmbito da realização de uma investigação de doutoramento em Sociologia, entre os anos de

2019 e 2021, em que recorreu-se às vantagens da pesquisa qualitativa que possibilita uma interação espontânea entre pesquisador e pesquisado (Becker, 1994).

Paisagem religiosa brasileira

Desde o Brasil colônia, os fluxos migratórios são significativos para compreendermos a formação e influência religiosas no país, que vivencia um sincretismo em que vários cultos possuem múltiplas influências e práticas, gerando assim um campo devocional singular. Podemos destacar a predominância do catolicismo europeu e das práticas religiosas africanas e indígenas no contexto brasileiro. Neste sentido, Alves et al. (2017, p. 216) apontam que, “com a miscigenação e o sincretismo religioso, as terras brasileiras tornaram-se palco do encontro de três grandes tradições culturais: a católica europeia, a nativa das Américas e a africana”. Diversificadas manifestações culturais e religiosas possibilitaram uma mescla entre o sagrado e o profano, entre deuses e demônios (Ruuth & Rodrigues, 1999). Tal miscigenação deve ser compreendida e analisada também a partir do genocídio, etnocídio e extermínio dos povos originários, bem como da escravização de diferentes povos africanos (Nascimento, 2016), compondo assim o contexto cultural e social da realidade brasileira.

O Brasil possui um expressivo contingente populacional católico, sendo o catolicismo uma religião tradicional que foi imposta durante o processo de colonização. Porém, atualmente, chama a atenção na paisagem religiosa brasileira devido ao seu constante decréscimo, principalmente em relação à perda de fiéis para as denominações evangélicas e para a categoria dos ‘sem religião’ (Almeida & Monteiro, 2001; Alves et al., 2017; Mariano, 2013b). Em 1980, os católicos correspondiam a 89,2% da população brasileira, sendo em 2010 64,6% (Alves et al., 2017; Mariano, 2013b), com um evidente processo de decréscimo ano após ano.

Em oposição ao cenário de declínio católico, os evangélicos vêm ocupando um lugar cada vez mais relevante na paisagem religiosa do Brasil, saltando de 6,6% da população em 1980, para 22%, em 2010 (Mariano, 2013b), sendo este grupo o único a possuir um crescimento absoluto, tanto nos meios rurais quanto nos meios urbanos. Para Ricardo Mariano (2013a), estes movimentos, decrescentes (no caso dos católicos) e crescentes (para os evangélicos), sinalizam que vem ocorrendo uma descentralização das denominações religiosas; ou seja, há um intenso processo de pluralização que corresponde a uma maior oferta de práticas para diferentes contextos e, consequentemente, públicos, uma vez que as religiões também trabalham na lógica da oferta e da procura (Almeida & Monteiro, 2001).

Ao ocorrer de forma generalizada, o avanço evangélico não foi uniforme: enquanto algumas vertentes apenas mantêm seus fiéis, outras crescem exponencialmente – tal como os pentecostais, que têm presença expressiva entre os evangélicos do Brasil. O avanço pentecostal ocorre num contexto de organização social, e até mesmo política, que impulsiona a busca por uma religião que promove a “cura” física, social, espiritual e financeira (Mariano, 1999). Assim sendo, estes crentes formam um grupo diversificado entre si, mas com grande visibilidade e poder sobre a população e os meios de comunicação.

As constantes crises, económicas ou políticas, atravessadas no Brasil constituem-se como um terreno fértil para tais igrejas, uma vez que a população é levada a recorrer aos elementos sagrados e mágicos do pentecostalismo e da Teologia da Prosperidade, numa busca por bens materiais; com efeito, “a fé na providência divina e num plano de Deus para cada indivíduo desenvolve nestes o sentimento de que os acontecimentos irracionais e sofrimentos da vida têm um sentido e obedecem a uma lógica maior” (Mariz, 1991, p. 20). Por conseguinte, a Teologia da Prosperidade, ao se apresentar como um elemento central nas igrejas pentecostais e neopentecostais, propicia aos fiéis a obtenção de felicidade, saúde e riqueza, valorizando e enaltecendo a vida e o bem-estar neste mundo (Mariano, 1999).

Dessa forma, observamos que o campo religioso no Brasil vivenciou e vivencia constantes modificações, buscando referências de múltiplas origens e criando assim a própria pluralidade brasileira.

Paisagem religiosa portuguesa

O campo religioso em Portugal, na atualidade, reflete o contexto histórico, uma vez que a Europa foi um grande palco de monopólios religiosos, sendo o país marcado fortemente pela presença e influência do catolicismo.

A Constituição promulgada em 1976, cujos fundamentos básicos ainda prevalecem no país, estabelece, como inviolável, a liberdade de consciência, de religião e de culto, abrindo caminho para uma prática e liberdade religiosas nunca antes presenciadas no país (Vilaça, 2013). Contudo, com o início dos processos migratórios de maior fluxo, principalmente aqueles de retorno dos portugueses, ficou evidente que os nacionais retornados tinham sofrido influência das missões protestantes que atuavam nos países africanos de expressão portuguesa (Vilaça, 2016). Nesse contexto, evidencia-se um crescimento significativo (172,3%) dos pentecostais/evangélicos. Inseridos na categoria de “outros cristãos”, denominações como a Congregação Cristã, Igreja Evangélica de Filadélfia Cigana e outras denominações religiosas pentecostais independentes,

tiveram maior visibilidade e destaque no cenário religioso português (Vilaça, 2013).

Vilaça (2016) ressalta ainda a importância dos missionários e religiosos brasileiros para a constituição do campo evangélico português, a partir do processo de retorno dos portugueses que residiam no Brasil e propiciaram uma propagação do evangelismo brasileiro, caracterizado principalmente por congregações e assembleias.

Por volta de 1980, outro elemento de relevância surgiu no cenário religioso português – o fenómeno neopentecostal. A Igreja Universal do Reino de Deus, oriunda do Brasil, e a Igreja Maná, fundada por um português, entre outras, introduziram profundas mudanças no segmento protestante evangélico (Rodrigues & Silva, 2014; Ruuth & Rodrigues, 1999). O segmento pentecostal provocou uma maior liberdade religiosa, com novas ritualidades, usos e costumes, inserindo-se também nos meios de comunicação e evidenciando uma forte competitividade pela busca por fiéis.

The enlargement of the religious market occurred especially in the 1980s, with the arrival of the first Brazilian Neo-Pentecostal churches. This phenomenon was intensified, from the 1990s, with the more massive influx of Brazilian immigrants and new Brazilian evangelical churches, causing rapid and significant changes in the “Portuguese religious supermarket.” (Rodrigues, 2014, p. 138)

Portanto, o cristianismo evangélico foi introduzido e vem sendo propagado em Portugal, maioritariamente através dos imigrantes, resultando, desta forma, num crescimento em determinadas regiões do país, especialmente nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa.

A região de Lisboa e Vale do Tejo é aquela que melhor espelha a diversidade religiosa em Portugal. Encontram-se aí 55,2% dos não crentes, os quais representam já 16,1% do total da população nesta região. Mais de 50% da população com religião não católica, concentra-se também em Lisboa e Vale do Tejo, com especial destaque para os protestantes/evangélicos e os pertencentes a outras religiões, cuja maioria se localiza aí [...]. (Vilaça, 2016, p. 206)

Essas novidades no campo religioso português provocaram uma mudança de conceção acerca das religiões e das práticas religiosas em Portugal:

Portugal still is a predominantly Catholic country. However, in the last three decades there has been an enlargement of the Por-

tuguese religious field. In this context, the old and new religious movements with most visibility are: (Neo)Pentecostal churches, Christian Orthodox, Islamism, Hinduism and Afro-Brazilian religions. Buddhism, Judaism, the historical Protestant churches, Spiritism-Kardecism, New Age and other Eastern religions are also present. (Rodrigues, 2014, p. 137)

Em 2011, 88% da população se declaravam católicos, e os não-católicos eram apenas 3,6%, segundo os dados dos censos. Contudo, esta realidade está a mudar. O crescente fluxo de imigrantes – principalmente de brasileiros – provocou o aparecimento de inúmeras igrejas multiétnicas e uma pluralidade de denominações e igrejas independentes, com grande destaque para o movimento Testemunhas de Jeová (Vilça, 2016). Portanto, o contexto histórico atual, plural e religioso de Portugal, aponta para um crescimento significativo das denominações evangélicas, materializado numa constante abertura de novos templos religiosos.

É notória a relevância dos imigrantes brasileiros e angolanos para o crescimento da vertente neopentecostal no país. O número de fiéis destas denominações nos países de origem, como o Brasil, é muito elevado. Sendo assim, no processo migratório, os indivíduos tendem a buscar uma filiação religiosa que seja próxima daquela que já conhecem, tal como as igrejas pentecostais (Rodrigues, 2014), predominantes no cenário religioso brasileiro.

Migração entre Brasil e Portugal

Sabe-se que, há mais de quinhentos anos, existe uma forte relação, em vários domínios, entre Brasil e Portugal. A relação política, diplomática, económica, cultural e entre os cidadãos e os governos vem passando por constantes mudanças e percepções que acompanham os diferentes tempos e processos históricos ligados também ao contexto global (Baeninger, 2012; Rocha-Trindade, 2009).

Igor José Machado (2006) ressalta que a migração dos brasileiros para Portugal é uma dualidade: por um lado, representam ainda antigas relações que remetem à colonização, por outro trazem também novidades.

As identidades brasileiras construídas a partir da experiência da imigração são distintas entre si, cortadas por: 1) questões de classe entre a população imigrante, 2) por questões de temporalidade da imigração, 3) por questões de gênero e sexualidade, 4) de ascendência portuguesa (por sua vez diferenciada por graus diferentes de ascendência), 5) por questões de cor/raça, 6) por questões de ocupação no mercado de trabalho, 7) por

questões de origem regional e, finalmente, 8) questões de religião, entre outras possíveis. (Machado, 2006, p. 126)

No mesmo sentido, constata-se que Portugal possui múltiplas pertenças, uma vez que está inserido na União Europeia. Porém, compartilha de outros sistemas e acordos que são resquícios ainda do Império português, tal como o sistema migratório entre os países lusófonos citado anteriormente, que está em constante modificação, devido aos fortes laços e relações entre os países lusófonos. Contudo, Bógus (2007) ressalta que a migração dos brasileiros para Portugal é motivada também por “ser considerado país-irmão, com proximidade linguística e cultural, o que tem favorecido de maneira crescente a busca daquele país (Portugal) como área de destino” (Bógus, 2007, p. 41).

A partir dos anos 1970, observa-se uma intensificação do processo migratório, em que Portugal se torna o destino de centenas de milhares de brasileiros. Ao delimitarmos a análise dos processos migratórios, estamos claramente optando por uma divisão teórica/análítica já existente e amplamente utilizada, acerca das migrações de brasileiros para Portugal. Esta análise compreende assim as diferentes características dos fluxos migratórios ao longo dos últimos cinquenta anos, uma vez que, “embora recente, a imigração para Portugal regista já duas vagas caracterizadas por um conjunto de traços distintivos” (Bógus, 2007, p. 32).

A primeira vaga migratória, como é intitulado o fluxo inicial, começa nos anos 1970 e prolonga-se até o final da década de 1990 (França & Padilla, 2018). É considerada um fluxo migratório de pequena escala (com poucos indivíduos), composta por pessoas profissionalmente qualificadas, tais como dentistas, advogados, informáticos e publicitários, que encontraram no mercado de trabalho português uma realocação equivalente às suas qualificações (França & Padilla, 2018). Essa fase atravessa diferentes momentos políticos e económicos do Brasil, como a instabilidade económica e a tentativa de controle da inflação, bem como a entrada de Portugal para o bloco da Comunidade Económica Europeia, influenciando, deste modo, as diferentes dimensões culturais, políticas e sociais (Pinho, 2007).

Lucia Maria Bógus aponta alguns indicadores, com base nos dados oficiais do INE, concluindo que, entre os anos 1980 e 1990, os brasileiros consistiam no grupo imigrante com maior escolaridade em Portugal: “28,4% eram profissionais liberais, 27,3% estudantes, 16% encontravam-se alocados em empregos de média qualificação (técnicos, empregados de escritórios, bancários), 10,3% trabalhavam como professores e apenas 5,3% em setores não qualificados, incluindo o da construção civil” (Bógus, 2007, p. 50).

Tais dados reforçam as características principais da primeira vaga e legitimam uma melhor inserção profissional dos brasileiros, aspetos que deixaram de predominar ao longo dos anos e com a intensificação das migrações dessa população para Portugal. Em seguida, por um curto período, ocorre uma desaceleração deste processo migratório. Posteriormente, há uma retomada do crescimento das migrações de brasileiros para Portugal, mas agora com outras características, iniciando assim a segunda vaga:

A desaceleração do crescimento económico, em meados dos anos 90, levou a uma diminuição das entradas. O novo ciclo de expansão do final dos anos 90 levou a uma nova intensificação dos fluxos – que, perante os novos enquadramentos legais (espaço *Schengen*) e as novas redes organizadas, atingiu números até então desconhecidos. (Peixoto & Figueiredo, 2007, p. 89)

A segunda vaga tem início no final dos anos 1990 (França & Padilla, 2018; Machado, 2014; Malheiros, 2007). Compreende um significativo aumento do número de indivíduos, sendo composta predominantemente por profissionais de serviços, ou seja, indivíduos que vêm para ocupar postos de trabalhos não qualificados: “ligados principalmente à hotelaria, eram quase todos garçons, trabalhadores de restaurantes, churrasqueiros, etc.” (Machado, 2014, p. 231). “[Os] brasileiros da 2.ª vaga têm encontrado mais oportunidades de emprego em tarefas não qualificadas, incrementando-se o desajuste entre as qualificações possuídas e as qualificações necessárias para a prática de certas profissões em sectores como a construção civil” (Pinho, 2007, p. 28).

A presença e o direcionamento dos brasileiros da segunda vaga para os grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, evidenciam outro carácter dessa vaga migratória:

[É] um indicador direto de uma imigração mais laboral, uma vez que Lisboa é o mercado de trabalho mais dinâmico e diversificado do país, com características urbanas, e não foi, em termos relativos o local central na história da emigração portuguesa para o Brasil. (Malheiros, 2007, p. 21)

Partindo de perspectivas recentes a respeito das vagas migratórias, observa-se a existência de uma terceira vaga, que evidencia um número elevado de brasileiros, com distintas inserções e qualificações profissionais, num contexto migratório que sofre uma abrupta interrupção devido à crise financeira global de 2008 (Fernandes et al., 2021). Por último, a quarta vaga, compreendida entre o ano

de 2014 e o contexto pré-pandémico, evidenciou uma diversidade ainda maior e um fluxo mais intenso de trabalhadores qualificados e não qualificados, num contexto legitimado a partir do aumento significativo do número de concessões para residir em Portugal (Fernandes et al., 2021).

Portanto, a dinâmica migratória e económica resulta de uma flexibilização da legislação trabalhista, impulsionando a falta de interesse de cidadãos nacionais em se inserir em alguns segmentos do mercado de trabalho, especialmente aqueles com menores remunerações e sem vínculos contratuais, relegando tais ocupações para as populações migrantes. O mercado de trabalho para os brasileiros, além da limpeza e da construção civil, está diretamente associado às supostas características de simpatia e alegria, valorizadas no comércio e na restauração (Peixoto & Figueiredo, 2007).

Observa-se que a migração brasileira, apesar de se beneficiar de alguns acordos bilaterais¹ de regularização dos trabalhadores, ou mesmo do Estatuto de Direitos e Deveres², cria uma aproximação entre os indivíduos, sendo também os brasileiros o grupo com maior facilidade de integração (Malheiros, 2007). A segunda vaga se diferencia pelo aumento do número de migrantes e pela precarização dos trabalhadores; traz em si novos e interessantes elementos, como o aumento de evangélicos, de mulheres, de estudantes e de aposentados.

A partir de 2014, no contexto da quarta vaga, com a nítida melhoria da economia de Portugal, a migração de brasileiros ganhou novamente força e projeção nos meios de comunicação social. Trata-se de jovens, empreendedores e pessoas de classe média, que buscam maior segurança e qualidade de vida, trazendo também investimentos financeiros. Outros aspetos que contribuem para o aumento da migração de brasileiros com destino a Portugal estão associados à instabilidade política brasileira, que afeta a economia e a segurança pública, áreas que se tornaram ainda mais frágeis após o ato de ‘impeachment’ da presidente Dilma Rousseff³.

Migração e religião

A prática religiosa e a própria figura de um Deus soberano surgem constantemente nas narrativas dos jovens enquanto elementos que produzem sentido e exercem a função de fornecer inspiração, motivação, força e resiliência. Para os nossos jovens sujeitos, diversas são as mensagens que recebem de Deus, seja através dos sonhos, seja através de profecias apresentadas dentro de igrejas.

A dimensão religiosa, portanto, torna-se uma preciosa ferramenta de reinterpretção da realidade, na tentativa de conciliar o presente e o passado, num complexo e sofrido

processo de “negociação identitária”. Antes que a fuga, portanto, o recurso à religião visa o enfrentamento simbólico da realidade. (Marinucci, 2012, p. 8)

A prática religiosa, aqui relacionada diretamente à fé individual dos jovens, ultrapassa as próprias fronteiras de uma determinada instituição religiosa, como relatado por Daniel, Jonas e Afonso, nossos entrevistados. Para Hérviu-Léger (2015), o peregrino constitui-se a partir das próprias modificações do campo religioso contemporâneo, onde as trajetórias individuais fundem-se com as trajetórias religiosas, constituindo, assim, um caminho dotado de um sentido – no caso dos jovens: evangelizar a Europa, trazer a palavra, ser líder de um grande ministério, ganhar vidas para Cristo, entre outros.

Os jovens, enquanto peregrinos, mantêm-se em movimento, evidenciando o sentido religioso que dão às próprias escolhas, recursos e disposições vivenciadas. Nota-se em suas trajetórias que as dificuldades enfrentadas, as angústias vividas e as incertezas atravessadas tornam-se elementos de uma narrativa coerente, que corresponde justamente à constante construção e (re)construção biográfica do peregrino em movimento (Hérviu-Léger, 2015).

Apesar de apresentarem uma desinstitucionalização religiosa no início do processo migratório, os jovens, assim que chegaram a Portugal, se integraram rapidamente a uma determinada igreja: Jonas e Daniel, membros da Igreja Sarah Nossa Terra, e Afonso, membro da Bola de Neve Church, ambas oriundas do Brasil e possuindo uma forte disseminação no exterior. A rápida filiação e inserção dos jovens evidencia o quanto consideram a igreja como um espaço seguro para os imigrantes (Ribeiro, 2007); tal como evidenciado por Oliveira (2012), a Igreja desempenha funções de cunho social, material e logístico para a vida quotidiana do imigrante.

A motivação e o desejo de migrar estão diretamente associados a um parâmetro religioso e afetivo, que incluir o desejo central de desenvolvimento pessoal. É possível compreender – com Daniel e Afonso – que existe também o desejo de uma condição social diferente, mas este não se alinha necessariamente a uma melhoria financeira, uma vez que, em Portugal, ambos exercem funções profissionais com um status social inferior ao que exerciam no Brasil: Afonso era funcionário de inovação tecnológica de um banco e Daniel estudante de Psicologia; Jonas por vezes evidencia uma oscilação tênue acerca das suas motivações, ora dando ênfase à religião, ora mencionado querer apenas estar com a namorada, que já havia emigrado.

Sendo assim, é notório que compreender os processos migratórios, a partir de histórias de vida, faz com que nos aproximemos ainda mais de uma

miscelânea de problemáticas relacionadas principalmente à paisagem religiosa de ambos os países.

Oriundo do interior de São Paulo, Jonas emigrou para Portugal aos 21 anos, em 2012. O processo migratório começou a ser cogitado desde um relacionamento amoroso com uma antiga colega de escola que havia migrado para Portugal com toda a família. Durante meses, o jovem relacionou-se apenas virtualmente, chegando até mesmo a romper tal vínculo, porém o reatando posteriormente. A namorada de Jonas fora ao Brasil, em visita à sua cidade natal – que era a mesma de Jonas –, e permaneceu por lá um mês. Morando na mesma cidade, a ocasião possibilitou aos jovens intensificar e consolidar o relacionamento, provocando em ambos o desejo de estarem juntos, independentemente do país.

No entanto, a partir da narrativa de Jonas, observamos que o seu processo migratório foi também atravessado por alguns elementos religiosos: ele iniciou a sua conversão do catolicismo para o pentecostalismo, ainda no Brasil, motivado pela namorada (hoje a sua atual esposa). Um dos seus grandes propósitos consistia justamente em alcançar toda a documentação e dinheiro que fosse necessário para migrar para Portugal. Numa certa ocasião – de desespero, por não conseguir sequer agendar a solicitação do passaporte –, ele entrou na Igreja do Evangelho Quadrangular – escolha aleatória, pois era a igreja que estava mais próxima – e começou a orar – pedindo o auxílio de Deus para que o seu processo migratório prosperasse. Durante o período em que esteve em oração – orar ainda era algo que não tinha prática em fazer, pois estava em processo de conversão –, foi interrompido por uma mulher que lhe disse: “Deus não é um Deus de troca, é necessário fazer algum sacrifício para que as portas se abram” (J. Pereira, comunicação pessoal, 25 setembro, 2019).

Após alguns minutos refletindo, a mulher se aproximou novamente, e continuou: “Você vai fazer uma viagem que vai mudar a sua vida. Ele tem um grande plano para você, para você ele tem chave de ouro, bandeja de ouro” (J. Pereira, comunicação pessoal, 25 setembro, 2019).

Jonas, intencionando satisfazer as necessidades para sua migração, onde seguia a sua fé, assumiu um propósito que, segundo ele, foi um dos mais difíceis – abandonar o vício do cigarro, que já o acompanhava há alguns anos. Nas semanas seguintes, após orações incessantes, recebeu a ligação da marcação para emitir o passaporte – processo esse extremamente burocrático no contexto em que Jonas migrou para Portugal. A surpresa do jovem consistiu justamente no fato de que a espera média para a emissão do documento era de seis meses; porém, ele o conseguiu em poucas semanas – após o propósito de abandonar o vício do cigarro e a crença dele na mensagem que recebera na Igreja Quadrangular.

Para concretizar financeiramente o processo migratório, recorreu a uma poupança que a mãe fizera desde a sua infância, para que ele optasse por comprar um carro ou iniciar um curso superior. Portanto, a poupança foi completamente consumida com o processo migratório – emissão de documentos, compra do bilhete (passagem) e outros gastos necessários para entrar em Portugal como turista e permanecer indocumentado no país.

Para a mãe, o filho não teria coragem para emigrar, pois, segundo Jonas (J. Pereira, comunicação pessoal, 25 setembro, 2019): “O máximo que já tinha passado longe da minha mãe foram sete dias, ela não acreditava que eu teria coragem e só acreditou quando estávamos indo pro aeroporto”.

O jovem Daniel é oriundo de Alagoas e residia em Arapiraca, interior do estado. Veio para Portugal aos 20 anos de idade, em outubro de 2013. Inicialmente, o seu processo migratório sofre influências da própria mãe, que já havia morado nos Estados Unidos da América. Porém, para Daniel, tal sonho começou aos 14 anos de idade quando

Deus colocou um desejo forte no meu coração de ir morar em outro país, mas não tinha um país específico, tinha apenas um desejo muito forte, e sabia que Deus me queria fora do Brasil, sempre tive muitos sonhos em relação a isso... Quando eu tinha 16 anos, estava na sala de casa orando, e quando eu fechei os olhos me vi em outro país, não sabia qual país era, e nesse momento eu me vi falando de Jesus para várias pessoas. Eu enxerguei essa experiência e voltei, foi muito marcante, já tem mais de dez anos e ainda me lembro perfeitamente. (D. Silva, comunicação pessoal, 25 de setembro, 2019)

O jovem continuou seguindo seu caminho, com os seus sentimentos, sonhos e estudos, buscando o melhor para a sua vida e sempre muito assíduo com os compromissos religiosos. Aos 20 anos de idade, em meio ao contexto de estudos e trabalho, Daniel e sua mãe tiveram o mesmo sonho:

Eu já tinha no meu coração que ia sair do Brasil, minha mãe também sonhava com isso, para ela não era um chamado de Deus, mas uma vontade de tentar algo novo, no meu caso era realmente para uma experiência com Deus. (D. Silva, comunicação pessoal, 25 de setembro, 2019)

Durante uma apresentação religiosa que realizou com outros membros da Igreja, o jovem recebeu uma indicação clara de Deus para prosseguir com o sonho de migrar:

Fiz uma oração, pedi pra Deus falar comigo, sobre sair ou não do Brasil, criei algumas perguntas para Deus e pedi a ele que alguém me respondesse, pois estava num local com milhares de pessoas de todos os lugares, e queria a confirmação se eu deveria sair ou não (D. Silva, comunicação pessoal, 25 de setembro, 2019).

Nesse contexto, um jovem pediu para orar pelo grupo e especificamente por Daniel. O rapaz, até então desconhecido, disse que viu Daniel atravessando o Oceano Atlântico, perguntando-lhe se as malas já estavam prontas. A partir daquele momento, Daniel obteve a confirmação que esperava, compartilhando os planos com a mãe e organizando todos os detalhes para ambos migrarem.

Para o jovem, Portugal não foi a primeira escolha, mas uma consequência, pois o plano inicial era estabelecer-se na Alemanha. Porém, apenas em Portugal conseguiram emprego e moradia com facilidade, o que os impulsionou a estabelecerem-se no país.

Oriundo de Barueri, na região metropolitana de São Paulo, Afonso, com 24 anos de idade, realizou o seu primeiro processo migratório para Dublin, em abril de 2014 e, em seguida, para Portugal, em julho do mesmo ano. Esse processo ocorreu motivado constantemente pela fé e pelos diversos sonhos com indicações diretas do que deveria fazer: “Deus me disse que eu viria para a Europa, ele me disse para vir e procurar um lugar que vendia café, eu deveria entregar as moedas para o garçom e deveria ganhar aquela alma para Cristo” (A. Pires, comunicação pessoal, 14 de agosto, 2019). Após este sonho, ficou imensamente incomodado. Em menos de um mês, teve outro sonho:

O sonho foi muito real, me deixou desorientado, eu estava numa aldeia, numa vila da Europa, eu sabia que estava na Europa... Tinha jovens brincando, e tinha um senhor sentado ao meu lado, e ele me dizia “pelo jeito você é nascido de igreja”, porém eu afirmei que não e esse velho afirmou “então você é rebelde”, e nesse momento eu ouvi a voz de Deus dizendo que eu tinha vindo para ensinar as pessoas a nascerem de Cristo e não mais da igreja. (A. Pires, comunicação pessoal, 14 de agosto, 2019)

O jovem que já vinha se dedicando à evangelização no interior do Mato Grosso, após esses sonhos, intensificou as orações e começou a ouvir profecias de outros fiéis, que ressaltaram que seria esta a sua missão: supostamente se mudar para a Europa e se tornar um líder religioso. No ano de

2013, participou de uma conferência profética sobre a Europa e nessa ocasião passou a ter ainda mais certeza sobre a sua missão.

Como relatado, com a documentação, partiu primeiro para Dublin, na Irlanda, sendo recebido por outro jovem, também membro da Igreja Bola de Neve, denominação a que Afonso pertencia no Brasil. Assim como no caso de Daniel, Portugal não foi a primeira opção de Afonso, mas na Irlanda não conseguiu emprego e teve imensas dificuldades em aprender a língua. Neste contexto, teve outro sinal: "No sonho Deus me falava que, se não desse certo em Dublin, eu deveria ir para Portugal, para a cidade do Porto, pois lá eu conseguiria trabalho e teria facilidade com a língua" (A. Pires, comunicação pessoal, 14 de agosto, 2019).

Em poucas semanas, o jovem saiu da Irlanda e embarcou rumo a Portugal, sustentado em grande medida pela sua fé e pelos sonhos que tivera:

O sonho é algo significativo, é um passo de fé, literalmente. E o gosto da conquista é melhor ainda, pois vê que se tornou realidade, por conta do que conquistei, como a igreja, a família, o emprego; todas essas conquistas estavam alinhadas. (A. Pires, comunicação pessoal, 11 de novembro, 2019)

A partir dos dados coletados e analisados sobre esses jovens, é possível apontar que eles constroem, não só um suporte para a saída do Brasil, mas também uma força de adaptação e sobrevivência num outro país, a partir do sonho de emigrar baseado na fé. Faz-se notório o poder simbólico exercido pela religião, que tem como principal função, nesse contexto, impulsionar os jovens a que, por meio da fé, realizem um processo migratório e busquem um apoio religioso/institucional ao chegarem no país de destino, usufruindo assim daquilo que a comunidade religiosa, por vezes também migrante, pode lhes oferecer.

Considerações finais

A partir da problematização das temáticas do campo religioso em Portugal e no Brasil, e de uma breve análise do histórico da migração entre os dois países, possibilitou-se mesclar ambas as temáticas, evidenciando assim a influência da religião para o processo migratório; neste caso, analisando brevemente o percurso de vida de três jovens brasileiros migrantes. Tais percursos atravessam as incontáveis relações estabelecidas entre a religião e a migração, numa perspectiva de individualização da crença, do trânsito religioso e sobretudo de um "propósito" divino que coincide, intencionalmente, com um contexto migratório já existente entre ambos os países.

Sendo assim, este trabalho buscou ampliar a observação de processos migratórios, contribuindo para uma análise distante das teorias clássicas, em que o fator económico é central se não mesmo o único (Nolasco, 2016). Apontamos elementos para a compreensão do processo migratório numa perspectiva de jovens que migram, mas que não apontam/evidenciam uma relação exclusivamente e/ou primordialmente financeira.

Dessa forma, observou-se que os jovens brasileiros sujeitos desta investigação, residentes na área metropolitana de Lisboa, possuem percursos de vida diretamente relacionados às práticas religiosas que, oriundas do Brasil, continuam a ser exercidas em Portugal. Para estes jovens, a religião foi um elemento central e decisivo para o processo migratório e para a adaptação em Portugal.

Declaração de contribuição de autores

O primeiro autor realizou a recolha dos dados. Todos os autores participaram igualmente na estruturação e delimitação da investigação, na análise dos dados e interpretação dos resultados, na redação e revisão do artigo, bem como na aprovação da versão final a ser submetida, responsabilizando-se pela totalidade do trabalho.

Notas

- ¹ Os acordos bilaterais entre Brasil e Portugal têm um amplo histórico que pode ser consultado na tese de Maria João da Silva Oliveira (2014).
- ² Tratado de amizade, cooperação e consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, celebrado em Brasília, em 1971. Para mais informações consultar http://cglisboa.itamaraty.gov.br/pt-br/estatuto_de_igualdade_de_direitos.xml acesso em 07 de abril de 2020.
- ³ Ver: "Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política do Brasil" (Lowy, 2016).

Os autores escrevem segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Referências bibliográficas

- Almeida, R., & Monteiro, P. (2001). Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 15(3), 92-101. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000300012>
- Alves, J. D., Cavenaghi, S. M., Barros, L. F. W., & Carvalho, A. A. de (2017). Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. *Tempo Social*, 29(2), 215-249. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.112180>
- Baeninger, R. (2012). *Fases e faces da migração em São Paulo*. Unicamp.

- Becker, H. S. (1994). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. HUCITEC.
- Bógus, L. M. (2007). Esperança além-mar: Portugal no "arquipélago migratório" brasileiro. In J. M. Malheiros (Org.), *Imigração brasileira em Portugal* (pp. 39-58). Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Fernandes, D., Peixoto, J., & Oltramari, A. P. (2021). A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: Uma história breve. *Revista Latinoamericana de Población*, 15(29), 34-63. <https://doi.org/10.31406/relap2021.v15.i2.n29.2>
- França, T., & Padilla, B. (2018). Imigração Brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção mediática de uma nova vaga. *Caderno de Estudos Sociais*, 33(2), 207-237. <https://doi.org/10.33148/CES2595-4091v.33n.220181773>
- Freston, P. (2010). Reverse mission: A discourse in search of reality?. *PentecoStudies*, 9(2), 153-174. <https://doi.org/10.1558/ptcs.v9.i2.8948>
- Gracino Junior, P. (2011). "Jesus made in Brazil": Notas sobre a transnacionalização do pentecostalismo brasileiro para Portugal. *Horizonte*, 9(22), 416-445. <https://doi.org/10.5752%2FP.2175-5841.2011v9n22p416>
- Hervieu-Léger, D. (2015). *O peregrino e convertido: A religião em movimento*. Vozes.
- Lahire, B. (2005). Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (49), 11-42.
- Lowy, M. (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Boitempo.
- Machado, I. J. de R. (2006). Imigração em Portugal. *Estudos Avançados*, 20(57), 119-135.
- Machado, I. J. de R. (2014). O futuro do passado: Imigrantes brasileiros em Portugal e diferentes entrelaçamentos. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 22(43), 225-234. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004314>
- Malheiros, J. M. (Org.) (2007). *Imigração brasileira em Portugal*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Mariano, R. (1999). *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. Loyola.
- Mariano, R. (2013a). Antônio Flávio Pierucci: Sociólogo materialista da religião. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(81), 7-16. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000100001>
- Mariano, R. (2013b). Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. *Debates do NER*, 2(24), 119-137. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.43696>
- Marinucci, R. (2012). Reconfiguração da identidade religiosa em contexto migratório. *Estudos de Religião*, 26(42), 169-191. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1078/er.v26n42p169-191>
- Mariz, C. L. (1991). A religião e o enfrentamento da pobreza no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (33), 11-24.
- Montagner, M. A. (2007). Trajetórias e biografia: Notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, 9(17), 240-264.
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Perspectiva.
- Nolasco, C. (2016). *Migrações internacionais: Conceitos, tipologias e teorias* (Oficina do CES N.º 434). Centro de Estudos Sociais. <http://hdl.handle.net/10316/32548>
- Oliveira, M. J. (2012). Espaços de religiosidade no Porto: O seu papel na integração dos imigrantes brasileiros. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, (1), 211-234.
- Oro, A. (2013). "A reconquista espiritual da Europa" pelos evangélicos latino-americanos. *Sociedad y Religión*, 22(39), 100-116.
- Peixoto, J., & Figueiredo, A. (2007). Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In J. M. Malheiros (Org.), *Imigração brasileira em Portugal* (pp. 87-113). Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Pinho, F. (2007). A imprensa na construção do processo migratório: A constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira. In J. M. Malheiros (Org.), *Imigração brasileira em Portugal* (pp. 58-87). Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Ribeiro, L. (2007). Religious experiences among Brazilian migrants. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 15(28), 71-85.
- Rocha-Trindade, M. B. (2009). Migrações entre Portugal e Brasil: Reciprocidade de preferências, 1908-1945. *Revista Migrações*, (5), 203-219.
- Rodrigues, D. (2014). Ethnic and religious diversities in Portugal: The case of Brazilian evangelical immigrants. In H. Vilaça, E. Pace, I. Furseth & P. Petterson (Orgs.), *The Changing Soul of Europe Religions and Migrations in Northern and Southern Europe* (pp. 133-148). Routledge.
- Rodrigues, D., & Silva, M. (2014). Imigração e pentecostalismo brasileiro na Europa: O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Revista Angolana de Sociologia*, (13), 97-113. <https://doi.org/10.4000/ras.1001>
- Ruuth, A., & Rodrigues, D. (1999). *Deus o demônio e o homem. O fenómeno da Igreja Universal do Reino de Deus*. Colibri.
- Vilaça, H. (2013). Novas paisagens religiosas em Portugal: Do centro às margens. *Didaskalia*, 43(1-2), 81-114. <https://doi.org/10.34632/didaskalia.2013.2396>
- Vilaça, H. (2016). Territorialidades religiosas em Portugal. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, 21(2), 197-207. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n2p197>



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 15/06/2022. Aceite para publicação a 09/11/2022.

Kaique Cardoso. Professor Auxiliar Convidado da Universidade da Beira Interior, Portugal.

Fabio Lanza. Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Paraná/Brasil. Atualmente realiza pós-doutorado junto ao CPDOC-FGV/RJ sob supervisão do Prof. Dr. Américo Freire.

Donizete Rodrigues. Investigador-sênior do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Portugal.

BURNOUT NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO¹

BURNOUT IN HIGHER EDUCATION: AN EXPLORATORY STUDY

<https://doi.org/10.4000/sociologico.10862>

Paula Calainho

■ Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Programa de Doutoramento em Sociologia, 4150-564 Porto, Portugal. Email: calainho.paula@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4647-874X>

Sofia Alexandra Cruz

■ Universidade do Porto, Faculdade de Economia & Instituto de Sociologia, 4200-464 Porto, Portugal. Email: sacruz@fep.up.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6730-7662>

Jorge Cerdeira

■ Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais & Instituto de Sociologia & Centro de Economia e Finanças, 4150-564 Porto, Portugal. Email: jcerdeira@letras.up.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2539-0557>

Resumo

Este artigo centra-se no *burnout* no ensino superior, entendido como um fenómeno constituído pelas dimensões de exaustão emocional, despersonalização e falta de realização pessoal. Analisa separadamente o *burnout* associado às atividades de docência e investigação, relacionando o seu desenvolvimento a variáveis antecedentes e consequentes como género, vínculo contratual, pressão percebida, desequilíbrio entre esforço e recompensa, satisfação, desempenho, conflito trabalho-família e abandono da carreira. A partir da aplicação de um inquérito por questionário a professores do ensino superior português, constata que o *burnout* não é um problema individual, mas procedente das condições organizacionais do exercício da atividade profissional, mostrando relação com a satisfação intrínseca à carreira docente e a baixa disposição de abandono, além de efeitos na intensificação do conflito trabalho-família. Concluiu sobre a relevância de avaliar a diversidade de atividades subjacentes à carreira docente no ensino superior e os fatores *stressores* que estes profissionais enfrentam, assim como os seus efeitos no desempenho laboral, na saúde, e na qualidade de vida.

Palavras-chave: ensino superior; docência; investigação; síndrome de *burnout*

Abstract

This article focuses on burnout in higher education, understood as a phenomenon consisting of the dimensions of emotional exhaustion, depersonalisation and lack of personal fulfilment. It analyses separately the burnout associated with teaching and research activities, relating its development to antecedent and consequent variables such as gender, contractual relationship, perceived pressure, the imbalance between effort and reward, satisfaction, performance, work-family conflict, and career abandonment. Based on a survey applied to Portuguese higher education teachers, it highlights that burnout is not an individual problem, but originates from the organizational conditions of the exercise of professional activity, showing a relationship between the satisfaction intrinsic to the teaching career and the low willingness to leave, besides the effects on the intensification of work-family conflict. It concludes on the relevance of assessing the diversity of activities underlying the teaching career in higher education and the stressful factors faced by professionals, as well as their effects on work performance, health, and quality of life.

Keywords: higher education; teaching; research; burnout

Introdução

No atual contexto onde cresce a importância e dependência da investigação científica tanto para a carreira docente quanto para os processos de avaliação, acreditação, financiamento e *ranking* das instituições de ensino superior (IES), as relações entre as atividades de ensino e investigação ganham novas e complexas configurações (Carvalho & Diogo, 2018; M. do M. Pereira, 2020, 2021). O paradigma das culturas académicas de performatividade tem sido institucionalizado nas últimas décadas e baseado em lógicas de produtividade e rentabilidade (Barcan, 2016; Gill, 2009; M. do M. Pereira, 2019). Percebe-se uma necessidade constante de inovação e reinvenção em busca de *performance* e crescente produção científica, destacando-se uma dinâmica de vínculos precários com uma multiplicidade de contratos e bolsas de investigação (Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2021; Siekkinen & Ylijoki, 2021). As exigências para promover um ambiente de ensino-aprendizagem criativo, crítico e tecnológico (Mohr & Mohr, 2017), as elevadas cargas letivas dos docentes, e a certificação que obtêm boas avaliações dos estudantes, assim como as múltiplas tarefas de avaliação e acompanhamento destes (Mohr & Mohr, 2017), contribuem para uma atividade laboral geradora de desequilíbrios (Griffin, 2022).

A elevada competição por alunos e a exigência dos *rankings* internacionais impõem aos reitores e líderes uma gestão marcada por discursos e práticas de managerialismo/nova gestão pública (Cardoso, Carvalho & Videira, 2019; Santiago et al., 2013), que os dividem entre as particularidades que caracterizam as IES e as organizações com fins lucrativos (Bianchetti & Magalhães, 2015). Docentes e IES ficam expostos a critérios de eficiência e eficácia típicos do setor empresarial, além da premência de novas posturas, competências e perfis profissionais (Barreyro, 2018; Behrens & Junges, 2018; Carlotto, 2014; Chauí, 2003; Ribeiro, 2018; Santos, 2004), gerando *stress*, desgaste e uma sensação permanente de extenuação (Carlotto & Palazzo, 2006; Fadel et al., 2019; Silva & Oliveira, 2019).

Num cenário onde as IES exercem grande pressão no corpo docente para publicação e geração de verbas para pesquisa (Carvalho et al., 2022; Singh & Bush, 1998) torna-se importante a análise da influência da atividade de investigação no *stress*, na desilusão docente e no *burnout* (Arquero & Donoso, 2013; Barcan, 2019; Singh et al., 2004), particularmente no denominam de *research burnout*.

O objetivo do presente artigo é analisar separadamente o *burnout* associado à atividade de docência e de investigação em professores do ensino superior português, cuja carreiras preveem o cumprimento de tarefas de docência, investigação, gestão e transferência de conhecimento, procurando

relacionar os níveis da síndrome com variáveis antecedentes pessoais, ambientais e organizacionais e com as consequentes mais comuns como baixa satisfação laboral, redução do desempenho, conflito trabalho-família e intenção de abandono da carreira.

Enquadramento teórico

Burnout

O *burnout* constitui um dos principais exemplos de distúrbios laborais, sendo um importante problema psicossocial (Carlotto, 2014; Leite et al., 2019). Segundo Maslach et al. (2001, p. 1) a síndrome de *burnout* (SB) é “uma resposta prolongada aos estressores emocionais e interpessoais crónicos no trabalho.” A partir da 11ª Revisão da *International Classification of Diseases* (ICD-11) a Organização Mundial da Saúde passou a considerar a SB um fenómeno ocupacional prevendo-a na categoria “*Problems associated with employment or unemployment*”.

Apesar de inicialmente o conceito não ser claro, havia consenso sobre o *burnout* ser uma síndrome psicológica em resposta a estressores interpessoais crónicos no trabalho com três dimensões principais: exaustão; despersonalização e distanciamento do trabalho; e, ineficácia e falta de realização; o que levou ao desenvolvimento de uma teoria multidimensional do fenómeno (Maslach et al., 1997; Maslach et al., 2001). As várias pesquisas sobre o tema trouxeram novas descobertas sobre o desenvolvimento da síndrome no indivíduo ao longo do tempo (pesquisas longitudinais ajudaram nas avaliações de formas de enfrentamento) e no âmbito da psicologia organizacional em geral (Maslach et al., 2001), criando relações do fenómeno com conceitos como satisfação no trabalho, compromisso organizacional e *turnover* (Cataraga et al., 2016; Neves et al., 2014).

A partir dos anos 1980 crescem as pesquisas de natureza quantitativa a fim de avaliar e medir o *burnout*, sendo alguns instrumentos propostos. Em 1981, Maslach e Jackson desenvolveram o *Maslach Burnout Inventory* (MBI), que avalia as três dimensões da síndrome (Maslach et al., 1997; Maslach et al., 2001).

A identificação da síndrome ocorre a partir da avaliação de três dimensões: exaustão emocional; despersonalização e realização pessoal, sendo necessários elevados níveis das duas primeiras e baixo nível da terceira dimensão (Maslach & Jackson, 1981).

A dimensão exaustão emocional representa o *stress* individual, um sentimento de esmagadora extenuação e esgotamento dos recursos físicos e emocionais. A despersonalização é a dimensão do contexto interpessoal e caracteriza-se pela reação de insensibilidade ou distanciamento excessivo de vários aspetos do trabalho como forma auto-protetiva de lidar com o intenso *stress* e com a sobrecarga. Já a reduzida realização pessoal, representa a dimensão

da auto-avaliação e refere-se aos sentimentos de incompetência, incapacidade e improdutividade (Maslach et al., 1997; Maslach et al., 2001; Silva & Oliveira, 2019).

Apesar de ser necessária a avaliação das três dimensões em conjunto para que não se perca a perspectiva da síndrome (Maslach et al., 2001), a avaliação separada das dimensões permite uma análise da situação atual do trabalhador, podendo indicar um processo de degradação da saúde em curso, assim como o nível de risco do desenvolvimento de um *burnout* (Carlotto & Câmara, 2007; Maslach & Jackson, 1981; Penachi & Teixeira, 2020).

Burnout docente e research burnout

A profissão docente no ensino superior surge em diversos estudos como uma das mais *stressantes* e afetadas pela síndrome de *burnout* (Cardoso, Lira, Sousa & Pinho, 2019; Carlotto & Câmara, 2008; Codo, 1999; International Labour Organization [ILO], 2016; Leite et al., 2019; M. D. Pereira et al., 2019; Sardinha et al., 2019), tendo em vista uma combinação de fatores individuais, organizacionais e ambientais (Carlotto, 2002), o que tem justificado um interesse crescente no seu estudo.

Gomes et al. (2013) citam os seguintes fatores de *stress* preditores de *burnout* em docentes de ensino superior: excesso de trabalho; aumento do número de alunos por sala de aula; alta competitividade nas relações de trabalho; elevada disputa e pressão na atividade de investigação; maior ênfase nas investigações e publicações; necessidade de busca por financiamento; pouca oportunidade de progressão na carreira; vínculos laborais instáveis; prazos curtos para cumprimento de tarefas burocráticas e administrativas; dificuldades na conciliação da vida pessoal e profissional; menores compensações financeiras oferecidas comparado às responsabilidades e desequilíbrio entre a relevância e o reconhecimento das atividades.

Arquero e Donoso (2013) acrescentam a falta de participação em âmbito institucional, sentimentos de rotina, tensões dentro da organização, falta de apoio e reconhecimento de esforços, falta de recursos materiais, sentimentos de que o trabalho não tem fim, críticas ao trabalho docente, mobilidade indesejada, salários inadequados e outros. Já Sardinha et al. (2019) referem fatores como a extensa carga horária de trabalho, a falta de tempo para lazer e família, o ambiente hostil e a pressão.

A elevada carga de trabalho docente é fator preditor preponderante (Leite et al., 2019; Menezes et al., 2017; Prado et al., 2017), sendo agravada por oscilações em termos de volume de trabalho geradoras de níveis diferenciados de *stress*, levando a fortes descargas de energia e posteriores tentativas de recuperação que somadas geram alta propensão ao *burnout* (Fadel et al., 2019).

De forma ampla, o suporte social tem sido apontado como capaz de reduzir o *stress* da atividade docente por meio da oferta de recursos emocionais, materiais e informacionais pelas redes de relações (familiares, amigos, colega de trabalho), reduzindo os impactos negativos na saúde e aumentando o contentamento, o bem-estar e a autoestima. Silva e Oliveira (2019) salientam a influência do suporte organizacional, defendendo que quanto maior o apoio por parte de supervisores e colegas de trabalho menor a exaustão emocional, e que políticas e práticas de recursos humanos nas IES podem estimular as interações sociais como fonte de suporte emocional, valorização e apoio. De forma ampla, o suporte social tem sido apontado como capaz de reduzir o *stress* da atividade docente por meio da oferta de recursos emocionais, materiais e informacionais pelas redes de relações (familiares, amigos, colega de trabalho), reduzindo os impactos negativos na saúde e aumentando o contentamento, o bem-estar e a autoestima. Segundo Arquero e Donoso (2013), um elevado contingente de docentes já ponderou abandonar a carreira, tendo em vista o desgasto gerado pelo esforço, o alto investimento em tempo e as interações sociais intensas que exigem uma elevada componente emocional. Carlotto (2002) cita a “saída psicológica” (despersonalização) como subterfúgio e meio de enfrentar a exaustão emocional. Nesta linha, se a síndrome de *burnout* causa o abandono da profissão por alguns, outros se mantêm, porém realizam um trabalho muito aquém do potencial, com perdas significativas de qualidade.

O forte comprometimento com a profissão docente está relacionado com a identificação com os valores vocacionais e os ideais da carreira (mais marcada por fatores intrínsecos do que extrínsecos), o que intensifica o envolvimento e acarreta desapontamento quando os esforços não são recompensados (Carlotto, 2002). Do desequilíbrio entre esforço e recompensa, surgem sentimentos de fracasso, incompetência, incapacidade e inutilidade, que levam à alienação e indiferença progressiva em relação aos alunos e colegas de trabalho e ao *burnout* (Arquero & Donoso, 2013). Para a compreensão das causas e consequências do *stress* docente e do *burnout* (Singh & Bush, 1998) as atividades de ensino e investigação devem estar diferenciadas.

Autores como Singh et al. (2004) diferenciam o esgotamento gerado pela investigação, denominando-o especificamente de *research burnout* e definindo-o como o estado emocional proveniente de tensões de longo prazo advindas do processo de investigação e publicação académica, com elevado efeito negativo no desempenho científico. O fenómeno possui três dimensões: amargura do investigador; atitude negativa em relação à pesquisa; e baixa autoimagem como investigador de sucesso.

A dimensão da amargura representa a fuga emocional, a fadiga e a acidez, sendo comparável à exaustão emocional. A dimensão da autoimagem é comparável à realização pessoal. Já a atitude negativa em relação à pesquisa (falta de entusiasmo e comprometimento) seria semelhante à despersonalização, porém no *research burnout* o desapego não é de pessoas, mas da atividade de investigação (Singh et al., 2004).

A redução dos esforços nas atividades de investigação advinda do *research burnout* cria um círculo vicioso, pois gera redução na produtividade académica, menos publicações, uma diminuição de financiamentos e do número de estudantes de doutoramento que se orientam, menor prestígio e satisfação profissional, o que leva a fortes impactos negativos nas avaliações de desempenho, reduz recompensas, satisfação e a possibilidade de progressão na carreira, o que frequentemente prolonga o *research burnout* (Singh & Bush, 1998).

Inúmeros fatores como o género, a capacidade de decisão, o tempo de investigação, o reconhecimento dos estudantes e o grau académico de doutor influenciam os níveis de *burnout* e de *research burnout*. Os níveis altos da síndrome aumentam a intenção de abandono, particularmente em professores mais jovens, o que indicia um risco para o futuro da produção académica (Arquero & Donoso, 2013). Com efeito, Rowe et al. (2013) salientam os elevados custos emocionais do abandono da carreira, destacando não apenas a perda de investimentos em titulação e qualificação, mas as ruturas na própria identidade, no *status* social e nas relações interpessoais, o que pode fazer com que o docente se mantenha moderadamente entrincheirado na carreira.

Abordagem metodológica

Embora se reconheça a pertinência de investigações sobre o trabalho docente durante o período pandémico, a presente pesquisa iniciou-se antes deste, pelo que manteve o objetivo de estudar a atividade docente e de investigação em regime regular (não de exceção pela Covid-19), sendo expressamente solicitado no inquérito que os docentes utilizassem como referência para as respostas os últimos 12 meses de trabalho. Porém, considerando o risco das mudanças impostas pelo período pandémico influenciarem as perceções e sentimentos dos participantes, foram incluídas duas questões sobre o tema no final do inquérito.

Prevendo uma menor disponibilidade docente para participar voluntariamente em inquéritos por questionário devido à intensificação do trabalho no período pandémico, a intenção inicial de restringir a pesquisa aos docentes de universidades públicas foi modificada e alargada para as politécnicas e privadas.

O inquérito por questionário construído, além de integrar uma parte introdutória sobre o enquadra-

mento do estudo e o âmbito da utilização dos dados recolhidos, com vista a garantir o avanço com um consentimento livre e esclarecido do respondente, foi dividido em duas partes: uma secção sociodemográfica e uma adaptação do *Maslach Burnout Inventory* (MBI). O sociodemográfico era composto por 24 questões com o objetivo de diferenciar os tipos e cargas horárias das atividades exercidas pelos docentes respondentes, além de correlacionar os níveis de *burnout* com preditivos pessoais, ambientais e organizacionais e com consequentes, como o abandono da carreira ou da IES onde leciona.

A segunda parte continha uma adaptação do MBI criada por Arquero e Donoso (2013), denominada *Maslach Burnout Inventory – Docência/Investigação* (MBI-D/I). O MBI D/I inclui 34 afirmações, sendo, das 22 originais do MBI, 12 duplicadas para docência e investigação e 10 permanecendo com a mesma redação. O uso do MBI como instrumento frequentemente utilizado e validado em diferentes países, facilita a comparabilidade e a eventual replicação ou continuidade das pesquisas.

Enquanto o MBI apresenta *alpha de Cronbach* de 0,90 na dimensão exaustão emocional, 0,79 na despersonalização e 0,71 na realização pessoal (Maslach & Jackson, 1981; Maslach et al., 1997), o MBI - D/I apresenta, 0,90; 0,73 e 0,86, respetivamente. No teste de confiabilidade por dimensão e por bloco (docência e investigação), encontrou-se também consistência interna satisfatória. Foram seguidas as orientações de elaboração e distribuição previstas no *The Maslach Burnout Inventory Manual* de Maslach, Jackson e Leiter (1997). Tal como o MBI, o MBI - D/I utiliza escalas *Likert* de 7 itens com tipos de categorias de frequência de 0 (nunca) a 6 (todos os dias) (Carlotto & Câmara, 2007; Maslach & Jackson, 1981). A fim de atender aos objetivos propostos para a pesquisa, os dados foram compilados subdividindo cada uma das três dimensões do *burnout* - exaustão emocional (EE), despersonalização (DE) e realização pessoal (RP) - em blocos de atividades (docência e investigação) (EED e EEI; DED e DEI; RPD e RPI). Por exemplo, subdividiu-se a dimensão exaustão emocional (EE) em exaustão emocional pela atividade docente (EED) e pela investigação (EEI).

Após verificação pela Instituição X do atendimento às normas de proteção de dados e recebimento de declaração de cumprimento das normas éticas, o presente estudo contou com o apoio da própria e de outras IES (universitárias e politécnicas) para a distribuição institucional via *mailing list* docente do inquérito por questionário construído. Além disso, o inquérito por questionário também foi distribuído por meio de *e-mails* e redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *LinkedIn* e *WhatsApp*. A recolha dos dados ocorreu entre os meses de maio e junho de 2020 e no total responderam ao inquérito 208 docentes de IES universitário e politécnico, público e privado.

A amostra foi selecionada por conveniência, em função da disponibilidade e acessibilidade, não havendo qualquer base probabilística e intenção de generalização dos resultados e conclusões. Os resultados deste estudo exploratório foram compilados e analisados utilizando o Microsoft Excel e o software

estatístico SPSS, v. 26.0. Além da apresentação das estatísticas descritivas, foram incluídos diversos testes estatísticos para a diferença entre grupos, de forma a podermos confirmar ou refutar as hipóteses de investigação em análise.

Perfil da população inquirida

Tabela 1 ▶ Caracterização sociodemográfica dos inquiridos

Variável	Nº Resp.	%	Variável	Nº Resp.	%
Género			Filhos		
Feminino	127	61,1	Sim	156	75,0
Masculino	81	38,9	Não	52	25,0
Outros	0	0	Existência de Dependentes Financeiros		
Idade			Sim	112	53,8
< 30 anos	8	3,8	Não	96	46,2
31 a 40 anos	23	11,1	Renda Única Familiar		
41 a 50 anos	61	29,3	Sim	50	24,0
51 a 60 anos	62	29,8	Não	158	76,0
61 a 70 anos	54	26,0	Renda Principal Familiar		
Habilitações Literárias			Sim	105	50,5
Licenciatura	7	3,4	Não	103	49,5
Pós-Graduação (Especialização)	1	0,5	Estado Civil		
Mestrado	18	8,7	Solteiro	36	17,3
Doutoramento	131	63	Casado ou a viver em união de facto	144	69,2
Pós-Doutoramento	12	5,8	Divorciado ou separado	19	9,1
Agregação	39	18,8	Viúvo	9	4,3

Tabela 2 ▶ Caracterização laboral dos inquiridos

Variável	N. Resp.	%	Variável	N. Resp.	%
Tempo de docência			Tipo de IES com maior Carga Horária		
Menos de 1 ano	6	2,9	Universitário Público	186	89,4
1 a 3 anos	10	4,8	Universitário Privado	2	1,0
4 a 5 anos	10	4,8	Politécnico Público	18	8,7
6 a 10 anos	15	7,2	Politécnico Privado	2	1,0
11 a 15 anos	16	7,7	Tipo de Vínculo		
16 a 20 anos	27	13,0	Contrato de trabalho por tempo indeterminado	162	77,9
Mais de 20 anos	124	59,6	Contrato de trabalho com termo resolutivo certo	39	18,8
Tempo de Investigação			Prestação de Serviços	5	2,4
Menos de 1 ano	7	3,4	Em período experimental	2	1,0
1 a 3 anos	7	3,4	Tempo de Trabalho na IES		
4 a 5 anos	5	2,4	Menos de 1 ano	6	2,9
6 a 10 anos	25	12,0	1 a 3 anos	15	7,2
11 a 15 anos	29	13,9	4 a 5 anos	8	3,8
16 a 20 anos	27	13,0	6 a 10 anos	15	7,2
Mais de 20 anos	108	51,9	11 a 15 anos	20	9,6
Trabalha em mais de uma IES			16 a 20 anos	30	14,4
Sim	27	13,0	Mais de 20 anos	114	54,8
Não	181	87,0			

Apresentação e discussão dos dados

Níveis de *burnout* por atividade docente e de investigação

Considerando as peculiaridades e influência da atividade de investigação no *stress* docente e o *research burnout*, com base nas teorias descritas e nos resultados apresentados por Singh e Bush (1998), Singh et al. (2004), Arquero et al. (2006) e Arquero e Donoso (2013), definiu-se como hipótese 1 que o nível de *burnout* associado à atividade de investigação é superior ao da atividade docente.

Na escala da dimensão exaustão emocional (EE) as afirmações sobre as relações interpessoais totalizaram as médias mais baixas, o que indica não ser esta a razão da exaustão. A literatura dá suporte ao resultado, apontando o apoio social por parte de colegas e supervisores como fator de redução da EE e não aumento (Carlotto, 2014; M. D. Pereira et al., 2019; Silva & Oliveira, 2019). Os resultados demonstram fortemente uma extenuação proveniente do dia de trabalho e uma não interrupção do estado de exaustão, o que confirma a literatura que indica as questões organizacionais e a carga de trabalho como fatores de maior impacto nesta dimensão (Arquero & Donoso, 2013; Carlotto, 2002; Gomes et al., 2013; Leite et al., 2019; Menezes et al., 2017; Prado et al., 2017; Sardinha et al., 2019). Sendo a EE a principal dimensão da síndrome é comum encontrar valores mais altos.

Apesar da similaridade de influência das atividades de docência e de investigação sobre os altos níveis de exaustão, o valor ligeiramente maior da segunda está em linha com a pesquisa de Arquero e Donoso (2013). Ainda assim, um teste estatístico para a diferença das médias entre a EED e a EEI não encontrou diferenças estatisticamente significativas (estatística $t=0.83$ e p -value de 0.41).

As análises das médias da dimensão realização pessoal (RP) sugerem que os inquiridos não sentem uma baixa realização pessoal na profissão, o que reafirma a importância da carreira, com satisfação, motivação e realização intrínseca ligada ao seu papel e relevância social (Cardoso, Carvalho & Videira, 2019; Cataraga et al., 2016; Rowe et al., 2013; Stevens, 2005). Os resultados médios e percentuais mostram a RPD maior do que a RPI, o que vai ao encontro da pesquisa de Arquero e Donoso (2013). De facto, um teste estatístico para a diferença entre as médias de RPD e RPI sugere que a primeira é superior à segunda (estatística $t=6.04$ e p -value de 0.00)

As médias da dimensão despersonalização (DE) revelam que os respondentes experienciam uma baixa despersonalização, o que coincide com o encontrado por Arquero e Donoso (2013). A análise das atividades de docência e investigação apresenta valores médios e percentuais maiores de DE pela investigação, resultado também sinalizado por Arquero e Donoso (2013). Realizando um teste estatístico para a diferença entre as médias de DED e DEI, verifica-se que a primeira é inferior à segunda (estatística $t=-5.09$ e p -value de 0.00)

Na comparação entre os valores percentuais encontrados dos níveis de cada dimensão (EED, EEI, RPD, RPI, DED e DEI), pode verificar-se uma discrepância nos percentuais da dimensão DE, o que corrobora com o exposto na literatura sobre uma maior dificuldade do docente em admitir, ou reconhecer, a despersonalização (desânimo, afastamento e desapego), tendo em vista as expectativas pessoais e representatividade social da profissão (Cardoso, Carvalho & Videira, 2019; Cataraga et al., 2016; Stevens, 2005). A este propósito, pode ser pessoal e socialmente mais aceitável a despersonalização quanto à investigação justificando o seu maior percentual, já que o afastamento não é

Tabela 3 ▶ Caracterização das dimensões gerais por atividade

Exaustão Emocional				Realização Pessoal				Despersonalização			
	Média	D.p.	N.		Média	D.p.	N.		Média	D.p.	N.
EE	28.14	15.824	14	RP	57.93	14.291	14	DE	4.22	5.196	6
EED	19.0	11.056	9	RPD	34.07	8.369	8	DED	3.14	4.287	5
EEI	18.67	10.528	9	RPI	31.43	8.899	8	DEI	3.67	4.378	5

Tabela 4 ▶ Níveis das dimensões por atividades

	Docência (%)	Investigação (%)
Alta Exaustão Emocional – EE	27,4 (EED)	27,9 (EEI)
Baixa Realização Pessoal – RP	30,8 (RPD)	44,2 (RPI)
Alta Despersonalização – DE	4,8 (DED)	5,3 (DEI)

dos alunos, mas das investigações, como salientam Singh et al. (2004).

As pesquisas de Gomes et al. (2013) e de Carlotto e Palazzo (2006) mostram valores baixos ou residuais da dimensão DE comparada às demais. A subavaliação da DE e o processo de negação tornam frequente a percepção do *burnout* em estágio avançado (Carlotto, 2002; Leite et al., 2019).

Na correlação das três dimensões para análise da síndrome, do total de inquiridos, 22,1% apresentou algum nível de *burnout* (baixo, médio ou alto) pela docência e 17,3% pela investigação. Destes, níveis altos da síndrome apresentaram percentuais maiores, apesar de muito próximos, relativos à atividade de docência. Efetivamente, um teste estatístico para a diferença entre as médias de síndrome de *burnout* na docência e na investigação revela que a primeira é superior à segunda (estatística $t=4.77$ e p -value de 0.00).

Tabela 5 ▶ Níveis da síndrome de *burnout* por atividade

Níveis de SB	Docência (%)	Investigação (%)
Baixo	76,1	69,5
Médio	4,3	11,1
Alto	19,6	19,4

Dos respondentes com alto *burnout* pela docência, 66,7% também sofrem de alto *burnout* pela investigação, o que mostra uma relação no desenvolvimento da síndrome por uma atividade e por outra, assim como sugerem Singh et al. (2004).

Dada a frequente subavaliação da dimensão DE, na hipótese da sua não inclusão para avaliação da síndrome (mantendo-se apenas as dimensões EE e RP), o número de inquiridos com alto nível de EE e baixa RP sobe de 19,6% para 32,1% pela docência e de 19,4% para 39,02% pela investigação. Isso significa que a inclusão da dimensão DE para avaliação da síndrome de *burnout* em docentes camufla um número muito maior de profissionais em condições longe das ideais de trabalho (alta exaustão e baixa realização pessoal).

Níveis de burnout e gênero

A investigação científica sobre a relação entre gênero e *burnout* não é consensual. Enquanto alguma literatura aponta o gênero masculino como mais suscetível ao *burnout*, justificando ter o gênero feminino maior flexibilidade, resiliência e suporte social (Carlotto, 2002), outra considera as mulheres mais vulneráveis (Maslach & Leiter, 2007; Maslach et al., 2001; Menezes et al., 2017). Ao distinguirem as atividades de investigação e docência, Arquero e Donoso (2013) encontraram níveis mais elevados de *burnout* associado à investigação entre as mulheres. Sendo assim, definiu-se como hipótese 2 que, os níveis altos de *burnout* associado à investigação são mais expressivos em docentes do gênero feminino.

Entre os 27,9% de respondentes que experienciam um alto nível de EEI, a percentagem de mulheres é maior do que a de homens, o que coincide com os achados de Arquero e Donoso (2013). No entanto, um teste estatístico para a diferença entre as médias da EEI para homens e mulheres revela não existirem diferenças significativas entre os dois grupos (estatística $t=-0.83$ e p -value=0.41). Apesar de não distinguirem as atividades de docência e investigação na avaliação da síndrome, Menezes et al. (2017), Maslach et al. (2001) e Maslach e Leiter (2007), demonstram maior nível de exaustão em docentes do gênero feminino, contrariamente ao evidenciado por Carlotto (2002).

Na dimensão RPI, a percentagem das inquiridas é maior do que a dos inquiridos nos níveis alto e médio e menor no nível baixo, o que diverge dos achados de Arquero e Donoso (2013), que evidenciam menor realização no gênero feminino. Realizando um teste estatístico para a diferença entre as médias de RPI nas mulheres e nos homens, conclui-se que aquelas têm níveis superiores a estes (estatística $t=-2.11$ e p -value=0.036).

Na dimensão DEI, a percentagem de inquiridos do gênero feminino é maior nos níveis baixo e menor nos níveis médio e alto, o que sintoniza com a literatura que defende ser o gênero masculino mais propenso à DE (Maslach & Leiter, 2007; Maslach et al., 2001). No entanto, do ponto de vista estatístico, o teste para a diferença entre as médias de DEI

Tabela 6 ▶ Níveis das dimensões por gênero

Níveis	Mulheres			Homens		
	EEI (%)	RPI (%)	DEI (%)	EEI (%)	RPI (%)	DEI (%)
Baixo	40,9	36,2%	84,3%	49,4	56,8%	76,5%
Médio	30,7	40,2	12,6	23,4	25,9	14,9
Alto	28,4	23,6	3,1	27,2	17,3	8,6

nos homens e mulheres não encontra diferenças significativas (estatística $t=0.97$ e $p\text{-value}=0.33$).

Dos respondentes com algum nível de *burnout*, 9,5% de mulheres e 33,3% de homens apresentaram níveis elevados pela investigação. O resultado nega a hipótese 2 e contraria o encontrado por Arquero e Donoso (2013). Com efeito, o teste para a diferença entre as médias de síndrome de *burnout* pela investigação nos homens e mulheres não encontra diferenças significativas entre os dois grupos (estatística $t=-1.62$ e $p\text{-value}=0.11$).

Níveis de burnout e tipo de vínculo

A literatura associa as relações precárias e sem estabilidade à existência de *stress*, ansiedade, insegurança e exaustão (Chauí, 2003; European Agency for Safety and Health at Work [EU-OSHA], 2014; Direção-Geral da Saúde [DGS], 2015; ILO, 2017; Stevens, 2005; Vale, 2019; World Health Organization [WHO], 2018), além de menor satisfação e realização (Stevens, 2005). Neste sentido, estabeleceu-se como hipótese 3 que, níveis elevados de *burnout* associado à investigação apresentam maior expressão em docentes com vínculos contratuais mais precários.

A presença de precários é maior do que a de não precários no nível alto de DEI o que sintoniza com a literatura, pois a precariedade do vínculo pode acarretar insatisfação e desmotivação, gerando maior despersonalização (Singh & Bush, 1998; Singh et al., 2004; Stevens, 2005). Ainda assim, o teste estatístico para a diferença de DEI entre aqueles que têm vínculos precários e não precários não revela diferenças significativas (estatística $t=-0.66$ e $p\text{-value}=0.51$).

Em termos percentuais, dos respondentes com algum nível de *burnout*, 33,3% de precários e 16,7% de não precários apresentaram níveis elevados de síndrome de *burnout* pela investigação, o que aponta para o exposto na hipótese 3 e na literatura, ao mostrar uma relação entre a precariedade do vínculo e o aumento da intensidade de *stress* e *burnout* (Chauí, 2003; ILO, 2017; Singh & Bush, 1998; Singh et al., 2004; Stevens, 2005; Vale, 2019; WHO, 2018). Contudo, o teste para a diferença entre as médias de síndrome de *burnout* pela investigação entre aqueles que têm vínculos precários e não precários não revela diferenças significativas (estatística $t=-0.72$ e $p\text{-value}=0.47$).

Tabela 7 ▸ Níveis das dimensões por tipo de vínculo

Níveis	Precário			Não Precário		
	EEI (%)	RPI (%)	DEI (%)	EEI (%)	RPI (%)	DEI (%)
Baixo	43,5	43,5	82,6	44,5	44,4	80,9
Médio	21,7	32,6	10,9	29,6	35,2	14,2
Alto	34,8	29,9	6,5	25,9	20,4	4,9

Dos profissionais que apresentam alto nível de EEI, o percentual daqueles com vínculos precários foi maior do que o dos não precários, o que confirma o exposto na literatura sobre um maior *stress* em relações precárias. Note-se, no entanto, que do ponto de vista estatístico, um teste para a diferença de EEI entre aqueles que têm vínculos precários e não precários não encontrou diferenças significativas (estatística $t=-1.07$ e $p\text{-value}=0.29$).

Os percentuais nos precários são menores do que o nos não precários nos níveis baixo e médio de RPI, (embora maior no nível alto), o que contraria o exposto por Stevens (2005) ao relacionar relações precárias com uma menor satisfação e realização profissional. Apesar disso, os resultados dos dois tipos de vínculo mostram docentes com percentuais maiores de baixa RPI comparada à alta. Estatisticamente, o teste para a diferença de RPI entre aqueles que têm vínculos precários e não precários sugere que não existem diferenças significativas (estatística $t=0.43$ e $p\text{-value}=0.67$).

Níveis de burnout, pressão percebida, desequilíbrio entre esforço e recompensa

Considerando que a literatura apresenta elevada correlação entre as variáveis antecedentes desequilíbrio entre esforço e recompensa e pressão percebida e o aumento da exaustão emocional (Carlotto & Palazzo, 2006; Fadel et al., 2019; Silva & Oliveira, 2019), e sendo estas dois dos principais fatores para o desenvolvimento de *burnout* proveniente da investigação (Arquero & Donoso, 2013; Carlotto, 2002; Singh & Bush, 1998; Singh et al., 2004), definiu-se como hipótese 4 que maiores graus de pressão percebida (PP) e desequilíbrio entre esforço e recompensa percebido (DERP) levam a níveis altos de *burnout* associado à atividade de investigação.

Dos respondentes com alta EEI, percentuais elevados percebem um alto DERP e alta PP, o que mostra uma elevada correlação das variáveis antecedentes e a dimensão EEI e respaldo na literatura (Carlotto & Palazzo, 2006; Fadel et al., 2019; Silva

Tabela 8 ▶ Níveis elevados de desequilíbrio entre esforço e recompensa e pressão percebida por dimensão

	Alta EEI (%)	Baixa RPI (%)	Alta DEI (%)
Alta e muito alta DERP	75,9	45,4	63,6
Alta e muito alta PP	89,7	75	54,5

& Oliveira, 2019). Realizando testes estatísticos para a diferença de EEI quando PP e DERP assumem valores altos ou muito altos e quando PP e DERP são neutros, baixos ou muito baixos, verifica-se que a EEI é mais elevada quando PP e DERP assumem valores altos ou muito altos (estatística $t=-4.69$ e $p\text{-value}=0.00$ para PP e estatística $t=-5.12$ e $p\text{-value}=0.00$ para DERP).

Nos inquiridos com baixo nível de RPI, um percentual maior percepciona alta ou muito alta PP em comparação com a DERP, sugerindo uma maior correlação da PP com a dimensão realização pessoal na investigação. A literatura apresenta relação entre alta PP e DERP e o aumento da desmotivação e insatisfação e a redução da realização na investigação (Arquero & Donoso, 2013; Carlotto, 2002; Singh & Bush, 1998; Singh et al., 2004). Contudo, testes estatísticos para a diferença de RPI quando PP e DERP assumem valores altos ou muito altos e quando PP e DERP são neutros, baixos ou muito baixos sugerem que não há diferenças de RPI significativas (estatística $t=1.20$ e $p\text{-value}=0.23$ para PP e estatística $t=0.95$ e $p\text{-value}=0.34$ para DERP).

No alto nível da dimensão DEI constata-se maior percentual da variável DERP comparada à PP, o que era esperado, já que um dos efeitos do DERP é o desligamento do trabalho, fator da despersonalização, como expõe Carlotto (2002). A pesquisa de Singh e Bush (1998) também mostra o DERP como um dos cinco fatores diretamente ligados ao desenvolvimento do *research burnout* e do afastamento da investigação. Apesar disto, a realização de testes estatísticos para a diferença de DEI quando PP e DERP assumem valores altos ou muito altos e quando PP e DERP são neutros, baixos ou muito baixos, sugere que não há diferenças de DEI significativas (estatística $t=-0.20$ e $p\text{-value}=0.84$ para PP e estatística $t=-1.33$ e $p\text{-value}=0.19$ para DERP).

Nos docentes com altos níveis de *burnout* proveniente da investigação, registam-se percentuais de 71,4% tanto para o DERP quanto para a PP, o que está em, em sintonia com a literatura (Arquero & Donoso, 2013; Carlotto, 2002; Singh & Bush, 1998; Singh et al., 2004) que entende o DERP e a PP como dois dos principais fatores para o desenvolvimento de altos níveis de *burnout* pela investigação. A hipótese 4 é corroborada, pois ao serem realizados testes estatísticos para a diferença de síndrome de *burnout* pela investigação quando

PP e DERP assumem valores altos ou muito altos e quando PP e DERP são neutros, baixos ou muito baixos, verifica-se que a síndrome de *burnout* é mais elevada quando PP e DERP assumem valores altos ou muito altos (estatística $t=-4.27$ e $p\text{-value}=0.00$ para PP e estatística $t=-3.47$ e $p\text{-value}=0.00$ para DERP).

Níveis de burnout e conflito trabalho – Família

Tendo o *burnout* um efeito de transbordamento negativo do contexto laboral para o familiar (Cunha et al., 2016; Maslach et al., 2001), definiu-se como hipótese 5, que níveis altos de *burnout* associados tanto à atividade docente como à investigação apresentam altos graus de conflito trabalho-família.

Cerca de 61,5% dos inquiridos percebe níveis alto e muito alto de conflito trabalho-família proveniente da atividade de investigação e 51% da atividade docente, o que sugere uma maior perceção de impacto da investigação no conflito trabalho-família. De facto, o teste estatístico para a diferença das proporções de níveis alto e muito alto de conflito trabalho-família proveniente da atividade de investigação e da atividade docente revela que a investigação tem um valor superior ao da atividade docente no que ao conflito trabalho-família diz respeito (estatística $t=3.78$ e $p\text{-value}=0.00$). O elevado tempo gasto na atividade de investigação e a sua notória exigência pode gerar maior transbordamento negativo e maior conflito trabalho-família (Arquero & Donoso, 2013; Singh & Bush, 1998; Singh et al., 2004).

Dos respondentes com nível elevado de *burnout* associado à atividade de investigação, a totalidade (100%) percepciona alto e muito alto conflito trabalho-família e daqueles com alto *burnout* desencadeado pela docência, 77,8% experiência alto e muito alto conflito trabalho-família.

Como já referido, há evidências na literatura de que o *burnout* gera um efeito de transbordamento negativo do contexto laboral para o familiar, reproduzindo os sintomas em contexto doméstico, o que gera dificuldades no cumprimento das necessidades e exigências familiares, potencialização dos conflitos e intensificação permanente do conflito trabalho-família num círculo vicioso (Cunha et al., 2016; Maslach et al., 2001). De forma contrária, estudos mostram que um maior suporte familiar pode reduzir e evitar o desenvolvimento da síndrome (Carlotto, 2014; M. D. Pereira et al., 2019; Silva & Oliveira, 2019).

A verificação de efeitos extra-laborais no *burnout* aumenta a importância da implementação pelas IES de ações de mitigação da síndrome.

A principal razão do conflito trabalho-família mencionada pelos respondentes consiste no escasso tempo disponível para a família e lazer, o que sintoniza com o descrito na literatura (Arquero & Donoso, 2013; Cunha et al., 2016; Sardinha et al., 2019).

Os resultados encontrados alinham-se com a literatura e confirmam a hipótese 5, tendo, no entanto, a atividade de investigação apresentado comparativamente maior conflito trabalho-família. Trata-se de um dado relevante, que pode ser enquadrável no âmbito de culturas académicas disseminadas nas últimas décadas cujas lógicas fomentam uma disseminação da procura de performatividade e pressão para produção científica e geração de financiamento para investigação (Barcan, 2019; M. do M. Pereira, 2019, 2020, 2021), com efeitos indutores de *stress* (Arquero & Donoso, 2013; Singh et al., 2004) nos contextos profissionais, pessoais e familiares.

Sobre a influência da pandemia nas respostas da população inquirida

Tal como referido na secção metodológica, a pesquisa empírica que sustenta o presente artigo visou analisar a atividade dos professores do ensino superior em regime regular, portanto não de exceção provocado pela crise de saúde pública Covid-19. Ainda assim, o inquérito por questionário integrou duas questões sobre a pandemia, de modo a perceber o possível reflexo no posicionamento da população inquirida. A primeira questão visou medir se a Covid 19 influenciou as respostas, numa escala de intensidade entre 1 correspondente a “nada” e o 5 equivalente a “fortemente”. Já a segunda, assumindo a modalidade aberta, procurou compreender o tipo de influência.

Cerca de 37,5% dos inquiridos assinalou a categoria “nada”, 23,6% o nível 2 de intensidade; 17,8% o nível 3; 16,8% o nível 4 e apenas 4,3% o nível 5 “fortemente”. Portanto, um percentual de 61,1% dos inquiridos declarou-se nada ou pouco influenciado pela pandemia, sendo as respostas um reflexo do que sentem independentemente do período extraordinário. Já 38,9%, demonstraram uma influência de média a forte intensidade. Destes, e já no âmbito da segunda questão, 79% referiram consequências negativas decorrentes da pandemia, destacando as seguintes razões: acréscimo de trabalho, dificuldade em conciliar o trabalho com os cuidados aos filhos e a realização de tarefas domésticas, elevação dos níveis de cansaço, aumento do *stress* tecnológico, dificuldade em adaptar as metodologias de ensino presencial para o *online*, afastamento dos colegas de trabalho e dificuldade de continuidade nas investigações.

Conclusão

As significativas mudanças na organização do trabalho docente intensificaram as exigências e prolongaram a exposição a diversos fatores de risco, favorecendo um ambiente mais permeável à ansiedade e ao *stress* (Penachi & Teixeira, 2020). A gestão das IES como empresas, e a pressão da investigação e busca de financiamento, intensificam os dilemas (Barcan, 2019; Chauí, 2003; Magalhães, 2006; M. do M. Pereira, 2019, 2020, 2021). Nesse contexto, vê-se a potencialização e a naturalização de doenças psicossociais e *burnout* nas IES (Carlotto & Palazzo, 2006; Fadel et al., 2019; Silva & Oliveira, 2019).

Tendo em linha de conta as peculiaridades das atividades de docência e investigação, e a influência da segunda no *stress* docente e os estudos sobre o *research burnout* (Arquero et al., 2006; Arquero & Donoso, 2013; Singh & Bush, 1998; Singh et al., 2004), definiu-se como uma das hipóteses de pesquisa que o nível da síndrome associado à atividade de investigação é superior ao associado à atividade docente. Esta hipótese é corroborada pelo teste estatístico realizado. Vale ressaltar que na análise por dimensão, os resultados percentuais, estatisticamente significativos, mostraram valores maiores provenientes da atividade de investigação nas dimensões da exaustão e despersonalização e menor na realização pessoal. Também a hipótese sobre maiores graus de pressão percebida e desequilíbrio entre esforço e recompensa percebido levarem a níveis altos de *burnout* associado à atividade de investigação é confirmada estatisticamente. No que concerne à hipótese acerca dos níveis altos de *burnout* associados tanto à atividade docente como à investigação apresentarem altos graus de conflito trabalho-família, as análises estatísticas também permitem a sua corroboração. Neste âmbito, destaca-se que a investigação apresenta um valor superior ao da atividade docente. No que respeita às hipóteses sobre os níveis altos de *burnout* associado à investigação serem mais expressivos em docentes do género feminino, assim como em docentes com vínculos contratuais mais precários, os testes estatísticos não apresentam diferenças significativas entre os resultados.

Apesar do *burnout* ser tridimensional e a avaliação das três dimensões conjugadas ser fundamental, a análise individual das dimensões permite perceber a situação atual dos inquiridos e o nível de risco de desenvolvimento da síndrome (Carlotto & Câmara, 2007; Maslach & Jackson, 1981). Neste sentido, importa sublinhar a frequente subavaliação da dimensão despersonalização. Como visto, na possibilidade da sua não inclusão para a avaliação da síndrome de *burnout* (mantendo-se apenas as dimensões exaustão emocional e realização pes-

soal), os percentuais sobem de forma relevante e transparece um número muito maior de profissionais em condições de alta exaustão e baixa realização pessoal, além de próximos da síndrome de *burnout*, seja pela docência ou pela investigação.

Também em sintonia com a literatura (Fadel et al., 2019), esta investigação empírica sugere que a síndrome de *burnout* não é um problema de natureza individual, mas decorrente do ambiente laboral. Importa não perder este fato de perspectiva, de modo a que seja possível planejar mudanças focadas principalmente em melhorias das práticas de gestão. Com efeito, as IES necessitam de investir em avaliações frequentes de riscos psicossociais para levantar os fatores organizacionais potenciais geradores de *stress* e alterá-los; estimular o desenvolvimento de competências de relacionamento interpessoal; realizar exames físicos e acompanhamentos psicológicos para identificação precoce do *stress* e definição da intervenção preventiva adequada; criar ou ampliar espaços de diálogo e reflexão; oferecer métodos terapêuticos preventivos, individuais e coletivos; entre outras ações de estímulo à saúde docente.

Afigura-se fundamental compreender as realidades da carreira, sobretudo em relação à diversidade de atividades que lhe subjazem e os fatores *stressores* com os quais os docentes do ensino superior se deparam, e reconhecer o cenário de *stress* crônico e *burnout* com graves efeitos na saúde, qualidade de vida (dentro e fora do contexto laboral) e no desempenho profissional. Este é o primeiro passo para um urgente processo de revisão das estratégias e formas de gestão das IES e mudança das práticas institucionalizadas no ensino superior, a fim de reestabelecer e garantir a plena dignidade destes profissionais.

Financiamento

O presente artigo não se beneficiou de qualquer fonte de financiamento.

Contribuição dos autores

Todos os autores participaram na análise dos dados e interpretação dos resultados, revisão do artigo, bem como na aprovação da versão final a ser submetida, responsabilizando-se pelo trabalho realizado, incluindo as suas implicações éticas. As duas autoras participaram no desenho da investigação e na redação do artigo. A primeira autora participou na recolha dos dados.

Notas

¹ Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Referências bibliográficas

- Arquero, J. L., Anes, J. A. D., Hassall, T., & Joyce, J. (2006). El impacto del síndrome *burnout* en los profesores noveles un estudio piloto. *Revista de Enseñanza Universitaria*, (27), 69-82. http://institucional.us.es/revistas/universitaria/27/art_6.pdf
- Arquero, J. L., & Donoso, J. A. (2013). Docencia, investigación y *burnout*: El síndrome del quemado en profesores universitarios de contabilidad. *Revista de Contabilidad*, 16(2), 94-105. <https://doi.org/10.1016/j.rcsar.2013.04.001>
- Barcan, R. (2016). *Academic life and labour in the new university: Hope and other choices*. Routledge.
- Barcan, R. (2019). Weighing up futures: Experiences of giving up an academic career. In C. Manathunga & D. Bottrell (Eds.), *Resisting neoliberalism in higher education, Vol II: Prising open the cracks* (pp. 43-64). Palgrave Macmillan.
- Barreyro, G. B. (2018). A avaliação da educação superior em escala global: Da acreditação aos *rankings* e os resultados de aprendizagem. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 23(1), 5-22. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100002>
- Behrens, M. A., & Junges, K. D. S. (2018). Formação pedagógica na docência universitária: O que pensam professores pesquisadores portugueses. *Revista Diálogo Educacional*, 18(56), 186-208. <https://doi.org/10.7213/1981-416x.18.056.ao01>
- Bianchetti, L., & Magalhães, A. M. (2015). Declaração de Bolonha e internacionalização da educação superior: Protagonismo dos reitores e autonomia universitária em questão. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 20(1), 225-249. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772015000100013>
- Cardoso, A. M., Lira, D. C., Sousa, T. J. de, & Pinho, A. M. (2019). Síndrome de *burnout* e docência: Uma revisão integrativa. *Revista Expressão Católica*, 8(2), 7-14. <http://dx.doi.org/10.25190/rec.v8i2.3236>
- Cardoso, S., Carvalho, T., & Videira, P. (2019). Is it still worth working in academia? Portuguese academics' perceptions on the changes in their employment and working conditions. *Higher Education Policy*, 32, 663-679. <https://doi.org/10.1057/s41307-018-0123-7>
- Carlotto, M. S. (2002). A síndrome de *burnout* e o trabalho docente. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 21-29. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000100005>
- Carlotto, M. S. (2014). Prevenção da síndrome de *burnout* em professores: Um relato de experiência. *Advances in Health Psychology*, 22(1), 31-39. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v22n1p31-39>
- Carlotto, M. S., & Câmara, S. G. (2007). [Artigo parcialmente retratado]: Propriedades psicométricas do *Maslach Burnout Inventory* em uma amostra multifuncional. *Estudos de Psicologia*, (3), 325-332. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X200700030000>

- Carlotto, M. S., & Câmara, S. G. (2008). Análise da produção científica sobre a síndrome de *burnout* no Brasil. *Psico*, 39(2), 152-158. <https://revista-seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1461>
- Carlotto, M. S., & Palazzo, L. dos S. (2006). Síndrome de *burnout* e fatores associados: Um estudo epidemiológico com professores. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(5), 1017-1026. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000500014>
- Carvalho, T., & Diogo, S. (2018). Políticas de ciência e inovação no quadro da sociedade do conhecimento – Efeitos no emprego científico. In M. Serrano & P. Neto (Eds.), *Políticas públicas, inovação e emprego* (pp. 343-363). Sílabo.
- Carvalho, T., Diogo, S., & Vilhena, B. (2022). Invisible researchers in the knowledge society – The Uberisation of scientific work in Portugal. *European Journal of Higher Education*. <https://doi.org/10.1080/21568235.2022.2105371>
- Cataraga, D., Saraiva, M., Rama, M. de la C.-D. R., & Álvarez-García, J. (2016). Satisfação laboral dos docentes no ensino superior: Um estudo comparativo Portugal – Espanha. In Á. Rosa, A. R. Pires, L. Lourenço, M. Saraiva & P. Moura e Sá (Orgs.), *VII encontro dos investigadores da qualidade* (pp. 225-240). RIQUAL. <http://hdl.handle.net/10174/20270>
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 5-15. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>
- Codo, W. (1999). *Educação: Carinho e trabalho*. Vozes. <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12585155/educacao-carinho-etrabalho-pdfhome>
- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C., Cardoso, C. C., & Neves, P. (2016). *Manual de comportamento organizacional e gestão* (8ª ed.). Editora RH.
- Direção-Geral da Saúde. (2015). *Fatores de risco/risco psicossociais no local de trabalho*. Programa Nacional de Saúde Ocupacional. <https://www.dgs.pt/saude-ocupacional/documentos-diversos/trabalho-da-rutepinho1.aspx>
- European Agency for Safety and Health at Work. (2014). *Managing stress and psychosocial risks - E-guide*. European Union. <https://osha.europa.eu/en/tools-andresources/e-guides/e-guide-managing-stress-and-psychosocial-risk>
- Fadel, C. B., Flores, M. T., Brigola, S., Zanesco, C., Bordin, D., & Martins, A. de S. (2019). Processo de trabalho e disposição ao estresse entre docentes de ciências biológicas e da saúde. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental*, 11(4), 836-841. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i4.836-841>
- Gill, R. (2009). Breaking the silence: The hidden injuries of neo-liberal academia. In R. Flood & R. Gill (Eds.), *Secrecy and silence in the research process: Feminist reflections* (pp. 39-55). Routledge.
- Gomes, A. R., Oliveira, S., Esteves, A., Alvelos, M., & Afonso, J. (2013). Stress, avaliação cognitiva e *burnout*: Um estudo com professores do ensino superior. *Revista Sul-Americana de Psicologia*, 1(1), 1-20. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-650X201300100002&lng=pt&tlng=pt
- Griffin, G. (2022). The 'work-work balance' in higher education: Between over-work, falling short and the pleasures of multiplicity. *Studies in Higher Education*, 47(11), 2190-2203. <https://doi.org/10.1080/03075079.2021.2020750>
- International Labour Organization. (2016). *Workplace stress: A collective challenge*. International Labour Organization. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_466547.pdf
- International Labour Organization. (2017). *ILO - GB 329 - HL 1: Decent work for sustainable development*. European Union. https://eeas.europa.eu/delegations/un-geneva/23029/ilo-gb-329-hl-1-decent-work-sustainable-development_en
- Leite, T. I. de A., Fernandes, J. P. C., Araújo, F. L. da C., Pereira, X. de B. F., Azevedo, D. M., & Lucena, E. E. S. (2019). Prevalência e fatores associados da síndrome de *burnout* em docentes universitários. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 17(2), 170-179. <https://doi.org/10.5327/Z1679443520190385>
- Magalhães, A. M. (2006). A identidade do ensino superior: A educação superior e a universidade. *Revista Lusófona de Educação*, 7, 13-40. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/713>
- Maslach, C., & Jackson, S. E. (1981). The measurement of experienced burnout. *Journal of Organizational Behavior*, 2, 99-113. <https://doi.org/10.1002/job.4030020205>
- Maslach, C., Jackson, S. E., & Leiter, M. P. (1997). *The Maslach burnout inventory manual* (3rd ed.). https://www.researchgate.net/publication/277816643_The_Maslach_Burnout_Inventory_Manual
- Maslach, C., & Leiter, M. P. (2007). Burnout. In G. Fink (Ed.), *Stress: Concepts, cognition, emotion, and behavior: Handbook of stress*, Vol. 1 (pp. 358-362). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-800951-2.00044-3>
- Maslach, C., Schaufeli, W. B., & Leiter, M. P. (2001). Job burnout. *Annual Review of Psychology*, 52(1), 397-422. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.397>
- Menezes, P. C. M., Alves, É. S. R. C., Neto, S. A. A., Davim, R. M. B., & Guaré, R. O. (2017). Síndrome de *burnout*: Avaliação de risco em professores de nível superior. *Revista de Enfermagem UFPE*, 11(11), 4351-4359. <https://doi.org/10.5205/reuol.23542-49901-1-ED.1111201711>
- Mohr, K. A., & Mohr, E. S. (2017). Understanding generation Z students to promote a contemporary learning environment. *Journal on Empowering Teaching Excellence*, 1(1), 84-94. <https://doi.org/10.15142/T3M05T>

- Neves, V. F., Oliveira, Á. D. F., & Alves, P. C. (2014). Síndrome de *burnout*: impacto da satisfação no trabalho e da percepção de suporte organizacional. *Psico*, 45(1), 45. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.1.12520>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2021, maio). *Reducing the precarity of academic research careers* (OECD Science, Technology and Industry Policy Papers, n.º 113). <https://doi.org/10.1787/0f8bd468-en>
- Penachi, E., & Teixeira, E. S. (2020). Ocorrência da síndrome de *burnout* em um grupo de professores universitários. *Revista do Centro de Educação*, 45(1), 1-19. <https://doi.org/10.5902/1984644431778>
- Pereira, M. D., da Silva, G. G. I., Meneses, A. P., & Costa, C. F. T. (2019). Índices de síndrome de *burnout* em professores do ensino superior e suas consequências na saúde do docente. *Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde*, 5(3), 165-178. <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/6837%0A>
- Pereira, M. do M. (2019). You can feel the exhaustion in the air around you: The mood of contemporary universities and its impact on feminist scholarship. *ex aequo*, (39), 171-186. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.39.11>
- Pereira, M. do M. (2020). A pandemia na academia: Fazer, e transformar, o trabalho científico em tempos de covid-19. In R. M. do Carmo (Ed.), *Um olhar sociológico sobre a crise covid-19* (pp. 199-232). Observatório das Desigualdades (CIES-ISCTE).
- Pereira, M. do M. (2021). Researching gender inequalities in academic labor during the covid-19 pandemic: Avoiding common problems and asking different questions. *Gender, Work & Organization*, 28(S2), 498-509. <https://doi.org/10.1111/gwao.12618>
- Prado, R., Bastianini, M., Cavalleri, M., Ribeiro, S., Pizi, E., & Marsicano, J. (2017). Avaliação da síndrome de *burnout* em professores universitários. *Revista da ABENO*, 17(3), 21-29. <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v17i3.409>
- Ribeiro, R. M. da C. (2018). Avaliação e ranqueamento de universidades sob a lógica de critérios globais. *Roteiro*, 43(1), 259-276. <https://doi.org/10.18593/r.v43i1.15128>
- Rowe, D. E. O., Bastos, A. V. B., & Pinho, A. P. M. (2013). Múltiplos comprometimentos com o trabalho e suas influências no desempenho: Um estudo entre professores do ensino superior no Brasil. *Organizações & Sociedade*, 20(66), 501-521. <https://doi.org/10.1590/s1984-92302013000300008>
- Santiago, R., Carvalho, T., & Ferreira, A. (2013). As universidades portuguesas na senda da investigação empreendedora: Onde estão as diferenças?. *Análise Social*, XLVIII(3), 594-620. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302013000300008>
- Santos, L. L. de C. P. (2004). Formação de professores na cultura do desempenho. *Educação & Sociedade*, 25(89), 1145-1157. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400004>
- Sardinha, D. M., Lopes, W., Júnior, A., Teles, E., Ferreira, J., Silva, M., Garcez, J., Cunha, L., Junior, E., & Oliveira, V. (2019). A síndrome de *burnout* em profissionais docentes: Uma revisão integrativa da literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, 2(6), 4964-4978. <https://doi.org/10.34119/bjhrv2n6-007>
- Siekkinen, T., & Ylijoki, O.-H. (2021). Visibilities and invisibilities in academic work and career building. *European Journal of Higher Education*. <https://doi.org/10.1080/21568235.2021.2000460>
- Silva, S. M. F., & Oliveira, Á. de F. (2019). *Burnout* em professores universitários do ensino particular. *Psicologia Escolar e Educacional*. <https://doi.org/10.1590/2175-35392019017785>
- Singh, S., & Bush, R. (1998). Research burnout in tenured marketing professors: An empirical investigation. *Journal of Marketing Education*, 20(1), 4-15. <https://doi.org/10.1177/027347539802000102>
- Singh, S., Dalal, N., & Mishra, S. (2004). Research burnout: A refined multidimensional scale. *Psychological Reports*, 95(7), 1253-1263. <https://doi.org/10.2466/PRO.95.7.1253-1263>
- Stevens, P. (2005). The job satisfaction of English academics and their intentions to quit academe. *Labor and Demography*, 0512005. <https://econwpa.ub.uni-muenchen.de/econ-wp/lab/papers/0512/0512005.pdf>
- Vale, F. (2019, dezembro). A universidade líquida. *Ensino Superior*, (66/67), 2-3. <https://doi.org/10.26329/66/67>
- World Health Organization. (2018). *Healthy environments for healthier people*. WHO Regional Office for Europe. https://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0006/367188/eceheng.pdf



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 09/08/2021. Aceite para publicação a 23/11/2022.

Paula Calainho. Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

Sofia Alexandra Cruz. Professora Auxiliar com Agregação na Faculdade de Economia e Investigadora no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Portugal.

Jorge Cerdeira. Professor Auxiliar na Faculdade de Letras e Investigador no Instituto de Sociologia e no Centro de Economia e Finanças da Universidade do Porto, Portugal.

Dossiê “Pierre Bourdieu: Memória e actualidade”

[Baptista, L., & Nunes, J. S. (Coords.) (2003). Forum Sociológico, (9/10).]

NOTA DOS EDITORES

NOTE FROM EDITORS

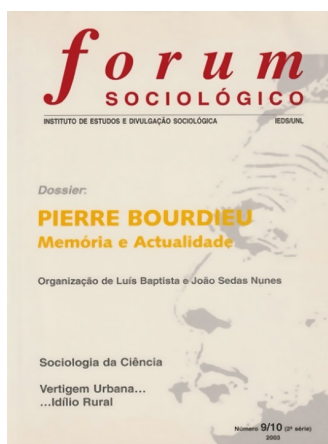
<https://doi.org/10.4000/sociologico.10845>

Ana Fernandes

■ Universidade de Lisboa, 1649-004 Lisboa, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7686-3932>

Patrícia Pereira

■ Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, 1070-312 Lisboa, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4742-6784>



Pierre Bourdieu é considerado um dos maiores cientistas sociais do século XX, com especial importância no campo da sociologia. Foi através das formas como conceptualizou os processos sociais que se tornou numa referência essencial para os sociólogos e para todos os

em artigos e integraram o referido dossiê, juntamente com textos de Hugo Mendes, João Teixeira Lopes, João Pedro S. Nunes, Manuel Carlos Silva, Miguel Cabrita e Virgílio Borges Pereira.

No texto de apresentação do dossiê, João Sedas Nunes avança como propósitos do tributo a Pierre Bourdieu “reconhecer a importância do seu extenso e complexo legado científico” e ainda “expressar gratidão pelos ensinamentos científicos e imperativos éticos que nos deixou” (Nunes, 2003, p. 11). É com esse mesmo espírito que republicamos neste N.º 41 da *Forum Sociológico* os textos de de Luis Pinto e de José Madureira Pinto, esperando em breve disponibilizar online e em acesso aberto não apenas o dossiê na íntegra, mas todo arquivo da nossa revista desde 1999.

Luis Pinto, Diretor Emérito de Pesquisa do CNRS, *Centre européen de sociologie et de science politique (Université Paris 1 e École de hautes études en sciences sociales)* mantém no registo escrito o tom coloquial com que falou no evento, e, assumindo-se como discípulo de Pierre Bourdieu, caracteriza o autor como “um sociólogo rigoroso e aberto, ambicioso e modesto” (L. Pinto, 2003, p. 66). Um dos principais contributos do texto é uma reflexão em cinco pontos acerca da revolução simbólica proposta por Bourdieu, definida enquanto “transformação fundamental do espaço dos possíveis” (L. Pinto, 2003, p. 65).

José Madureira Pinto, Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, inicia o seu texto com uma nota acerca da importância da obra de Bourdieu, em especial *Le métier de sociologue* e *Esquisse d'une théorie de la pratique*, na sua própria trajetória. Propõe de seguida uma breve digressão sobre reflexividade reformista e auto-análise de acordo com Bourdieu, procurando enfrentar algumas das principais críticas

outros cientistas sociais.

Passados que foram 20 anos após o seu desaparecimento, a revista *Forum Sociológico* entendeu não deixar em branco esta data, disponibilizando em formato digital dois textos publicados em 2003 (N.º 9/10) num dossiê intitulado “Pierre Bourdieu: Memória e actualidade”, organizado por Luís Baptista e João Sedas Nunes.

A publicação deste dossiê foi a etapa final de um ciclo de eventos em homenagem a Pierre Bourdieu, falecido no ano anterior, organizado pela *Forum Sociológico* – Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, com o apoio da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, da Associação Portuguesa de Sociologia, da Embaixada de França, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O ciclo teve como momento principal o *Colóquio Memória e Actualidade – Diálogos com a obra científica de Pierre Bourdieu*, com comunicações de José Madureira Pinto, José Manuel Resende, Christophe Charle e Luis Pinto, que foram posteriormente convertidas

dirigidas ao autor, nomeadamente no que respeita ao “caráter alegadamente determinista e estruturalista das suas posições teórico-epistemológicas.” (J. M. Pinto, 2003, p. 22).

A agradecemos aos autores a permissão para republicar e disponibilizar em acesso aberto estes dois textos, para que possam chegar a um público mais alargado e contribuir para uma continuada reflexão acerca da obra de Pierre Bourdieu.

Referências bibliográficas

- Nunes, J. S. (2003). Apresentação. *Forum Sociológico*, (9/10), 11-17.
- Pinto, J. M. (2003). Reflexividade reformista e auto-análise. *Forum Sociológico*, (9/10), 21-29.
- Pinto, L. (2003). Comunicação apresentada na conferência memória e actualidade - diálogos com a obra científica de Pierre Bourdieu. *Forum Sociológico*, (9/10), 65-67.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

COMUNICAÇÃO APRESENTADA NA CONFERÊNCIA MEMÓRIA E ACTUALIDADE – DIÁLOGOS COM A OBRA CIENTÍFICA DE PIERRE BOURDIEU¹ [PUBLICAÇÃO SECUNDÁRIA]²

<https://doi.org/10.4000/sociologico.10846>

Louis Pinto

■ Centre National de la Recherche Scientifique, 75016 Paris, França. E-mail: louis.pinto@cnsr.fr

Na altura em que fui convidado a participar neste colóquio³, propus falar, porventura de forma um pouco temerária, da revolução simbólica de Pierre Bourdieu. O que é uma revolução simbólica? Atendendo a que não pretendemos conferir a esta expressão uma significação puramente enfática (qualquer coisa *grande*), uma revolução simbólica é, segundo os próprios termos de Bourdieu, uma transformação fundamental do espaço de possíveis. Ao abordar nos seus cursos no *Collège de France* a pintura de Manet e o que Manet havia representado, Pierre Bourdieu, muito distante dos comentários eruditos dos especialistas que insistem *ad nauseam* em pôr a questão de saber se Manet conhecia e em que momento conheceu Vélasquez (as “influências”), mostrava que, para lá desses problemas que os especialistas teimam em pôr, permanece a questão de saber qual era, no fundo, o espaço de possíveis. Para o indivíduo Manet, o que se lhe propunha e impunha era o sistema académico da pintura, o conhecimento de uma certa tradição de pintura europeia e francesa, e em seguida a crise que estalou nesse sistema muito fechado. Com efeito, na França do século XIX, havia um corpo homogéneo formado pelos pintores académicos, e todavia tal corpo não se pôde perpetuar indefinidamente. O momento em que Manet se tornou possível correspondeu justamente à circunstância em que as contradições internas que afectavam esse corpo foram acentuadas pelo fenómeno de excesso (superprodução) de pintores, sujeitos que não encontrando lugar no sistema da época foram compelidos a oferecer as suas obras fora desse sistema.

O que, segundo Pierre Bourdieu, trouxe (e representou) uma revolução simbólica a este espaço foi a transformação da própria definição da prática ou da própria definição do olhar que se lança na prática em questão, sobre o que é isso de fazer pintura, sobre os objectos de pintura. Basta contemplar as pinturas expostas nos salões oficiais da

época, que tinham a chancela oficial das autoridades, para compreender tudo aquilo que Manet tornou impossível, impensável, ridículo, ultrapassado; para, inversamente, compreender que ele tornou possível coisas que antes eram inconcebíveis (o ar livre, o esboço, a representação da vida urbana, etc.). Mas Manet não tinha o “projecto” de fazer qualquer coisa de novo, nem tampouco procurava desenvolver um programa com conteúdos explicitamente articulados. O que fez, fê-lo radicando-se na sua competência de pintor, a qual, por princípio, está inscrita no corpo, na mão, no olhar; soma singular de saberes-fazer profissionais e experiências que, a dado passo, não mais se pode contentar, sem mágoa, com os modelos dominantes.

Se agora hesito, se me sinto algo embaraçado para continuar a falar da revolução simbólica de Pierre Bourdieu, isso deve-se ao facto de, nesta ocasião (Conferência), muitas coisas terem já sido ditas e, como intervenho no final, estar numa posição um pouco incómoda. Sendo assim, contentar-me-ei com algumas abordagens laterais para vos poupar uma exposição académica sobre a sua obra (na sua intervenção Christophe Charle com toda a propriedade chamou a atenção para que devemos desconfiar bastante das apresentações fechadas, definitivas, acabadas). Bourdieu merece mais e melhor: era um sociólogo rigoroso e aberto, ambicioso e modesto, não um herói de acordo com o padrão francês. Aliás, ele está longe de ser um profeta no seu país (tanto quanto posso testemu- nhar, hoje dificilmente é concebível que um colóquio como este possa ocorrer numa Universidade francesa ou, pelo menos, em um departamento de sociologia).

Pierre Bourdieu não é um profeta entre os sociólogos mas também não é no seio de outras especialidades. Nem todos os historiadores lhe são hostis. Bourdieu mantinha boas relações não apenas com Christophe Charle, que foi seu aluno, mas também com George Duby, Roger Chartier,

Robert Darnton, Eric Hobsbawm, Daniel Roche, Carl Schorske e outros. O caso dos etnólogos é interessante. Bourdieu apoiava-se muito no seu trabalho de etnólogo, nas pesquisas que publicou nomeadamente sobre a Argélia e a Cabília. Porém, para seu grande drama (evidentemente exagero), era pouco considerado e comentado pelos etnólogos em França, que promoveram um autêntico bloqueio em relação a este aspecto da sua obra. Tanto mais incompreensível quanto Pierre Bourdieu desenvolveu trabalhos tão importantes como *L'Esquisse d'une théorie de la pratique*, livro francamente original, em que uma nova teoria da acção era delineada a partir de estudos concretos que justamente focavam as estruturas simbólicas do mundo cabílio. Por contraste, os etnólogos anglo-saxónicos tinham-no e têm em elevada estima. Não só foi, por eles, muito referenciado e comentado, como recebeu, deles, várias distinções.

É importante ver efectivamente o que era um sociólogo a trabalhar, trabalho que não se pode reduzir a um certo número de teses (conjecturas teóricas): o conceito de *habitus* não tem de todo o estatuto dum conceito como o «Eu penso» em Descartes ou em Kant. Ele reenvia para um certo conjunto de problemas precisos, e tem uma flexibilidade e elasticidade que, precisamente, o torna compatível com a pesquisa empírica, com o trabalho terreno. Tomando por exemplo do *habitus*, creio que se pode continuar a praticar (trabalhar com) este conceito até ao dia em que se lhe apure um limite maior. Quando isso suceder, então sim poder-se-á passar a outra coisa, propor uma alternativa conceptual. Entretanto, enquanto isso não acontece, podemos introduzir ajustes de pormenor, ajustes que todos nós realizamos no nosso trabalho (eu próprio incluído entre os discípulos de Bourdieu), acentuando este ou aquele aspecto (a sua génese, as suas contradições internas, a sua relação com determinadas propriedades objectivas, etc.); e depois há aquelas pretensas correcções proclamadas por alguns no plano da teoria, alguns que, na falta de terem protagonizado pesquisa empírica convincente, fazem um pequeno nome através duma fictícia descoberta de problemas insuspeitos na produção conceptual de Bourdieu (por exemplo, o facto de o *habitus* não ser simples mas complexo...).

Assim, para ver o que é o trabalho de sociólogo, é também necessário ver o que é o trabalho concreto sobre questionários, a delimitação de uma população, as palavras e os problemas “pré-construídos”. O Bourdieu do qual conservo memória é sobretudo o dos seminários que ele animava, em que abordava os trabalhos de outros investigadores com enorme paciência e escrúpulo, numa palavra: com seriedade a toda a prova. Bourdieu ouvia-os e discutia sem nunca procurar tomar posição sobre conceitos enquanto tais; tratava-se muito mais de

sessões de trabalho em que ele, ao mesmo tempo que exibía uma sensibilidade empírica e um sentido do pormenor (o trabalho de sociólogo joga-se justamente no pormenor), sugeria comparações e favorecia o trabalho de generalização. Daí, no fundo, a dificuldade em transmitir Bourdieu: é uma aposta, uma persistência, algo muito complicado uma vez que se trata de transmitir um “*métier*”, um saber-fazer, uma postura; dito de outra maneira, seria necessário em simultâneo perguntar “que teria dito Bourdieu em tal momento ou circunstância?”; «como teria reagido?”; etc., questões que remetem não para proposições, mas para posturas mentais. Bourdieu introduziu uma forma de levar deveras a sério o trabalho intelectual que nada tem a ver com a retórica “teorista”.

Um outro aspecto muito importante é a escrita. É frequente ouvir perguntar, a propósito da filosofia alemã, em que medida se pode traduzir Heidegger. O próprio Heidegger argumentava que não podia ser traduzido, visto que “pensar” é pensar... em alemão. Bem entendido, essa não era de todo uma convicção partilhada por Bourdieu. Para ele, a sociologia como prática racional é fundamentalmente transmissível em todas as línguas. Isso não obstava a que estivesse particularmente atento ao trabalho do sociólogo em todos os domínios, incluindo o aspecto decisivo da escrita. De facto, inúmeras vezes lhe ouvi considerações em que insistia na importância de exprimir a actividade sociológica duma certa maneira, porque a sociologia não é uma ciência como a física e, como tal, a experiência dos agentes deve ser descrita, restituída, evocada de um certo modo. Sendo certo que tanto aquele que escreve como aquele que lê pertencem ao mundo social, é necessário não negligenciar a questão social da transmissão, para evitar eventuais mal-entendidos; mas é também indispensável que o modo como a sociologia é expressa, faça sentir um certo número de coisas (o que é ser um desempregado, um cliente de um pequeno botequim de subúrbio, um militante desapontado do Partido socialista). Trata-se, no meu entendimento, de um aspecto que as numerosas homenagens a Bourdieu até agora realizadas não vincaram suficientemente. Creio que ele era igualmente um grande escritor, ao menos em alguns dos seus livros (mormente *Les Méditations pascaliennes*. É um livro muito conseguido do ponto de vista da língua; merece-me toda a admiração, não hesitando em considerá-lo uma grande obra também nesse plano).

Bourdieu esteve exposto a muitos equívocos. Manteve-se sempre afastado dos debates que ocupavam os nossos heróis filosóficos (em França, um herói é em regra filosófico), à margem portanto de Althusser, de Deleuze, de Derrida, etc., preferindo, ao invés, privilegiar o que podemos talvez alcinhar de filosofia em estado prático, uma filosofia que se

desencobriu progressivamente. Excepto no seu último livro, *Les Méditations pascaliennes*, houve nele sempre uma espécie de pejo em relação ao domínio do discurso filosófico explícito. Se não o invadiu, se se manteve longo tempo à parte, isso deveu-se a uma espécie de cuidado ético em não se aventurar num registo que não era o seu. Ele só pôde finalmente escrever nesse registo quando se sentiu suficientemente seguro e confiante em relação àquilo que podia ter a transmitir, a fazer compreender. De que se tratava? Duma certa maneira de fazer teoria que não é compatível com deixar inalteradas as fronteiras entre ciências e filosofia; de, por outras palavras, afirmar uma concepção ambiciosa da sociologia anti-empirista, anti-positivista, através da qual o sociólogo se posiciona de pleno direito num terreno, o da teoria, historicamente monopolizado pelos filósofos.

A grande diferença entre a teorização à maneira de Bourdieu e a teoria dos filósofos de vanguarda em França é que a teoria de Bourdieu permanece sem-fim em estado prático, em diálogo com uma reflexão de pesquisa em que as questões fundamentais são sempre postas a propósito das pequenas coisas. Nada a ver pois com as “caixas de ferramentas” de Deleuze (“ferramentas” numa caixa filosófica que jamais serviram a alguém). O seu trabalho sobre a fotografia ou sobre os museus, pesquisas extremamente modestas, mas nas quais se põem questões teóricas relevantes, constitui a melhor e mais evidente ilustração da especificidade bourdiana: por exemplo, o que ocasiona que as classes populares sejam avessas à representação fotográfica de objectos julgados “feios” ou “indecorosos”; e, inversamente, por que razão as classes superiores tendem a aceitar/acolher *a priori*, sem rebate, as convenções em matéria fotográfica que tornam admissível, quase não importa o tema, o valor estético da sua representação? Para tratar esta questão da representação de objectos “feios” Bourdieu mobilizou a *Crítica da Faculdade de Julgar* de Kant, mostrando que, nos objectos empíricos anódinos duma investigação sociológica, convergiam *enjeux* muito importantes, os quais necessitavam de restituição “teórica”. Note-se que Kant foi aí invocado não para ser comentado e debatido, antes para ser instrumentalizado (no melhor sentido do termo). É isso que também é muito original em Bourdieu. Contrariamente ao que é vulgo (muito se repetiu que Bourdieu antipatizava com os filósofos, que os criticava, etc.), ele levava a sério os filósofos. O que sucede é que ele os mobilizava na circunstância adequada, para usos (fins) legítimos, ou seja usos conformes às intenções da prática científica.

Nesta altura, gostaria de introduzir de uma forma assaz didáctica o que me parece serem os contributos da revolução simbólica de Pierre Bourdieu. De uma maneira didáctica, não tenho pudor de anunciar cinco pontos.

Primeiro ponto. Direi que Bourdieu introduziu uma concepção crítica e reflexiva da sociologia e relembrei que ele próprio afirmava que, para ele, esse era o aspecto mais importante. Reflexividade que se joga a três/quatro níveis. O primeiro nível corresponde a uma crítica das aparências: toda a ciência é crítica das aparências. É importante vincar este aspecto porque, actualmente, há todo um conjunto de correntes descritivas que apregoam que “não devemos praticar a crítica; devemos-nos ater a observar o mundo tal como ele é”. Isto constitui uma regressão em relação àquilo que Bourdieu fazia, quanto mais não seja porque toda a descrição está “impregnada de teoria” (como se diz entre os anglo-saxões). Fazer sociologia é, assim, encontrar obstáculos, nomeá-los, e ver as formas mais ou menos eruditas que esses obstáculos adquiriram/revestiram. É também, depois, uma crítica dos instrumentos de pensamento e, *mutatis mutandis*, das problemáticas eruditas. Por exemplo, todos os seus trabalhos de sociologia da educação evidentemente foram dirigidos contra uma teoria implícita ou explícita: a teoria do “dom”, do dom natural. Por último, a um nível bastante mais subtil, é ainda uma crítica do observador, ou, mais exactamente, uma crítica do ponto de vista do observador. É a questão de saber: “será que não desenho nos outros o meu ponto de vista, como efeito da minha trajectória, mas também, simplesmente, como consequência de encarar os outros como uma espécie de espectáculo sobre o qual devo tentar falar (espectáculo que podem ser práticas rituais, educativas, matrimoniais)?” Assim, quando analisamos o casamento, sobretudo quando se trata de uma sociedade primitiva, por definição não estamos nem um pouco envolvidos com o que se passa. Isso parece permitir e até incentivar que se apadrinhe a descrição ultra-distanciada, erudita; mas a adopção desta interdita perceber que, para os agentes, um tal ponto de vista não faz qualquer sentido. Eles simplesmente estão implicados no que lá vai. O que significa tomar o ponto de vista de um indígena? O que significa tomar o ponto de vista daquele para quem o que lá vai é a sua honra, ou até, quiçá, questões de vida ou de morte? Esta crítica reflexiva do ponto de vista do observador deu origem a todo um conjunto de pesquisas e obras (*Le Sens pratique*, *Les Méditations pascaliennes*), afluindo numa crítica dos intelectuais e da razão escolástica. É preciso rememorar que o universo intelectual é também um universo social. De resto, a dificuldade nem reside aqui. Com efeito, mesmo os mais ingénuos ou mais arrogantes intelectuais não ousarão dizer que o mundo intelectual é imune a todas as leis sociais; reconhecê-lo-ão ao nível geral dos princípios (ou quando tiverem contas a acertar). A dificuldade (resistência) põe-se outrossim quando se trata de responder à questão mais ou menos subtil: “para vós, geógrafos, historiadores, juristas,

economistas, sociólogos, qual é a hierarquia dos objectos, dos métodos, dos autores, das instituições, das editoras...?” Aí sim, sentir-se-á distintamente a crispação de pessoas que se apressarão a esclarecer que as coisas não são assim, não se passam desse modo. A renitência a pensar certas coisas que devem continuar impensáveis, reflecte obstáculos intelectuais, os quais são socialmente explicáveis.

Segundo ponto, que deriva do precedente. A concepção da sociologia como actividade emancipadora. A sociologia é emancipadora ao nível individual e ao nível colectivo. Ao nível individual, é simplesmente a ideia de socio-análise. Neste capítulo, o exemplo, principal é o da socio-análise que o próprio Bourdieu realizou. Ele empreendeu-a, note-se, não por narcisismo, mas para responder a diversas exigências: não se exceptuar de um modo de análise que respeita aos agentes sociais em geral; testar a pertinência dos instrumentos de análise sobre ele próprio; compreender até que ponto e em que medida as suas tomadas de posição se devem a pulsões sociais; e, pela proibidade do exemplo, incitar os outros (intelectuais e cientistas) a ir além de contar o género de histórias que os intelectuais tanto apreciam contar(-se), e, por essa via, contribuir para reforçar as exigências de lucidez colectiva.

Se, claro está, ele não disse tudo, ao menos forneceu princípios e esquemas de análise que podem ser contestados e contraditos, o que contrasta nitidamente com outros intelectuais franceses, como Jacques Derrida, que falam de si mesmos mas fazendo-o de maneira irrefutável, indiscutível, infalsificável. Bourdieu, enquanto sociólogo, põe os instrumentos às claras em cima da mesa e solicita às pessoas que trabalhem com esses instrumentos, como o *habitus*, o campo... Ele mesmo oferece-nos elementos e pistas: graças a pesquisa empírica será seguramente possível encontrar outros para realizar uma análise mais completa do que aquela que ele propôs.

O outro aspecto da emancipação é, evidentemente, a emancipação colectiva. Bourdieu inscrevia-se na linha da filosofia das Luzes, em que o conhecimento tem um valor de emancipação colectiva e, por essa própria razão, uma função política. Pensar, como Bourdieu pensava, que o saber não pode deixar o mundo social no estado em que o encontra, não significa que Bourdieu fosse um agitador político; apenas que ele levava suficientemente a sério o valor social do saber.

Terceiro ponto. Parece-me muito importante ressaltar o conjunto de novos instrumentos que a forma bourdiana de ver o mundo social nos deu: trata-se daquilo que ele designa de modo de pensar disposicional e modo de pensar relacional.

O modo de pensar disposicional, é, para abreviar, o *habitus*. Não me debruçarei sobre a

noção entendida como produto da interiorização de estruturas objectivas e como “gramática geradora” de práticas conformes às estruturas objectivas. O problema aqui tratado é o da produção ou do modo de produção das regularidades objectivas. Como o campo, o *habitus* antes de mais responde a necessidades muito precisas, em particular a questão da unidade de análise: para compreender uma trajectória individual, qual a unidade de análise que devo adoptar? Para Bourdieu, a unidade de análise indicada é o conjunto das práticas de um agente: escolhas estéticas, intelectuais, indumentárias, os amigos e parceiros sexuais que elege, etc., na medida em que tais práticas se fundam em um mesmo princípio gerador. Trata-se de uma opção extremamente difícil de conservar, uma vez que é muito mais fácil recortar e diferenciar as pessoas em termos isolados das suas práticas alimentares ou indumentárias, do que tentar identificar e distinguir, como ele procurou fazer em *La Distinction*, o gosto burguês nos seus diferentes domínios. Ao menos em França, a sociologia do consumo ainda não integrou tais princípios, contentando-se em correr atrás das mudanças, para as quais se esforça, miseravelmente, por fornecer, depois de terem acontecido, explicações *ad hoc*, fazendo o périplo das variáveis (categoria sócio-profissional, idade, sexo, etc.).

A questão da unidade de análise está subjacente tanto à sua análise dos campos como à análise do espaço social. Esta análise, no meu entendimento, é extremamente original, mas mal compreendida em muitos países, nomeadamente nos países anglo-saxónicos, nos quais se produzem consideráveis pesquisas sociológicas mas reduzindo o contributo de Bourdieu à ideia simples – de algum bom senso de que não existe apenas o capital económico, que é preciso considerar igualmente os diplomas, o capital cultural. Ora, tal não é de todo o sentido do seu projecto, que é muito mais ambicioso, e que encerra bem mais do que uma recomendação para integrar os diplomas na análise das sociedades contemporâneas. Bourdieu acima de tudo contribuiu para tornar totalmente obsoletas e ultrapassadas questões como a da boa classificação da sociedade. Há toda uma literatura anglo-saxónica em matéria de classes sociais (J. Goldthorpe, E. O. Wright...) que está dominada, através daquela questão da boa classificação científica, por aquilo que chamo de realismo taxonómico, que impele à elaboração de critérios eruditos, “objectivos”, operacionalizáveis (favorecendo a classificação, o recenseamento, o trabalho estatístico) e a ver, por exemplo, como é que as transformações tecnológicas se repercutem (ou não) na emergência de uma nova classe dotada de consistência e de fronteiras claramente definidas. Daí resulta um certo tipo de problemática sobre o valor científico dos critérios, sobre o número de grupos, etc. (“a fronteira situa-se aqui e não ali”; “estes

dois grupos formam um só...”). Com a sua noção de espaço social, Bourdieu tornou estas questões, que são centrais para os profissionais das classificações sociais, absolutamente desinteressantes. O espaço social é um conjunto de posições que se definem através de relações, relações de oposição entre agentes que lutam com propriedades que constituem armas (recursos). Estas armas em regra provêm do “capital económico” e do “capital cultural”, mas também, circunstancialmente, daquilo que Bourdieu designou de “capital político”, no caso das antigas sociedades socialistas. A ideia central é a de que a luta que ocorre pela reprodução ou subversão da estrutura de posições, luta que supõe recursos e *enjeux* específicos, é muito mais “realista” do que as teorias taxonómicas, e também possui um maior valor heurístico. Não se trata de uma teoria fechada ou dogmática sobre as diferentes espécies de capital: não é difícil imaginar outras formas de capital além das que usualmente são citadas/utilizadas. Os agentes lutam com o seu capital e lutam também em torno de classificações. Assim, a questão das classes sociais não pode ser considerada *a priori* da questão das classificações. As classificações constituem também um *enjeu* de luta, um instrumento de luta, e é por isso que, para analisar e compreender os instrumentos intelectuais que as classificações em cada caso são, é necessário fazer a história de uma tradição nacional, e ver por que razão em França, em Portugal, na Alemanha, existem este e aquele grupos. A este propósito podemos invocar excelentes trabalhos de história, como o de Jürgen Kocka, que estudou os empregados na Alemanha do século XIX, categoria engendrada na base do modelo em simultâneo da corporação e do servidor do Estado: como, ainda, o de Luc Boltanski, que fez algo semelhante/equivalente para os “quadros”, categoria que apenas existe em França e em Portugal. Para nós, sociólogos, não se deve pôr a questão, por exemplo, de determinar quem é “verdadeiramente” intelectual; ou se os quadros são “verdadeiramente” diferentes dos empregados. Existem de facto fronteiras, mas tais fronteiras são produto de um trabalho, em parte político e ideológico, de construção, precisamente aquilo que os teóricos dos grupos sociais quase todo o tempo esquecem. A teoria do espaço social permite incluir no conhecimento das classes sociais o “efeito de teoria”, a contribuição de agentes dotados de uma forma específica de autoridade para a construção da realidade que os sociólogos se esforçam por descrever. É preciso não esquecer nem negligenciar que os instrumentos de pensamento através dos quais enunciamos, afirmamos, declaramos que existem classes sociais constituem um *enjeu* tanto para os observadores como para os próprios agentes.

Por outro lado, há que salientar que estes grupos nem sempre se afrontam directamente, como acon-

tece nos casos de dominação pessoal. Muitas vezes enfrentam-se no tabuleiro da mediação do poder que têm/exercem sobre os lugares (espaços, campos) de formação e de reprodução do valor social e das diferentes espécies de capital: o sistema escolar é um desses lugares. O Estado é a instância última em matéria de formação do valor; dir-se-á que é o banco central donde provém todo o crédito.

A visão do mundo social de Bourdieu era, pois, uma visão muitíssimo original, visão que pode ser percebida através de uma imagem que bastante me impressionou, a do *mobile*⁴ de Calder. As esculturas de Calder consistem em uma série de hastes que se combinam e sobre as quais se depositam pilhas de pequenas placas. O espaço social corresponde ao princípio unificador do mobile. É o conjunto dos grupos sociais e estes grupos sociais vão agir e pesar numa maneira diferente sobre as diferentes placas (o campo religioso, o campo universitário, o campo jurídico...) que se mexem com o ar, o vento; cada uma dessas placas, ainda que permaneça ligada ao eixo central, terá a sua vida própria, o seu próprio movimento. Nunca perdendo de vista a questão global do espaço social, podemos-nos concentrar no estudo local dos diferentes campos, como, por exemplo, o campo dos historiadores (ou o sub-campo dos medievalistas...) ou o campo dos sociólogos (ou o sub-campo dos sociólogos da cultura...).

Quarto ponto. Uma antropologia coerente. Trata-se de aspecto que não pôde ser abordado na sessão de hoje. O ser humano de que nos fala Bourdieu é um ser imerso no mundo social, definido até ao seu âmago no e pelo mundo social; é um ser profundamente político, isto é aberto ao mundo social. A clivagem (o fosso) entre o pessoal e o político tem de ser superada. O ser humano é também um ser de paixão, e não a espécie de autó-mato que o *habitus* putativamente erigiria. Também neste capítulo, as representações construídas acerca do *habitus* atraíram a sua inspiração. Muitos conferiram-lhe um (reduzido) carácter mecânico, mas o que interessava Bourdieu (e que procurou explorar através do conceito de *habitus*) não eram apenas os dispositivos cognitivos implicados no ajustamento ao mundo social exterior, mas também todo o conjunto de paixões, pulsões, ou simplesmente gostos pelo jogo (social). Ao ser-no-mundo de que fala Heidegger, Bourdieu contrapõe o ser-no-jogo. Mas este jogo deve-se entender no plural. Com efeito, não se trata de um “grande jogo”, visto que há vários jogos em que participamos (no espaço profissional, no espaço doméstico, ...), jogos para os quais, jogando melhor ou pior, em qualquer caso somos chamados, mobilizados, nos quais queremos e esperamos obter reconhecimento. “Reconhecimento” é um termo muito importante em Bourdieu; e, também aí, os filósofos poderão descobrir/mostrar uma filiação filosófica – a filiação hegeliana – do

conceito de reconhecimento. Através deste termo aponta-se ao facto de que dispomos de crédito, de capital, justamente pelos outros. Todavia, não se trata simplesmente de uma relação interindividual; trata-se, isso sim, duma lógica complexa que é a lógica de pertença a um campo social. O facto de se ser conhecido, de receber diplomas, medalhas, prémios, aprovações, sorrisos, olhares, etc., gera, no destinatário, a crença na sua própria identidade como identidade digna de existir e, dessa forma, cria as condições para o desejo de perseverar no seu ser social. Claro está, isso não elimina a possibilidade de crises. É preciso não deslembrar que a sociologia durkheimiana abordou o tema existencial sumamente dramático do suicídio (os sociólogos, incluindo Bourdieu, não têm uma visão necessariamente idílica/feliz do ser no mundo social). Por conseguinte, podemos perfeitamente imaginar que este jogo, o jogo social, seja mal jogado, infeliz, etc., nomeadamente porque há contradições no *habitus*, ou desfasamentos entre o *habitus* e o espaço de possíveis. Com a antropologia de Bourdieu estamos longe das antropologias utilitaristas (o agente “racional”), as quais presentemente constituem a principal alternativa intelectual e política à visão do homem social que Bourdieu propôs. Ao escrever *Les méditations pascaliennes*, Bourdieu não tinha o objectivo de escrever simplesmente um livro de filosofia; era, no fundo, uma forma militante de prosseguir em filosofia um combate intelectual que conhecia outros terrenos e lugares. Não era diferente, nem na matriz nem nos desígnios, o homem que, em 1995, enquanto escrevia aquele livro de aparência inactual, se envolveu numa série de lutas contra o neoliberalismo.

Quinto ponto (e concluirei aqui). O que ele chamava “corporatismo do universal”. É a condenação da conta elevada em que tinha o intelectual, não dissociável da concepção autocrítica de que antes falei. Não se trata de todo de celebrar uma capacidade profética extraordinária, ou os direitos exorbitantes do intelectual. A tarefa do intelectual inclui sempre uma severidade e uma exigência acrescida para ele próprio: a “reflexividade”, que torna mais difícil ceder a complacências, encantamentos

e mitologias. A autonomia do campo intelectual e dos seus membros não é uma questão local, “corporatista”; é uma questão cívica, de alcance universal, na medida em que é no campo intelectual que há alguma hipótese de que, contra os poderes que agem no mundo social, possa ser adquirido um conhecimento deste mundo e, em consequência, alcançada uma maior liberdade.

Notas

- ¹ Tradução de João Sedas Nunes. Chame-se a especial atenção para que a epígrafe deste texto relembra apenas o contexto em que este foi produzido. Com efeito, o autor entendeu, por razões compreensíveis (vide nota nº 1, mas também os esclarecimentos que o autor presta sobretudo nos primeiros parágrafos do texto), não dar título à sua comunicação.
- ² Este texto é uma publicação secundária completa do trabalho primeiramente publicado em *Forum Sociológico* (Pinto, L. (2003). Comunicação apresentada na conferência memória e actualidade – Diálogos com a obra científica de Pierre Bourdieu. *Forum Sociológico*, (9/10), 65-74).
- ³ Nesta versão escrita, o autor conservou o estilo oral da comunicação, com as vantagens e inconvenientes que tal opção comporta [**N.T. suplementar**: a tradução procurou não reverter esta opção; tentou pois assegurar que a passagem ao português não funcionasse como *momentum* de transposição a um código de matriz escrita. As excepções a este plano ficaram a dever-se a razões de compreensão do argumento do autor, que uma tradução rigidamente fiel ao princípio da coloquialidade correria o risco de comprometer].
- ⁴ **N.T.**: poder-se-á traduzir *mobile* por móbil. Na verdade *mobile* foi a expressão com que Marcel Duchamp, um dos mais influentes artistas do século XX, baptizou as revolucionárias, embora regra geral de pequenas dimensões, esculturas quinéticas do artista americano Alexander Calder, que, nos anos 30 do século passado, desafiaram a concepção vigente (clássica) do objecto escultórico, fazendo que também ele entrasse na contemporaneidade estética. Subvertendo o paradigma do objecto escultórico, as esculturas de Calder adquirem formas contingentes, através do impulso de um toque ou mais frequentemente da exposição à força do vento. *Mobile*, portanto, na síntese de Duchamp, no duplo sentido de movimento e motivo, duplo significado que o termo português *móbil* também acomoda.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

REFLEXIVIDADE REFORMISTA E AUTO-ANÁLISE [PUBLICAÇÃO SECUNDÁRIA]¹

<https://doi.org/10.4000/sociologico.10853>

José Madureira Pinto

■ Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Instituto de Sociologia, 4150-564 Porto, Portugal. Email: jmp@fep.up.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7740-6349>

1 Não tenho escondido, em encontros em que se aborda e homenageia a obra de Pierre Bourdieu, a enorme dívida de gratidão que ela me suscita.

E também gosto de dizer, nessas alturas, que a leitura de *Le Métier de Sociologue* e, depois, do *Esquisse d'une théorie de la pratique* constituíram, na minha vida (e, neste caso, nem distingo entre vida pessoal e profissional), ponto de bifurcação absolutamente decisivo.

Acontece que julgo só ter compreendido o essencial do *Esquisse* – obra particularmente difícil para o jovem economista em reconversão para a sociologia que então eu era durante uma releitura do livro em que me pude guiar por uma longa e muito bem urdida recensão crítica publicada na revista *La Pensée*. Era autor desse texto² nada menos nada mais do que Louis Pinto, que hoje tenho o privilégio de acompanhar neste debate.

Estávamos no fim de 1974, Portugal reemergia, enfim, para a democracia – a bifurcação era, afinal, verdadeiramente, um nascimento.

Dito isto, compreender-se-á que a minha intervenção neste encontro não vá estar isenta de alguma emoção; não escondo, por outro lado, quanto gostaria que as minhas palavras pudessem contribuir, ainda que infinitesimalmente, para esclarecer o sentido e realçar o mérito de algumas propostas de Pierre Bourdieu, nem sempre, quanto a mim, bem compreendidas nem devidamente valorizadas.

2 O título que encontrei para a comunicação – que, para alguns, será um pouco inesperado ou mesmo deslocado relativamente ao núcleo central de preocupações teóricas de Pierre Bourdieu – procura, de facto, enfrentar, de uma forma condensada, várias críticas habitualmente dirigidas ao nosso autor e à sua obra.

O facto de os dois tópicos seleccionados – “reflexividade” e “auto-análise” – remeterem para o espaço de considerações habitualmente imputados à intervenção epistemológica não tem de nos

afastar do referido núcleo. Na verdade, nem por convencionalmente se refugiar na “área protegida” da filosofia, deixa essa mesma intervenção de constituir prática social sociologicamente objectivável – testemos, então, a seu propósito, a fecundidade das interrogações e instrumentos analíticos cuja discussão aqui nos trouxe.

Uma das principais críticas dirigidas ao trabalho de Pierre Bourdieu centra-se, como se sabe, no carácter alegadamente determinista e estruturalista das suas posições teórico-epistemológicas.

Sempre achei que as proposições centrais da teoria da prática, pelo menos tal como nos surgem expostas e fundamentadas desde o já invocado *Esquisse*, constituem um veemente desmentido quanto a uma eventual aproximação, por parte da sociologia de P. Bourdieu, ao formalismo estruturalista.

Estou, no entanto, disposto a conceder que, em muitas pesquisas empíricas, o esforço de objectivação a que o nosso autor meteu ombros foi de tal forma intenso, sistemático e impenitente relativamente às interpretações espontâneas sobre o social (incluindo, em lugar de destaque, as ilusões do voluntarismo accionalista imerso em todos nós), que terá deixado na penumbra alguns ingredientes mais adequados a cumprir os requisitos da vertente praxeológica, essa mais claramente não-determinista, do modo de conhecimento que defendia.

Pois bem: ao incluir, no título desta comunicação, uma menção à ideia de “reflexividade reformista”, a qual obtém algum destaque em *Saence de la science et réflexivité*³ e me agrada, desde logo, pela crítica anti-escolástica que implicitamente comporta, a minha intenção foi tornar claro, que na obra de Bourdieu, a identificação e análise do sistema de determinações objectivas das práticas sociais, incluindo a prática científica, em geral, a prática sociológica, em particular, e a própria reflexão meta-científica, não são incompatíveis – bem pelo contrário – com a identificação e análise das condições da sua **transformação**.

Para o nosso autor, “cada acto científico é, como qualquer prática, o produto do encontro entre duas histórias, uma história incorporada sob forma de disposições e uma história objectivada na própria estrutura do campo e em objectos técnicos (instrumentos), escritos, etc.”⁴.

Nesta perspectiva, considera-se então que as estratégias dos actores em causa são orientadas pelos constrangimentos e oportunidades objectivas associadas à posição que ocupam no campo e pelas representações/avaliações que formaram quer acerca da sua posição, quer da dos concorrentes. A margem de liberdade ao seu alcance dependerá da estrutura e grau de concentração do capital científico, os quais, por sua vez, se organizam em torno da oposição fundamental entre dominantes, tendencialmente defensores da “ciência normal”, e “challengers”, que colocam os primeiros, ou melhor, o campo no seu conjunto, em estado de compulsão inovadora.

É que, sendo o campo científico um campo social como os outros, ele obedece, segundo P. Bourdieu, a uma lógica específica que o torna “um lugar histórico em que se produzem verdades transhistóricas”.

A primeira propriedade exemplar deste campo decorre do seu fechamento relativo e da circunstância de cada investigador ter como receptores privilegiados outros investigadores aptos a compreendê-lo, mas também a refutá-lo e desmenti-lo. A segunda propriedade diz respeito à aceitação tácita, entre os membros do campo, do princípio da arbitragem do “real” (“tal como pode ser produzido pelo equipamento teórico e experimental efectivamente disponível num determinado momento”)⁵.

A forma mais “pura” do campo científico será, então, aquela em que a força das ideias depende essencialmente da conformidade das proposições e procedimentos científicos às regras de coerência lógica e de compatibilidade com os factos.

Sabe-se que, nos contextos históricos concretos, e, por maioria de razão, no campo das ciências sociais – que têm especiais dificuldades em garantir a sua autonomização como “*cité savante*” –, o campo científico contém uma dimensão política, podendo, ao limite, aproximar-se de lógicas em que a força das ideias depende essencialmente da força dos grupos que a reconhecem.

Em circunstâncias normais, porém, as relações de força e lutas entre agentes e instituições do campo são submetidos a princípios dialógicos e argumentativos que, interiorizados na e pela prática, acabam por dar origem a uma espécie de “reflexividade reformista espontânea” (se é que, nesta expressão, em que o segundo qualificativo é de minha responsabilidade, não há uma contradição nos termos) conduzida em nome de uma rectificação metódica do erro e da promoção de uma verdade provisoriamente se lada pelo acordo intersubjectivo dos pares.

O papel de uma ciência da ciência, que terá na sociologia da ciência um instrumento privilegiado, será então o de racionalizar e de algum modo radicalizar esta reflexividade espontânea partilhada pelos cientistas. Papel tanto mais importante, quanto, como ironicamente observava Gaston Bachelard, as boas “filosofias diurnas” accionadas pelos cientistas correspondem frequentemente “filosofias nocturnas” assaz imperfeitas.

Como concretizar, então, a reflexividade reformista de 2º grau, baseada numa ciência da ciência sociologicamente informada?

Resposta: pensando e actuando não apenas ao nível dos objectos técnicos, procedimentos metodológicos, quadros teóricos acumulados – o que não se afasta do terreno convencional da intervenção epistemológica –, mas ainda e sobretudo sobre os outros elementos determinantes do “acto científico”, a saber: a estrutura do campo (ela própria produto histórico *sui generis*) e o sistema de disposições sociais e profissionais dos cientistas.

Podemos recolher na obra de P. Bourdieu um sem-número de reflexões e de sugestões de intervenção concreta deste tipo.

Assim, logo no *Métier*, fica claro que evitar hierarquizar tarefas científicas com base em hierarquias estatutárias é preferível a insistir em modalidades de divisão do trabalho científico que atribuam os encargos nobres da teorização aos detentores de poder no campo e as operações de observação (que, nas ciências sociais, se revestem de particular complexidade) a pessoal inexperiente e menos qualificado. Deste conjunto de considerações decorrem, como é óbvio, sugestões muito concretas quanto ao modo de organizar os processos de investigação e de balizar carreiras académico-científicas.

Ao sublinhar, com extraordinária abundância de argumentos, o carácter construído e a presença de arbitrários culturais implícitos nas nomenclaturas e classificações accionadas na prática social e nas rotinas administrativas, P. Bourdieu abriu caminho a um trabalho – que acabou por ser gigantesco – de crítica e reformulação dos indicadores sociais exigidos pela pesquisa empírica. Fazendo questão de não ceder ao purismo teorista e escolástico, para se empenhar, bem pelo contrário, ao longo de toda a sua carreira, nas duras tarefas e desafios da demonstração empírica, foram muitos os incentivos que dirigiu no sentido de um diálogo acrescido com os produtores e utilizadores de informação padronizada. O trabalho de renovação do aparelho estatístico francês, nomeadamente em matéria de nomenclaturas sócio-profissionais, deve-lhe muito e constitui exemplo particularmente expressivo da margem de transformação da estrutura de oportunidades do campo científico (e por extensão do próprio campo político) ao alcance de uma epistemologia reformista.

Quando, por outro lado, no âmbito de uma reflexão sobre o campo académico científico, foi capaz de objectivar o espaço das posições universitárias e correspondentes espécies de *homo academicus* e de os pôr em relação com o espaço das tomadas de posição, nos planos intelectual e político, Bourdieu não se limitou a contribuir, como poucos, para a análise sociológica do universo empírico em causa – acabou, sim, por explicitar múltiplos condicionalismos institucionais que, a coberto de consagrações puramente nominativas, da manutenção de fronteiras disciplinares caducas, da defesa de interesses eminentemente corporativos, constituem obstáculo óbvio aos deveres gerais de promoção do conhecimento e de maximização da utilidade social da sua difusão.

E poderia prosseguir, se dispusesse de mais tempo, neste enunciado de contribuições para uma reforma progressista do campo científico presentes na obra de Pierre Bourdieu.

3 Depois de ter procurado mostrar que a noção de “reflexividade reformista” remete para uma concepção sociológica claramente demarcada do determinismo estruturalista, é chegada a altura de, a propósito da “auto-análise”, segundo elemento do título desta comunicação, tentar rebater o argumento segundo o qual as propostas teóricas de P. Bourdieu são refractárias ou mesmo incompatíveis com a análise de singularidades, nomeadamente as que configurarão o carácter complexo e único – tão complexo e único quanto o será sempre uma impressão digital – do actor/indivíduo.

Julgo que o convívio regular e descomplexado com a obra de Pierre Bourdieu deveria ser suficiente para contrariar o essencial da crítica a que agora me refiro.

Com efeito, são abundantíssimas, aí, as análises em que, graças a um assumido ecletismo metodológico, a identificação de regularidades sociais objectivas engrena harmonicamente com o enunciado compreensivo das minúcias irrepetíveis do real. E isto em domínios tão diversos como os estilos de vida e as práticas culturais profanas, o mundo literário e artístico, a acção pedagógica, a mudança em colectividades camponesas da França ou do Norte de África, o medo e o silêncio de grupos sociais excluídos, as subtilezas sempre renovadas dos actos de fala, o mercado de casas individuais, as condições de possibilidade da emoção estética, o enamoramento ou a subordinação social das mulheres.

Por outro lado, só os mais desatentos não notam que, em várias ocasiões, Bourdieu faz questão de mobilizar todo o seu arsenal teórico e técnico-metodológico com a finalidade de, justamente, objectivar sociologicamente presenças singulares no campo das relações sociais – indivíduos, afinal.

Não deixa de surpreender, aliás, que, sendo frequente celebrar – com toda a justiça – um Norbert Elias ou um George Duby, pelo facto de terem metido ombros à tarefa de entender sociologicamente a emergência de um génio musical (por definição, único) como Mozart ou a carreira excepcional do Cavaleiro Guillaume, tal como é contada num poema medieval, passe tão despercebido todo o alcance das subtilezas analíticas (a um tempo explicativas e compreensivas, para invocar a dicotomia clássica) de Pierre Bourdieu, quando se ocupa da obra de um Flaubert, um Manet, um Heidegger ou quando se interroga, num esforço admirável para garantir “condições de felicidade” (no sentido da pragmática linguística) na interacção discursiva própria da entrevista sociológica, sobre as determinantes sociais do interesse expressivo e do acesso aos instrumentos de reflexividade entre as vítimas (atomizadas) da “miséria do mundo”.

Temo sinceramente que, subjacente a esta desatenção, exista um grande equívoco epistemológico: o de pressupor, a partir da confusão elementar entre o estatuto de indivíduo enquanto “variável independente” e o de indivíduo enquanto “variável dependente”, que a crítica ao individualismo metodológico, que P. Bourdieu assumiu com excepcional pertinácia, conduz em linha recta à inibição de analisar sociologicamente singularidades individuais.

Para Bourdieu, a análise destas últimas (o indivíduo como “variável dependente”) é uma ambição inteiramente legítima e ao alcance de uma ciência dos factos sociais. O que ele tem dificuldade em admitir é que, para chegar a explicações, ela procure apoiar-se, explícita ou implicitamente, em alegadas qualidades essenciais imputadas a um ser individual (indivíduo como “variável independente”).

Nesta perspectiva, não surpreende então que a “auto-análise” de que nos fala a propósito de reflexividade científica, diga respeito, sem ambiguidade, aos sujeitos concretos da pesquisa, embora se afaste com clareza dos princípios de uma “epistemologia dogmática e individualista”.

Se as ciências, em geral, e as ciências sociais, em particular, são práticas submetidas incontornavelmente a determinações sociais específicas (as quais, como vimos, as compelem, aliás, em determinadas circunstâncias, à objectividade), a análise sociológica do ponto de vista e do *modus operandi* das ciências é condição necessária do avanço científico – convém que seja, pois, incorporada, em lugar central, no *habitus* profissional dos cientistas, incluindo, por maioria de razão, os sociólogos.

Nada melhor, para mostrar até que ponto a auto-análise do cientista individual pode, com evidentes ganhos epistemológicos, ser conduzida numa perspectiva não-individualista do que recorrer às páginas que P. Bourdieu dedica ao tema no já citado *Science de la science et réflexivité*, livro publicado pouco antes da sua morte.

O que, a certa altura, aí nos propõe é um impressionante esboço de análise socio lógica sobre o indivíduo-sociólogo com o singular nome de Pierre Bourdieu, que, como qualquer outro indivíduo, não deixa de ser um corpo socializado em trânsito num espaço diferenciado de interesses e relações de força socialmente regulados.

Não vou poder pormenorizar os elementos de objectivação que, a seu propósito, o autor aqui nos oferece.

Bastará dizer que, como seria previsível, ele evoca as posições sucessivamente ocupadas no campo das ciências sociais em diferentes momentos da sua trajectória pessoal e profissional, desde uma fase de relativa exterioridade, justificada, em parte, pela formação filosófica inicial, até à da ascensão aos lugares mais exigentes em capital científico e mais rentáveis em capital simbólico.

É uma trajectória condicionada, na década de sessenta, pela concorrência, no espaço institucional da sociologia francesa, entre alguns pólos de produção, difusão e consagração científica (cursos, centros de pesquisa, revistas) estruturados por especialidades, a que acrescia o pólo da etnologia, centrado em Lévi-Strauss e na revista *L'Homme*, que terá exercido grande atracção junto dos recém-chegados ao campo, entre os quais o próprio Pierre Bourdieu.

Neste contexto, a uma camada de sistematizadores da história e teoria sociológicas, bastante divorciada das exigências da investigação observacional, contrapunha-se uma massa de membros com origens escolares as mais diversas, no âmbito da qual se instalou a tendência para multiplicar pesquisas empíricas sem fundamentação teórica consistente e onde se revelava muito difícil estabelecer condições institucionais adequadas à criação de um universo sustentado de discussão racional, devidamente distanciado, além disso, de ocupações e preocupações políticas.

O *habitus* transportado por Bourdieu para o seio desta “disciplina pária” era, segundo o próprio, um *habitus* não modal, quer no campo filosófico, por força da sua trajectória social, quer no campo sociológico, dada a sua trajectória escolar. O facto de regressar da Argélia com uma experiência de etnólogo feita em ruptura com a experiência escolar terá aliás reforçado a sua propensão para recusar fechamentos institucionais e disciplinares estritos e para pensar o seu trabalho por referência ao campo global das ciências sociais e da filosofia.

Afinal, o que havia de específico na bagagem transportada por Pierre Bourdieu? Em primeiro lugar, o domínio de um conjunto de técnicas e métodos mais valorizados pela pesquisa etnológica do que propriamente pela sociologia – fotografia, observação directa, entrevista a informantes; depois, a abertura a problemas e modos de pensamento com a marca da reflexividade filosófica.

Na intersecção destes elementos, começa a formar-se um ambicioso programa de investigação apostado explicitamente no pluralismo metodológico. Trata-se, por um lado, de romper com as definições cientistas da disciplina então predominantes na área de influência da sociologia norte-americana (em particular as que haviam conduzido à sua fragmentação segundo especialidades e à dissociação entre teoria e pesquisa observacional); mas trata-se, por outro, de evitar cair na tentação de alguma ortodoxia teórica que, com a preocupação de demarcação face ao alegado positivismo intrínseco das técnicas de objectivação sociológica, frequentemente se refugiava no teorismo, em geral, e no marxismo, em particular, recusando, além disso, aprofundar contribuições dos “clássicos” tão decisivas para a análise da especificidade dos fenómenos sociais como eram, seguramente, as de Max Weber.

Entretanto, a inserção de P. Bourdieu no espaço intelectual francês faz-se também por demarcação relativamente à filosofia ou, talvez, melhor à estratégia de desvalorização das ciências sociais empreendida por alguns dos seus sectores mais influentes. O movimento dos filósofos franceses que, nos anos setenta, acedem a posições de desta que no panorama intelectual caracteriza-se, segundo o nosso autor, por uma ambiguidade fundamental: compelidos, por um lado, a corresponder às expectativas de mudança que a contestação político-intelectual impunha ao campo universitário, os referidos filósofos ter-se-ão abrigado, por outro, numa “reacção conservadora” face à ascensão, real ou temida, das ciências sociais – e o resultado foi o de assumirem, radicalizando-a, “a crítica historicista da verdade (e das ciências)”, remetendo a ambição racionalista de descoberta e explicação empiricamente sustentada de regularidades reais para o reduto alegadamente “*démodé* e mesmo um pouco reaccionário” do campo intelectual.

O afastamento de P. Bourdieu relativamente ao movimento, que então emerge, de crítica dita pós-moderna da herança racionalista tentará não ser meramente reactivo, nem se deixar enredar pela inércia argumentativa de polémicas mais ou menos mediáticas. Para o nosso autor, submeter as práticas da ciência e o campo científico, no seu conjunto – afinal, objectos sociais como quaisquer outros – à análise sociológica, sem, nessa perspectiva, abdicar dos instrumentos de racionalização e objectivação sedimentados na tradição racionalista, surge-lhe como a melhor forma de recusar, no debate epistemológico das últimas décadas, uma lógica de mero ajuste de contas e de contribuir para uma “rectificação (permanente) do erro”, como diria Bachelard, fundada na análise sistemática e localizada dos usos práticos dos instrumentos da reflexividade científica.

Esta tomada de posição, “aparentemente morna e prudente”, contra o radicalismo relativista pós-

-moderno ficará a dever-se em boa parte, segundo o próprio Bourdieu, às disposições de um *habitus* que, como qualquer outro, começou a construir-se no espaço social da família de origem. Filho de um camponês do Béarn que, aos trinta anos, se tornou pequeno funcionário rural, Pierre Bourdieu irá experimentar, na escola primária, não obstante toda a proximidade mantida com os pares, a hostilidade (ainda que sob a forma branda de uma espécie de “barreira invisível”) que habitualmente se reserva aos trânsfugas. A passagem pelo colégio interno, se, por um lado, revela este último como “terrível escola de realismo social”, permite, por outro, o contacto com a sala de aula, um mundo entre parêntesis feito de descobertas intelectuais e de relações humanas em certo sentido encantadas. “Compreendi recentemente”, confessa Pierre Bourdieu, “que o meu profundo investimento na instituição escolar foi sem dúvida constituído nesta experiência dual e que a revolta profunda, que nunca me abandonou, contra a Escola tal qual é, vem sem dúvida da imensa decepção, inconsolável, que o desfazamento entre a face nocturna e detestável e a face diurna e supremamente respeitável da escola em mim produziu (o mesmo podendo dizer-se, por transposição, dos intelectuais)”⁶.

A coincidência contraditória, na trajectória de vida de Bourdieu, resultante de o acesso aos lugares da aristocracia escolar ter sido conseguido a partir de uma origem popular e de província, estará, segundo o próprio, na base da constituição de um “*habitus clive*”, conceito que alguns dos seus críticos mais recentes não renegariam. Dele não decorrerá apenas a já referida ambivalência na análise do sistema escolar e, por extensão, do campo intelectual e académico; tal clivagem explica também a propensão, bem manifestada em toda a sua obra, para seleccionar objectos de pesquisa “triviais”, na análise dos quais, porém, através de um esforço paciente e minucioso de recolha e tratamento de informação, se investem, com acentuada indiferença relativamente a fronteiras disciplinares e a hierarquias entre domínios de conhecimento, grandes ambições de problematização teórica. Só um *habitus* científico “clivé”, e em particular a disposição anti-intelectualista intelectualmente cultivada que o integra, terá permitido, por outro lado, sem cedência a populismos epistemológicos fáceis, consumir a análise desencantada do obstáculo escolástico que sempre ameaça o trabalho científico.

No termo da auto-análise, que, afinal, é um exercício desencantado de sócio-análise, o sujeito/objecto ficará mais armado do que antes para racionalizar, sem cinismos, as estratégias científicas que o condicionam – trata-se de tentar compreender o jogo e o que está em jogo no campo, dele retirando “ensinamentos”, em vez de simplesmente suportar ou sofrer com as suas consequências.

Num dos excursos com que, em *Science de la science et réflexivité*, pontua o essencial da sua argumentação sobre estes temas, Pierre Bourdieu reconhece até que ponto foram injustas as críticas que, numa fase inicial da carreira, dirigiu à sociologia da ciência de Robert K. Merton. Procura entendê-las, genericamente, como efeito da condição de recém-chegado a um campo dominado pelo estruturo-funcionalismo. Mas não se coíbe de, mais especificamente, reconhecer até que ponto, nesse momento, terá sido atraído, quer pelo desconhecimento (só posteriormente ultrapassado) sobre a trajectória social e científica e as condições de produção da obra de Robert Merton, quer por algum hipercriticismo com que os mais jovens e inexperientes membros de uma comunidade científica tendem a avaliar a contribuição científica dos consagrados. Perceber quais as disposições do *habitus* social e científico que estão na base das “vues” e “bévues” de um autor pode permitir aceder a “princípios ético-epistemológicos” adequados a “tirar partido, selectivamente, das suas contribuições e, mais geralmente, para submeter a um tratamento crítico, simultaneamente epistemológico e sociológico, os autores e as obras do passado e a sua própria relação com os autores e as obras do presente e do passado”⁷.

Para rematar esta breve digressão sobre “reflexividade reformista e auto-análise” segundo Pierre Bourdieu, vale a pena reter um último ponto, o qual remete já para as condições institucionais da prática científica. Se, de acordo com o autor, a sociologia da sociologia deve acompanhar em permanência a prática da sociologia, incentivando uma tomada de consciência auto-crítica, a verdade é que tal forma de reflexividade só adquire plena eficácia “quando se incarna em colectivos que a incorporaram, até ao ponto de a praticarem num modo reflexo”. Em comunidades de investigação organizados nestes termos, a censura colectiva tenderá a ser muito forte – trata-se, porém, de uma “censura libertadora”, semelhante à que, “num campo idealmente constituído”, “libertaria cada um dos participantes dos ‘vieses’ ligados à sua posição e às suas disposições”⁸.

Reflexividade reformista e auto-análise, dois pólos que se alimentam reciprocamente, não estão imunes à sedução de uma utopia – a da Razão libertadora. Em estado de sedução permanente, nem por isso abdicou Pierre Bourdieu de consumir, ao longo de toda a sua obra, quer como incansável “trabalhador da prova”, quer como cidadão empenhado na transformação político-institucional do campo científico, uma “*Realpolitik*” da Razão. Haverá forma mais autêntica e consequente de amar e consagrar, dessacralizando-o, o saber científico?

Notas

¹ Este texto é uma publicação secundária completa do trabalho primeiramente publicado em *Forum Sociológico* (Pinto, J. M. (2003). Reflexividade reformista e auto-análise. *Forum Sociológico*, (9/10), 21-29).

² Pinto, L. (1974). *Théorie de la pratique. La Pensée*, (178).

³ Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité - Cours du Collège de France, 2000-2001*. Éditions Raisons d'Agir.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 72.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 137.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 214.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 32.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 220.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 15/06/2022. Aceite para publicação a 09/11/2022.

José Madureira Pinto. Professor Aposentado da Universidade do Porto, Faculdade de Economia & Investigador Integrado no Instituto de Sociologia, Portugal.

LISTA DE REVISORES/AS (2021/2022)

Alexandre Martins

- Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal;
- CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.

Alina Esteves

- CEG – Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Portugal.

Ana Paula Gil

- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal;
- CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.

Ana Paula Fontes

- Universidade do Algarve, Portugal;
- CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.

André Saramago

- Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal;
- CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal.

Antonio Maurício Dias da Costa

- Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Brasil.

Aurízia Félix Sousa Anica

- Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve, Portugal.

Begonã Aramayona

- CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.

Carla Pinto

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;

- CAPP - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Catarina Casanova

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;
- CAPP - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Catarina Joana Vieira Gomes

- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.

Catarina Oliveira

- Observatório das Migrações, Portugal;
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Catarina Rivero

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Cédric Frétigné

- SESS-STAPS - Sciences de l'éducation et Sciences Sociales-Sciences et Techniques des Activités Physiques et Sportives, Université Paris Est Créteil, França.

Duval Fernandes

- Departamento de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil;
- SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia, Universidade de Lisboa, Portugal.

Eduardo José Viola

- Instituto de Relações Internacionais, Universidade Nacional de Brasília, Brasil;
- Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, Brasil.

Gersem José dos Santos Luciano

- Departamento de Antropologia, Universidade Nacional de Brasília, Brasil.

Helena Vilaça

- Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal;
- IS - Instituto de Sociologia, Universidade do Porto, Portugal;
- CITER - Centro de Investigação em Teologia e Estudos Religiosos, Universidade Católica Portuguesa, Portugal.

Isadora Ataíde Fonseca

- Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Portugal;
- CECC - Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Portugal.

Joana Guedes

- Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Portugal.

Joel Felizes

- Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal;
- CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal;

Jordão Horta Nunes

- Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Brasil.

Luís Felipe Oliveira Mota

- Instituto Politécnico de Leiria, Portugal;
- IJP - Instituto Jurídico Portucalense, Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, Portugal;
- GOVCOPP - Unidade de Investigação em Governança Competitividade e Políticas Públicas, Universidade de Aveiro, Portugal.

Luisa Pimentel

- Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal;
- CIES-Iscte - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal;
- CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Polo do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.

Marcel de Almeida Freitas

- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Marcelo Camerloto

- ICS - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal.

Marcos Farias Ferreira

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Marcos Paulo Ferreira de Góis

- Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Maria Engrácia Leandro

- CIES-Iscte - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal;
- Universidade do Minho, Portugal.

Maria Irene Carvalho

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;
- CAPP - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Maria João Bárrios

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;
- POP_Long.Lab - Population Longevity Laboratory, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Maria Manuela Brito Reis

- Departamento de Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal;
- CIES-Iscte - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Maria da Luz Ramos

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;
- CIEG - Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;
- CAPP - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;
- Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, Portugal.

Mário Rui André

- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Portugal.

Nabil Georges Bonduki

- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil.

Nathalie Lavielle-Gutnik

- Département des Sciences de l'Éducation, Université de Lorraine, França;
- LISEC - UR 2310 - Laboratoire Interuniversitaire des Sciences de l'Éducation et de la Communication, França.

Nécio Turra Neto

- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Brasil.

Patrícia Coelho

- Faculdade de Economia, Universidade do Algarve, Portugal.

Patrícia Paquete

- Escola Superior de Saúde de Alcoitão, Portugal.

Paula Albuquerque

- Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Portugal;
- SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Portugal.

Paula Mota Santos

- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Portugal.

Paulo Guilherme Lourenço

- Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal;
- CIIAS - Centro Interdisciplinar de Investigação Aplicada em Saúde, Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal.

Paulo Machado

- LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal;
- Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Portugal.

Paulo Peixoto

- Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal;
- CES - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal.

Pedro Goulart

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;
- CAPP - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Pedro Moura Ferreira

- Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal.

Raimundo Nonato de Castro

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Brasil;
- Instituto Federal do Pará, Brasil.

Redy Wilson Andrade Lima

- CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal;
- CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Portugal.

Rodrigo Corrêa Teixeira

- Instituto de Geo-Ciências, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.

Sávio Guimarães

- Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasil.

Sheila Khan

- CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal.

Sónia Cardoso Pintassilgo

- Departamento de Métodos de Pesquisa Social, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal;
- CIES-Iscte - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Sónia Gonçalves

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;
- CAPP - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal;
- ISAMB - Instituto de Saúde Ambiental, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa, Portugal.

Susana Silva

- Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal;
- CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Portugal.

Thais França

- CIES-Iscte - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Thiago Canetti

- Departamento de Urbanismo, Escola de Arquitetura e Design, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil;
- COSMÓPOLIS, Escola de Arquitetura e Design, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil;
- Observatório das Metrópoles (Núcleo RMBH - INCT/CNPq), Brasil.

Vasco Ramos

- ICS – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal;
- OFAP - Observatório de Famílias e Políticas Familiares, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal.

Ximene Rego

- JusGov - Centro de Investigação em Justiça e Governação, Universidade do Minho, Portugal;
- CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Universidade do Minho, Portugal.

INFORMAÇÕES AOS AUTORES

ÂMBITO E MISSÃO

A revista *Forum Sociológico* é uma publicação científica semestral publicada pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, que se enquadra na área das Ciências Sociais. A sua missão consiste em publicar artigos originais, teóricos e empíricos, que contribuam para o conhecimento e a reflexão crítica e aprofundada das sociedades contemporâneas. Privilegiando a perspetiva sociológica, a revista adota a visão interdisciplinar que caracteriza as Ciências Sociais e propõe-se dar visibilidade aos resultados de pesquisas realizadas em qualquer contexto geográfico, refletir sobre paradigmas teóricos, abrindo espaço ao debate e confronto de perspetivas. Nesse sentido, a revista pretende constituir-se como um fórum permanente de discussão, debate e reflexão sobre as sociedades contemporâneas, dando lugar à crítica científica e fundamentada.

A *Forum Sociológico* publica nível internacional e valoriza quer a publicação em português, espanhol e francês, orientando-se para um vasto público de autores e leitores de línguas latinas, quer a publicação em inglês, reconhecendo a sua importância para o alcance internacional dos conteúdos e debates que acolhe.

A *Forum Sociológico* pauta-se por padrões internacionais de edição baseados na submissão das propostas de artigos a revisores científicos (*referees*) que avaliam a qualidade e as condições da publicação.

A revista privilegia a publicação de artigos em torno de questões problemáticas, através de dossiês temáticos específicos, publicando também números não temáticos. Em cada número os artigos podem integrar-se em dossiês temáticos ou ser publicados na seção "Outros artigos".

Todos os artigos são submetidos ao parecer de especialistas, em regime de anonimato bilateral, sendo a decisão final da publicação da responsabilidade do Conselho de Redação (ver Processo de Arbitragem Científica e Decisão sobre Publicação dos Artigos). Os artigos propostos são obrigatoriamente inéditos, não podendo encontrar-se simultaneamente em processo de submissão para publicação em outras revistas nacionais ou internacionais, e os autores não podem submeter mais do que uma proposta em simultâneo.

Para além dos artigos inéditos, a *Forum Sociológico* publica ainda entrevistas a especialistas sobre temas relevantes no âmbito das Ciências Sociais, bem como recensões críticas de obras publicadas no país e no estrangeiro e outros documentos considerados relevantes que não se enquadrem no formato previsto para os artigos. Todos os elementos publicados são submetidos a revisão por pares.

A *Forum Sociológico* está publicada em acesso aberto e a submissão, publicação e acesso aos artigos são gratuitos.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A revista *Forum Sociológico* é publicada em acesso aberto. A submissão e a publicação dos trabalhos são gratuitas aos autores, assim como a respetiva consulta dos textos.

Todos os originais propostos para publicação na revista *Forum Sociológico* devem ser enviados para o endereço eletrónico da Revista (forum@fcsb.unl.pt).

Os manuscritos propostos à publicação devem estar anonimizados e devem vir acompanhados de um ficheiro à parte no qual deverão constar todas

as informações sobre os autores (nome, e-mail e afiliação institucional indicada a três níveis: Universidade, Faculdade ou Escola, Departamento ou Centro de investigação).

Os artigos devem ter no máximo 40.000 caracteres (incluindo espaços, resumos, notas de rodapé, bibliografia, quadros, gráficos e figuras, o que perfaz cerca de 18 páginas), e só serão considerados para a avaliação científica caso os autores não ultrapassem o limite de caracteres estipulado.

Recomenda-se aos autores seguirem a seguinte estrutura para artigos científicos: introdução; enquadramento teórico; métodos; resultados; discussão; agradecimentos; notas; referências bibliográficas.

Os textos deverão iniciar-se com um título e resumo no idioma do texto e no idioma Português e Inglês, caso este não seja escrito nestes idiomas, com um máximo de 1.000 caracteres (10 linhas), seguidos de 3 ou 4 palavras-chave nesses mesmos idiomas e da indicação do número de caracteres (com espaços). Os resumos deverão contemplar as seguintes informações: introdução ao estudo; referência às abordagens teórica e metodológica; principais resultados; conclusão e a relevância do trabalho.

Os textos devem ser apresentados em páginas A4, a espaço e meio (norma também válida para a bibliografia), em tipo de letra "Times New Roman", tamanho 12, com as margens superior, inferior esquerda e direita a 2 cm. Os quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, em numeração árabe, para cada um dos elementos respetivos (Quadro 1; Gráfico 1; Figura 1) e deverão ser enviados em formato JPG (resolução mínima de 300 dpi). As citações e referências bibliográficas devem seguir a norma de citação APA 7th Edition.

É política editorial da Forum Sociológico respeitar a opção ortográfica dos autores para a língua portuguesa devendo ser explicitado, numa nota final no artigo, qual a ortografia adotada.

Os autores indicados nos trabalhos originais deverão cumprir todos os critérios abaixo referidos: 1) ter contribuído de modo substantivo para a conceção/desenho do trabalho ou na recolha, análise ou interpretação dos dados; E 2) ter contribuído de modo substantivo na escrita ou revisão crítica; E 3) aprovar a versão final submetida, responsabilizando-se pela totalidade do trabalho realizado, incluindo

as suas implicações éticas. Os colaboradores que não se enquadrem nos critérios de autoria deverão ser mencionados na seção "Agradecimentos". A Forum Sociológico desaprova a atribuição de autoria honorária, oferecida, convidada ou fantasma nos manuscritos propostos à publicação. Neste âmbito, seguimos as diretrizes do COPE no que diz respeito às definições de autoria (disponíveis em https://publicationethics.org/files/COPE_DD_A4_Authorship_SEPT19_SCREEN_AW.pdf).

A utilização de material de terceiros deverá vir acompanhada de uma declaração de autorização de utilização com consentimento legal e deverá ser obtida pelos autores da publicação.

Ao publicarem na revista Forum Sociológico, os autores concordam com a cedência, a título gratuito e exclusivo, do direito de primeira publicação ao CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, reservando-se este o direito de o reproduzir e publicar em suporte de papel e/ou suporte digital e de o distribuir e promover por todos os meios normais à sua disposição.

Os autores autorizam o CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, a título gratuito, o direito de disponibilização em acesso aberto do respetivo artigo nos websites da publicação e do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, no Repositório da Universidade NOVA de Lisboa – RUN e em bases de dados e plataformas de agregação de conteúdos científicos.

Está atribuída à publicação uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 - CC BY 4.0, que permite a partilha do trabalho em linha com reconhecimento da sua autoria e da publicação inicial.

A cada artigo é atribuído um Digital Object Identifier (DOI) pela plataforma OpenEditionJournals.

PROCESSO DE ARBITRAGEM CIENTÍFICA E DECISÃO SOBRE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS

O Conselho de Redação reserva-se o direito de publicar/não publicar os artigos recebidos, comprometendo-se a informar os autores sobre a decisão. A decisão é apoiada num processo de apreciação dos artigos com base num sistema anónimo de arbitragem científica realizado em duas fases sucessivas:

1. Os artigos propostos são submetidos a uma primeira análise por parte do Conselho de Redação, que decide sobre a passagem dos artigos à fase seguinte de submissão a parecer de especialistas. Esta decisão tem

em consideração a pertinência, o interesse e a qualidade dos artigos, assim como os critérios definidos de acordo com a política editorial da revista e as normas para a apresentação de originais.

2. Os artigos selecionados na primeira fase são submetidos ao parecer de avaliadores, num mínimo de 2, em regime de anonimato bilateral. Os pareceres dos avaliadores irão fundamentar a decisão final do Conselho de Redação no que respeita à publicação dos respetivos artigos.

O Conselho de Redação envia os pareceres dos avaliadores aos autores de forma anónima, sugerindo a realização das alterações ou correções propostas nos referidos pareceres, podendo condicionar a publicação dos artigos a uma nova apreciação das versões revistas.

Caso os artigos que passem à segunda fase de apreciação não sejam aceites para publicação, a *Forum Sociológico* informará os autores acerca dos

motivos dessa decisão, podendo enviar os respetivos pareceres dos avaliadores.

A decisão final de publicação é da responsabilidade do Conselho de Redação, com base nos pareceres emitidos pelos avaliadores e a partir de critérios previamente estabelecidos pelo Conselho de Redação.

Os textos publicados são da responsabilidade dos respetivos autores.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊS TEMÁTICOS

A *Forum Sociológico* poderá publicar dossiês temáticos sobre temas relevantes no âmbito das Ciências Sociais.

As propostas de dossiês temáticos deverão ser enviadas para o *email* da revista (forum@fcsh.unl.pt) e deverão conter as seguintes informações:

- Título proposto para o dossiê;
- Nome do(s) coordenador(es) do dossiê juntamente com a(s) sua(s) respetiva(s) afiliação(ões) institucional(ais), indicada(s) a três níveis (Universidade, Faculdade; Departamento ou Centro), e *email(s)* de contacto;
- Um pequeno texto de apresentação que identifique o tema do dossiê, a sua relevância e articulação com o domínio científico de publicação da *Forum Sociológico*.

A coordenação deverá indicar uma data prevista para a publicação do dossiê e também para a entrega dos artigos e deverá informar o número de artigos previstos para o dossiê;

As propostas de artigos deverão ser enviadas para o *email* da revista (forum@fcsh.unl.pt) e deverão cumprir as normas de publicação adotadas pela revista.

Todos os artigos propostos serão submetidos ao processo de arbitragem científica da revista. A coordenação ficará responsável pela seleção de pelo me-

nos dois árbitros científicos por artigo, os quais ficam sujeitos à aprovação do Conselho de Redação.

A revista ficará responsável pela gestão do processo de avaliação científica (recepção de artigos; envio de convite aos árbitros científicos; envio de pareceres aos autores; envio de artigos ao(s) coordenador(es) do dossiê);

Os artigos a integrar os dossiês temáticos serão publicados segundo os critérios do processo de arbitragem científica adotados pela revista. Em complemento, a coordenação do dossiê poderá fazer convites de publicação a especialistas no domínio em causa, os quais ficam sujeitos à aprovação do Conselho de Redação;

No caso de os árbitros científicos sugerirem aos autores alterações ou correções, o Conselho de Redação zelarà pela efetiva introdução das mesmas. A decisão final de publicação é da responsabilidade do Conselho de Redação, com base nos pareceres emitidos pelos *referees*, a partir de critérios previamente estabelecidos pela revista;

A coordenação ficará responsável pela organização e revisão final dos artigos a serem publicados e por escrever o Editorial;

A publicação do dossiê temático no ano em que é feita a sua submissão estará sempre dependente do calendário da revista planeado pelo Conselho de Redação.

DECLARAÇÃO DE ÉTICA E BOAS PRÁTICAS

A revista *Forum Sociológico* defende e segue os Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Académicas e as Práticas Base do COPE (Committee on Publication Ethics).

O Conselho de Redação e os seus revisores científicos promovem a igualdade na publicação

científica para todos os artigos e autores que colaboram com a Revista.

As práticas de plágio, manipulação de citações e de imagens e a fabricação de dados são desaprovadas pela Revista. Todos os trabalhos submetidos para publicação serão submetidos a

um reconhecido programa de deteção de plágio. Ao suspeitar algum tipo de má conduta, antes ou depois da publicação de originais, o Conselho de Redação seguirá as diretrizes do COPE, quer no que respeita à definição de plágio quer no que respeita às medidas a tomar (disponíveis em <https://publicationethics.org/files/plagiarism%20A.pdf>). A confirmação de plágio implicará a não publicação do artigo submetido assim como de outras publicações durante um período de tempo a ser definido pelo Conselho de Redação.

Os autores indicados nos trabalhos originais deverão cumprir todos os critérios abaixo referidos: 1) ter contribuído de modo substantivo para a conceção/desenho do trabalho ou na recolha, análise ou interpretação dos dados ; E 2) ter contribuído de modo substantivo na escrita ou revisão crítica ; E 3) aprovar a versão final submetida, responsabilizando-se pela totalidade do trabalho realizado, incluindo as suas implicações éticas. Os colaboradores que não se enquadrem nos critérios de autoria deverão ser mencionados na seção "Agradecimentos". A Forum Sociológico desaprova a atribuição de autoria honorária, oferecida, convidada ou fantasma nos manuscritos propostos à publicação. Neste âmbito, seguimos as diretrizes do COPE no que diz respeito às definições de autoria (disponíveis em https://publicationethics.org/files/COPE_DD_A4_Authorship_SEPT19_SCREEN_AW.pdf).

A Revista promove a transparência e a integridade na publicação científica de modo a combater quaisquer conflitos de interesses que possam emergir durante o processo de pesquisa, de escrita ou de publicação de um trabalho científico. Em casos em que se identifique um conflito de interesse por parte da Revista, de autores, de revisores, de membros dos Conselhos ou da equipa técnica, a Forum Sociológico seguirá igualmente as diretrizes do COPE (disponíveis em <https://publicationethics.org/>).

Em caso de suspeitas de má conduta científica ou da necessidade de correções, revisões ou retratações em originais, estas deverão ser dirigidas por escrito para o endereço eletrónico da Revista (forum@fcsh.unl.pt). Além disso, todas as reclamações sobre a Revista, a equipa técnica, ou o Conselho de Redação deverão ser igualmente dirigidas por escrito para o email da Revista.

Caso um artigo já tenha sido publicado online, a deteção de uma violação dos princípios éticos, da integridade da investigação científica e/ou dos princípios orientadores da Revista, pode originar a publicação de um complemento do artigo com uma errata explicativa ou, em casos graves, a retratação do artigo, sendo, neste caso, adicionada uma nota explicativa da redação com a justificação dessa retratação.

INDEXAÇÃO

A *Forum Sociológico* está presente nas seguintes plataformas:

- DOAJ
- SciELO Portugal
- OpenEdition Journals
- Latindex

- ERIH PLUS
- DRJI
- MIAR
- CAPES/Brasil
- ClassiFICS
- CIRC
- SHERPA/RoMEO

CONTACTO

Endereço postal:

Revista *Forum Sociológico*
CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal

E-mail: forum@fcsh.unl.pt

Telephone: +351 21 790 83 00 Extensão: 40346